

VOLUME  
XXXVI  
Nº 2

**BOLETIM DO  
ARQUIVO DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA**

2023

IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

## FICHA TÉCNICA

### DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

### COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DESTE NÚMERO

Maria de Lurdes Rosa  
Rita Sampaio da Nóvoa  
Abel Rodrigues

### CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)  
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)  
Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)  
José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)  
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)  
Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

### COORDENAÇÃO TÉCNICA

Gracinda Maria Ferreira Guedes

### SUPERVISÃO EDITORIAL

Mara Alexandra Dias Almeida

### CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)  
Agustín Vivás Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)  
Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)  
Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)  
Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)  
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - arendeao@gmail.com)  
Bernard Vincent (EHES, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)  
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bves@fch.unl.pt)  
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)  
Carlos Alberto Ávila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)  
Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)  
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museus.ulisboa.pt)  
Dália Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilarodres@gmail.com)  
Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)  
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)  
Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)  
Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)  
Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - m-fatima.oramoss@dglab.gov.pt)  
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)  
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)  
Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)  
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)  
Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)  
Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)  
Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)  
Giuseppe Marocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)  
Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)  
Heloísa Bellootto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellootto@yahoo.com.br)  
Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)  
Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)  
Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)  
Isabel Yargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)  
Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)  
Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)  
Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaimereis@ics.ul.pt)  
Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)  
Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)  
João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaoalvesdias@gmail.com)  
João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)  
João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)  
José Luís Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)  
José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - jardimbr@gmail.com)  
José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)  
José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemuriodecarvalho@gmail.com)  
José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)  
Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)  
Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)  
Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)  
Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)  
Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)  
Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)  
Luís Miguel Nunes Corujo (Univ. de Lisboa, Portugal - luiscorujo@campus.ul.pt)  
Luís de Vasconcelos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)  
Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal - msc@uevora.pt)  
Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menamanuel@sapo.pt)  
Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)  
Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)  
Mária Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)  
Mária Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)  
Mária de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)  
Mária do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrbmorujao@uc.pt)  
Mária Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@puccsp.br)  
Mária José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo\_santos@yahoo.com)  
Mária Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)  
Mária Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)  
Mária Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)  
Mário Farelo (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - mario.farelo@fch.unl.pt)  
Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)  
Natália Bolfarini Tognoli (Univ. Federal Fluminense, Brasil - nataliatognoli@id.uff.br)  
Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)  
Patrícia Souza de Faria (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)  
Paulo Batista (Univ. Évora, Portugal - pjmb@uevora.pt)  
Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)  
Renato Rocha Souza (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil - renato.souza@fgv.br)  
Rui Casção (Univ. de Coimbra, Portugal - raifcascao@gmail.com)  
Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartim@ci.uc.pt)  
Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)  
Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dggpc.pt)  
Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)  
Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME

XXXVI

Nº 2

# BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

## INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

## ISSN

0872-5632

2182-7974

## DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

## DOI DO VOLUME

[https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_36\\_2](https://doi.org/10.14195/2182-7974_36_2)

## MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

## ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE® Scopus® DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS MIAR





# Sumário

<b>NOTA DE APRESENTAÇÃO</b> .....	7
-----------------------------------	---

## ESTUDOS

O processo de reconstituição do acesso à documentação do Arquivo do Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian..... Rita Emília Ferreira Fernandes	17
Academia das Ciências de Lisboa: estudo orgânico-funcional e proposta de classificação (1779-1978) .....	41
Joana Gomes Soares e Maria Beatriz Merêncio	
A Documentação Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: Proposta de Descrição Arquivística .....	69
Francisco Oliveira Cymbron Furtado Cabral	
Landscape architectural documents in personal archives, an added challenge: the case of Gonçalo Ribeiro Telles' archive .....	89
Maria João Fonseca	
<i>Quare?</i> O Arquivo de D. Francisco Manuel de Melo .....	113
Paulo Manuel dos Anjos Ribeiro Gonçalves	
Tendências e fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família: o caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva. Contribuições para o estudo da Arquivística Histórica na Região Autónoma da Madeira.....	157
Pedro Diogo Pereira Câmara	



# Nota de apresentação

## Caminhos da Arquivística Histórica I: materialidades, contextos de produção de informação, representações documentais

MARIA DE LURDES ROSA

Professora auxiliar NOVA FCSH (IEM-NOVA FCSH)

[mlrosa@fcs.unl.pt](mailto:mlrosa@fcs.unl.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2027-4485>

RITA SAMPAIO DA NÓVOA

Investigadora do projeto VINCULUM (IEM-NOVA FCSH)

[ritanovoa@fcs.unl.pt](mailto:ritanovoa@fcs.unl.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6543-6807>

ABEL RODRIGUES

Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IEM-NOVA

FCSH; Centre Jean-Mabillon, École nationale des chartes-PSL)

[abelrodrigues@fcs.unl.pt](mailto:abelrodrigues@fcs.unl.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1254-4112>

Remonta a 2008 o início do caminho da Arquivística Histórica, com a constituição de um grupo de investigação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) dedicado ao estudo dos arquivos de família no Portugal de Antigo Regime. Se esta área disciplinar nasceu de uma investigação histórica tradicional, depressa os próprios objetos de estudo obrigaram a ir para além dos limites teóricos e metodológicos da História e exigiram a adoção de uma perspetiva interdisciplinar. Surgia assim um campo de estudos entre a História e a Ciência Arquivística, entendendo-se esta última na sua plenitude científica, já emancipada da subserviência à História enquanto disciplina auxiliar. Neste campo couberam também as influências da Ciência da Informação e da *Archival Science* anglo-saxónica, procurando-se expandir o espectro de problematização e as perspetivas de

análise de um processo tão complexo — do ponto de vista social, político, cultural, epistemológico e técnico — como é aquele que conduz a produção informacional desde a sua constituição em documentos e arquivos até à sua transformação em “fonte” para o trabalho historiográfico.

Como os historiadores dos arquivos e da informação e também arquivistas haviam já notado, a compreensão deste processo sofria, e sofre ainda, com o “archival divide” que tem afastado a História e a Arquivística, avessas a partilhar o que uma e outra consideram ser o seu feudo científico<sup>1</sup>. Neste contexto, a Arquivística Histórica pretende funcionar como ponte, investindo no diálogo interdisciplinar e insistindo nos seus benefícios.

Permitimo-nos recuperar a primeira tentativa de definição conceptual desta área disciplinar, elaborada em 2017, mantendo, contudo, a provisoriade que na altura lhe foi atribuída já que continua, agora, como então, a ser um *work in progress* que vai bebendo do desenvolvimento da investigação empírica:

Chamámos “Arquivística Histórica” à perspectiva que visa (...) estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua “documentalização”, as múltiplas faces que os “arquivos” podiam ter (usando por exemplo o conceito de “práticas arquivísticas”); não apenas com os arquivos existentes, mas complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e compreendendo as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, respondendo a questões historiográficas mais amplas<sup>2</sup>.

Passados quinze anos, os múltiplos encontros científicos nacionais e internacionais, as publicações de livros, artigos e capítulos de livros e as teses

---

<sup>1</sup> Blouin, F., & Rosenberg, W. (2011). *Processing the Past. Contesting authority in History and the archives*. Oxford University Press.

<sup>2</sup> Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentação e conservação da informação organizacional pré-moderna. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 550-551.

de mestrado e doutoramento provaram o potencial e o interesse da Arquivística Histórica, que, entretanto, se expandiu muito além dos arquivos de família. Provaram-no também os projetos de investigação, tais como o INVENT.ARQ (<https://arqfam.fcsh.unl.pt/?portfolio=inventarq>), o ARCHIFAM (<https://arqfam.fcsh.unl.pt/?portfolio=archifam>) ou, mais recentemente, o VINCULUM, financiado pelo European Research Council (<https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/>). Provaram-no ainda as iniciativas de comunicação de ciência e as atividades abertas a um público alargado. E provaram-no, por último — e, talvez, sobretudo —, as diversas ações de formação e ofertas letivas que, ao longo dos anos, foram acolhendo interesse não só da parte de estudantes universitários da área da História e de outras Ciências Sociais e Humanas, mas também de profissionais de arquivos e instituições culturais e de memória.

Os textos que se apresentam neste número (o primeiro de um conjunto de dois números especiais dedicados à Arquivística Histórica) são precisamente resultantes de uma dessas ofertas letivas, a Pós-Graduação em Arquivística Histórica, cuja primeira edição funcionou no ano letivo de 2021/22 na NOVA FCSH sob a coordenação de Maria de Lurdes Rosa e Rita Sampaio da Nóvoa. Esta Pós-Graduação, única do género no âmbito do ensino superior português, ofereceu formação teórica e prática numa área de estudos inovadora e emergente. O seu objetivo central passou pela aquisição e/ou aprofundamento de conhecimentos e competências que permitissem dotar especialistas das ferramentas necessárias para compreender os arquivos — na sua dupla aceção de instituições de memória e conjuntos documentais — como complexas construções sociais, políticas e culturais organicamente ligadas à evolução histórica das suas entidades produtoras. A criação de uma oferta letiva dentro deste campo de estudo interdisciplinar pretendeu, em simultâneo, colmatar o vazio que cada vez mais se faz sentir, de uma formação dedicada em Arquivística, mas recusando voltar a uma visão tradicional deste saber: relacionando-o com a Ciência da Informação, sem deixar de valorizar os contributos das Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente da História. Por outro lado, revelou-se particularmente benéfica para formandos oriundos da área da História, onde a literacia arquivística está claramente sub-representada enquanto área de formação. Salienta-se ainda que a opção pela inclusão da Ciência Arquivística na matriz pluridisciplinar do curso visou acompanhar as mais recentes tendências internacionais, onde a “Archival Science” anglo-saxónica é um campo em pujante desenvolvimento.

No âmbito desta Pós-Graduação, os alunos e as alunas foram convidados e convidadas a elaborar um trabalho final de curso sobre um tema à sua escolha dentro do quadro teórico e metodológico da Arquivística Histórica, preven-

do-se, desde logo, a sua publicação futura. Alguns dos trabalhos produziram-se na sequência de estágios em instituições arquivísticas no contexto de protocolos de estágio celebrados entre estas últimas e a Universidade. Outros foram produto de uma investigação histórico-arquivística desenvolvida sob a tutoria de docentes e especialistas associados à Pós-Graduação. Vários dos temas explorados nos trabalhos finais surgiram no decurso da fase letiva do curso a partir dos assuntos discutidos nas diferentes unidades curriculares; muitos outros foram trazidos pelos alunos e pelas alunas, que, assim, procuraram respostas no campo formativo para os problemas profissionais do seu quotidiano.

Ao longo deste processo formativo, devem ser sublinhadas as diversas parcerias institucionais estabelecidas para acolher investigações pontuais ou estágios curriculares prolongados, assentes uns e outros numa forte componente empírica, que contaram com o apoio permanente de especialistas vinculados a essas mesmas instituições. Nesta constante — e urgente, até — procura de soluções para os vastos e importantes arquivos históricos incorporados em Instituições de Memória, não só ao nível da sua conservação, mas também do seu estudo, divulgação e acesso, as componentes teórico-práticas das ofertas formativas do Ensino Superior podem e devem ter uma palavra a dizer. Não basta incorporar; é necessário tratar e divulgar, mantendo um debate permanente, aberto e positivo na procura de soluções mais vastas para um passado que merece um futuro. As unidades curriculares que compõem a formação académica fornecem o método, o aparato crítico e o contacto com os contextos históricos de produção da informação que serão, depois, complementados com a *praxis* técnico-científica desenvolvida e já consolidada no seio dessas mesmas Instituições. Neste sentido, são devidos agradecimentos à Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas — especialmente à Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições (DTTDA) —, à Academia das Ciências de Lisboa, à Fundação Calouste Gulbenkian, à Irmandade dos Clérigos do Porto — Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, e à Direcção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Destes trabalhos, dez serão agora dados à estampa em dois números especiais do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Consideramos ser o BAUC a casa ideal para receber estes números, não só pela sua reconhecida excelência, mas também por acolher desde há alguns anos a esta parte diversos artigos desenvolvidos na área da Arquivística Histórica<sup>3</sup>, alguns

---

<sup>3</sup> Henriques, L., & Rosa, M. de L. (2016). O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 26, 89-132; Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e

deles nascidos já na própria Pós-Graduação — seja no contexto de uma unidade curricular<sup>4</sup>, seja como resultado do estágio em contexto laboral<sup>5</sup> —, devendo, também, ser salientada a fecunda ligação à Imprensa da Universidade de Coimbra que, em 2019, publicou a obra *Recovered Voices, Newfound Questions: Family archives and historical research*, dedicada ao estudo de arquivos de família<sup>6</sup>.

Neste primeiro número tomaremos contacto com diferentes abordagens a arquivos pessoais contemporâneos, a arquivos de famílias do Antigo Regime, mas também a arquivos institucionais em pleno funcionamento ou já integrados em instituições de custódia em Portugal Continental, mas também nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. A expressiva maioria destes trabalhos pretende compreender as materialidades dos arquivos, problematizar, reconstituir e contextualizar a produção da informação e, sobretudo, conferir aos documentos uma inteligibilidade que seja visível através de uma eficaz e otimizada representação da informação para fins de pesquisa e de reutilização no processo científico de construção da Memória local e nacional.

O primeiro texto é da autoria de Rita Emília Ferreira Fernandes, arquiteta de formação, que apresenta o processo de reconstituição do acesso à documentação do Arquivo do Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), como parte integrante de um projeto mais vasto intitulado *ArchNeed, Arquitetura de Necessidade: Equipamento Comunitário em Portugal 1945-1985*, financiado pelo European Research Council (<https://arquitecturaaqui.eu/>). Na sua ótica, o “arquivo deste Serviço associado ao

---

conservação da informação social pré-moderna: perspectivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 547-586; Gago, A. B. (2017). A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos – um caso prático. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 451-493; Gago, A. B. (2019). O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 32(1), 39-98; Nóvoa, R. S. da. (2019). *Breviora reddet ordo, et mens, et ratio: o “Inventário Geral dos papéis de António Xavier de Miranda Henriques” (1815). Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 32(2), 59-85.

<sup>4</sup> Merêncio, M. B. (2022). A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos no discurso direto. Ação e atividade programática através dos Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal (1914-1949). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 35(1), 81-114.

<sup>5</sup> Couto, J. M. (2023). A produção e conservação informacional de Maria do Carmo Barros Leite (1841-1911). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 36(1), 163-253; Guarda, I. (2022). Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 35(2), 95-113.

<sup>6</sup> Rosa, M. de L., Nóvoa, R. S. da., Gago, A. B., & Câmara, M. J. da. (Coord.). (2019). *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

fim estatutário da Beneficência da FCG é fundamentalmente um arquivo de processos de subsídios, onde a arquitetura se manifesta como um dos instrumentos de resposta". Através de um aturado trabalho empírico, numa documentação que nunca havia sido alvo de uma abordagem arquivística, a autora procura "perscrutar e decifrar as lógicas, à primeira vista paradoxais, dos códigos [e sistema de cotas] utilizados por aquela unidade orgânica" e a estrutura da documentação produzida, dedicando ainda uma oportuna reflexão sobre a assunção de distâncias entre a cultura administrativa e a cultura arquivística que podem "levar a perdas de conhecimento significativas" na gestão da informação.

Maria Beatriz Merêncio e Joana Soares, que realizaram o seu estágio curricular na Academia das Ciências de Lisboa, oferecem-nos uma síntese da história institucional e a proposta de um quadro de classificação do arquivo, baseado em critérios orgânico-funcionais, resultante da análise dos sucessivos estatutos e normativas que regulamentaram o funcionamento da Instituição que oficializou o *Sapere Aude* no contexto nacional, como força motriz de um conhecimento eminentemente útil e pragmático em benefício do Progresso e do Bem Comum, conceitos tão caros ao espírito das Luzes.

O terceiro texto é da autoria do músico Francisco Oliveira Cymbron Furtado Cabral e insere-se no subcampo da Arquivística Musical. O Autor sugere uma proposta de descrição arquivística para "A Documentação Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto", procurando desconstruir a complexidade da escrita musical e a especificidade dos 72 documentos musicais, de 27 obras dos séculos XVI a XVIII. Avança, assim, com a sua descrição catalográfica e propõe que as duas séries de documentos — Partituras manuscritas e Partituras impressas — convirjam para a estrutura classificativa do catálogo global daquele Arquivo, elaborados em 2015 e, desde então, disponíveis no PAPIR. Para além da história custodial do fundo e de uma abordagem de história institucional, o Autor discorre, oportunamente, "sobre as ligações entre a música e a arquivística, sublinhando a falta de técnicos especializados em ambas as áreas, para o tratamento de acervos semelhantes, em arquivos públicos e privados".

Maria João Fonseca, arquiteta paisagista, doutorada pelo ISCTE-IUL, foi bolseira de pós-doutoramento no projeto da Infraestrutura ROSSIO — Ciências Sociais, Artes e Humanidades, integrada na Direção-Geral do Património Cultural. Nessa condição, foi responsável pelo tratamento arquivístico de uma parte do arquivo do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, doado ao Forte de Sacavém pelo próprio em 2006, e pelo recenseamento da restante documentação ainda existente na posse dos seus herdeiros, mas que foi, em

boa hora, doada à mesma instituição em 2022. Trata-se de um estudo, redigido em língua inglesa, de grande profundidade analítica que apresenta um primeiro quadro orgânico-funcional do arquivo, demonstrando a personalidade multifacetada de Gonçalo Ribeiro Telles, a sua ação profissional, política e cívica, e, sobretudo, o contexto originário de produção da informação resultante das funções concomitantes que exerceu durante a sua vida adulta. Outros tópicos da maior pertinência são, sem dúvida, a abordagem crítica à dualidade entre os arquivos de arquitetos e arquivos de arquitetura, bem como a análise comparativa das práticas arquivísticas contemporâneas no plano internacional colocando em confronto as opções classificativas no arquivo de Sir Geoffrey Alan Jellicoe (disperso por várias instituições inglesas, muito embora o seu arquivo pessoal pertença ao Museum of English Rural Life) e no arquivo de Cornelia Hahn Oberlander, adquirido pelo Canadian Centre for Architecture (CCA).

“Quare? O arquivo de D. Francisco Manuel de Melo” consubstancia o extenso trabalho heurístico desenvolvido por Paulo Manuel dos Anjos Ribeiro Gonçalves com o objetivo de proceder à reconstituição virtual do arquivo daquele escritor e político, que faleceu repentinamente em 1666. Partindo dos cerca de cem documentos inéditos que foram publicados por Edgar Prestage em 1909, 1910 e 1914, sem citar a sua origem, o Autor lança-se numa abordagem biográfica do produtor da informação, para contextualizá-lo no plano familiar, social e cultural do seu tempo e para apresentar hipóteses dos percursos daquilo que teria sido o seu arquivo e, finalmente nos apresentar uma completa “relação por ordem cronológica” dos documentos publicados por Prestage, fornecendo datas, títulos e sumários, e a localização dos originais. Não menos importante é o contributo para a reconstituição das redes de intelectuais no dealbar do século XX e da troca de fontes primárias que, também, contribui sobremaneira para a consolidação do ofício do historiador erudito-metódico.

O último dos textos deste número do BAUC é da autoria de Pedro Diogo Pereira da Câmara e visa debater as “Tendências e a fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família” a partir do estudo de caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, pertencente à Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Partindo de um instrumento de descrição já existente, mas ainda incipiente, elaborou o estudo genealógico da família para servir de suporte à perspetiva sistémica evidenciada no quadro de classificação, e procedeu à informatização de 95 descrições arquivísticas, balizadas cronologicamente entre 1824 e 1930, bem como à criação de registos de autoridade arquivística que, hoje, se encontram integralmente

acessíveis nas plataformas digitais da Entidade Custodiadora. Para além disso, o Autor apresenta um conjunto de reflexões em torno das intencionalidades da conceção do acervo documental e do papel desempenhado pelo arquivo na construção da identidade e memória familiar e pessoal.

No seu conjunto, estes textos revelam, desde logo, o potencial da Arquivística Histórica e de uma abordagem interdisciplinar ao estudo e tratamento do património arquivístico. Traduzem, também, a importância do trabalho empírico para a consolidação e desenvolvimento desta área disciplinar, que se abre, assim, ao teste, adaptação e expansão dos seus limites teórico-metodológicos. E demonstram ainda os grandes benefícios da aposta na formação avançada, possibilitadora de uma aprendizagem recíproca e da descoberta, enfim, de novos caminhos.

## BIBLIOGRAFIA

- Blouin, F., & Rosenberg, W. (2011). *Processing the Past. Contesting authority in History and the archives*. Oxford University Press.
- Couto, J. M. (2023). A produção e conservação informacional de Maria do Carmo Barros Leite (1841-1911). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 36(1), 163-253.
- Gago, A. B. (2017). A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos – um caso prático. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 451-493.
- Gago, A. B. (2019). O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 32(1), 39-98.
- Guarda, I. (2022). Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 35(2), 95-113.
- Henriques, L., & Rosa, M. de L. (2016). O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 26, 89-132.
- Merêncio, M. B. (2022). A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos no discurso direto. Ação e atividade programática através dos Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal (1914-1949). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 35(1), 81-114.
- Nóvoa, R. S. da. (2019). Breviora reddet ordo, et mens, et ratio: o “Inventário Geral dos papéis de António Xavier de Miranda Henriques” (1815). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 32(2), 59-85.
- Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação social pré-moderna: perspectivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 547-586.
- Rosa, M. de L., Nóvoa, R. S. da, Gago, A. B., & Câmara, M. J. da. (Coord.). (2019). *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

**Estudos**



# O processo de reconstituição do acesso à documentação do Arquivo do Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian

## The process of reconstituting access to documentation in the Calouste Gulbenkian Foundation's Charity Service Archive

RITA EMÍLIA FERREIRA FERNANDES

Bjarke Ingels Group Archives & Digital Asset Management Assistant

[fernandes.ritaemilia@gmail.com](mailto:fernandes.ritaemilia@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2559-1279>

### RESUMO

O Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian, um dos quatro serviços fundadores, ficou responsável pela gestão dos subsídios concedidos a instituições nomeadas por Calouste Gulbenkian no seu testamento, pela coordenação dos novos pedidos de subsídios, assim como dar respostas a situações inesperadas que provocaram fragilidades numa determinada comunidade em território nacional e internacional. O arquivo desta unidade orgânica, à guarda do Arquivo da Fundação permite não só acompanhar a miríade de processos de subsídios individuais e coletivos, que ao longo das várias décadas de atividades beneficiaram várias iniciativas, como também as mudanças de direção e designação ao longo do tempo<sup>1</sup>. Partindo do estudo

---

<sup>1</sup> Em 1971 o Serviço de Beneficência passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social (SSPS), sendo que de 2001 a 2013 foi denominado por Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano (SSDH).

do arquivo do Serviço de Beneficência, pretendeu-se questionar o seu contexto de produção e referência. Este trabalho para além de se empenhar na descrição do processo de reconstituição do acesso à documentação, procura perscrutar e decifrar as lógicas, à primeira vista paradoxais, dos códigos utilizados por aquela unidade orgânica. Dedicase ainda a uma reflexão aprofundada sobre a decalagem entre a cultura administrativa e a arquivística, que pode levar a perdas de conhecimento significativas, sendo assim perspetivadas estratégias de mitigação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos de fundações; Etnografia; Finding aids.

### **ABSTRACT**

For Eric Ketelaar, research on archives allows - through the study of their context, purpose of creation, users and holders, as builders of memory over time and space - to question why. In addition to questioning being fundamental for a posteriori investigation in the archive — starting from the study of the archive and its structure to later explore its contents — it is an instrument of experimentation and change necessary to “save the profession” (1999, p. 4).

Starting from the study of the Calouste Gulbenkian Foundation Charity Service archive, the aim was to question its context of production and referencing. The Charity Service, as one of the four founding services, was responsible for managing subsidies granted to institutions named by Calouste Gulbenkian in his will, coordinating new requests for subsidies, as well as responding to unexpected situations that caused weaknesses in a given community in a national and international territory (for example: the Lisbon floods of 1967, the returnees from Angola in 1975, the earthquake in the Azores in 1980, etc.). The archive of this organic unit, in custody of the Calouste Gulbenkian Foundation Archive, allows not only the monitoring of the myriad of individual and collective subsidy processes, which over the several decades of activities benefited various initiatives but also changes in direction and designation over time<sup>2</sup>. In terms of size, the Service Archive is made up of 1047 storage units, making up approximately 105 linear meters of documentation that accompany the temporal arch between 1953 to mid-2013 — in 2001, in the “Diagnosis of the Archival System”, an internal publication, it was esti-

---

<sup>2</sup> In 1971 the Charity Service was renamed to Health and Social Protection Service, and from 2001 to 2013, it was called Health and Human Development Service.

mated that the Gulbenkian Archive would comprise around 4,000 meters of documentation, with the archive of this organic unit accounting for around 2.6%.

In the January 2008 internal newsletter of the FCG, João Vieira points out that one of the great challenges in describing the institution's Archives is "the fact that the archive is extensive, that some sectors are in a foreign language (including Armenian) and that some subjects or themes are particular and complex for us archivists, especially those related to the financial and oil areas". These challenges and the constraints related to the services referral systems (which were unique in each organic unit) made the investigation and description process difficult.

Beyond striving to describe the process of reconstituting access to documentation, this work seeks to peer into and decipher the logic, at first sight paradoxical, of the codes used by that organic unit. In this sense, it became clear that the opportunity to get in touch with the producers, managers and collectors of a given archive should not, under any circumstances, be wasted.

Finally, it is dedicated to reflecting on the gap between administrative and archival culture, which can lead to significant knowledge losses, thus forecasting mitigation strategies.

**KEYWORDS:** Foundation archives; Ethnography; Finding aids.

## Abreviaturas

**AH** – Arquivística Histórica

**ASSDH** – Arquivo do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano

**FAP** – Fundo de Apoio da Presidência

**FCG** – Fundação Calouste Gulbenkian

**FA** – Finding Aids / Índices

**ISKO** – International Society for Organization of Knowledge / Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento

**KO** – Knowledge Organization / Organização do Conhecimento

**KOS** – Knowledge Organization Systems / Sistemas de Organização do Conhecimento

**SB** – Serviço de Beneficência

**SSDH** – Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano

**SSPS** – Serviço de Saúde e Proteção Social

**UAC** – Unidade de acondicionamento

Para Eric Ketelaar a investigação sobre os arquivos permite, através do estudo do seu contexto, propósito de criação, usuários e detentores, como construtores de memória ao longo do tempo e espaço, questionar porquê. Para além do questionamento ser fundamental para uma investigação no arquivo *a posteriori* — partir do estudo do arquivo e da sua estrutura para posteriormente explorar os seus conteúdos —, é um instrumento de experimentação e de mudança, necessário para “salvar a profissão” (1999, p. 4).

A investigação, proposta e desenvolvida no âmbito do segundo semestre da pós-graduação em Arquivística Histórica (AH), parte de uma vontade em estudar o arquivo do Serviço de Beneficência (SB)<sup>3</sup> da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), questionando o seu contexto de produção e referência. Este trabalho para além de se empenhar na descrição do processo de reconstituição do acesso à documentação, procura perscrutar e decifrar as lógicas, à primeira vista paradoxais, dos códigos utilizados por aquela unidade orgânica. Dedicase ainda a uma reflexão aprofundada sobre a deca- lagem entre a cultura administrativa e a arquivística, que pode levar a perdas de conhecimento significativas, sendo assim perspetivadas estratégias de mitigação.

Do ponto de vista metodológico, procurou-se através da leitura de produções científicas, reunir algumas perspetivas sobre as temáticas que foram surgindo à medida que a investigação se adensava. Paralelamente à análise dos próprios documentos em arquivo, procedemos a uma série de levantamentos e recolha etnográfica de informações com a ajuda de uma antiga colaboradora do serviço de modo a, de alguma forma, registar o conhecimento sobre os sistemas de referência e organização utilizados por aquela unidade orgânica.

A organização deste projeto de investigação é o produto de um permanente processo de aproximação, estando estruturado em, essencialmente, dois momentos: um primeiro onde será abordado o Arquivo do Serviço de Beneficência da FCG, apresentando os *finding aids* (FA) associados à documentação da unidade orgânica e qual o percurso que fizemos para aceder à mesma; e um segundo momento onde refletimos sobre o desfaseamento entre a cultura administrativa e a arquivística, lançando algumas propostas de modo a colmatar as perdas de conhecimento frequentemente associadas a essa discrepância.

---

<sup>3</sup> Em 1971 o Serviço de Beneficência passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social (SPS), sendo que de 2001 a 2013 foi denominado por Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano (SSDH).

A leitura e revisão da bibliografia, essencialmente baseada em produções científicas nacionais e internacionais, permitiram não só desenvolver e consolidar conhecimentos ligados à teoria arquivística — propiciando um espírito crítico e mais informado — como também refletir sobre determinadas práticas em Arquivo. Estas ajudaram direta ou indiretamente a gizar a estrutura da investigação.

Se num primeiro momento as leituras incidiram sobre artigos relacionados com a investigação sobre Arquivos e a relação da Etnografia com a Arquivística; num segundo momento as leituras apostaram em produções escritas relacionadas com os sistemas de referenciação arquivística, a organização do conhecimento (KO) e os seus sistemas (KOS) e as perdas de conhecimentos relacionadas com a cultura administrativa.

A publicação comemorativa dos 50 anos da FCG, “Fundação Calouste Gulbenkian: Factos e Números” (Esgaio & Vieira, 2008), percorre e apresenta os vários serviços que fizeram parte da instituição, alguns deles extintos. Na apresentação do serviço associado ao fim estatutário da Beneficência são identificadas três fases de atividade:

- 1ª fase entre 1956 e 1980 – caracterizado pelos “primeiros programas de apoio à saúde pública”
- 2ª fase entre 1980 ao ano 2000 – caracterizado pela “aquisição de equipamento para o diagnóstico e tratamento da doença, no contributo à implantação de atividades médicas não existentes no país”
- 3ª fase após 2000 – caracterizado pelas “parcerias e participação em redes, designadamente internacionais”

Não deixa de ser curiosa esta identificação que não tem em conta, por exemplo, as alterações de denominação do Serviço que em 1971 passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social e em 2001 a Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano. É um faseamento que parece ter em conta a natureza dos subsídios que efetivamente a partir dos anos 1980 vão incidir fortemente no apetrechamento de hospitais e equipamento de assistência, enquanto nos processos iniciais é claro o movimento dinamizado pela Fundação no âmbito da construção e ampliação de infraestruturas, assim como uma atividade benemérita ligada a entidades singulares.

Esta investigação permitiu explorar a relação da etnografia com a arquivística através da leitura de alguns artigos científicos. Foi, sem dúvida, uma das temáticas que despertou maior interesse ao longo da investigação. Neste âmbito o artigo de Karen Gracy publicado na *Archival Science* 4 de 2004, “Documenting Communities of Practice: Making the Case for Archival

Ethnography” (2004, pp. 335-365), apresenta uma análise do arquivo sob um ponto de vista sociológico. São desde logo introduzidos os conceitos de etnografia e a aplicação desse conceito à arquivística, referindo, que a etnografia é uma forma de inquérito naturalista que coloca o investigador num determinado ambiente arquivístico de modo a alcançar a perspetiva cultural dos responsáveis pela criação, coleção, cuidado e uso dos registos. Esta proposta de posicionamento que respeita e inclui os produtores da informação como agentes ativos do processo de investigação e descrição de determinado Arquivo pareceu-nos, quando possível, uma posição a ter em consideração. Para a professora da School of Information da Kent State University uma “community of practice” é constituída pelos criadores e usuários dos documentos juntamente com os arquivistas onde através de uma interação social é possível criar e definir valores/significados.

O capítulo “Archival Ethnography” de Stephanie Decker e Alan McKinlay para o compêndio da Routledge sobre “Anthropology and Business” remete para a estreita relação entre as duas disciplinas, definindo a etnografia arquivística como “uma observação não participada” (2020, p. 19).

Lauren Haberstock, no seu artigo de 2019, “Participatory Description: Decolonizing Descriptive Methodologies in Archives” (2020, pp. 125-138), para além de abordar uma componente participatória na descrição arquivística, enuncia Luciana Duranti que delineava a descrição arquivística através de três fatores: “preservation of meaning, exercise of control, and provision of access”. A preservação de significado é fundamental para a verdadeira compreensão do arquivo, no caso do Arquivo do Serviço de Beneficência a questão da nomenclatura e códigos atribuídos pelo serviço prendiam-se já com juízos de valor em relação aos processos. Da conversa formal com uma antiga colaboradora do já extinto Serviço de Saúde e Proteção Social<sup>4</sup>, Madalena Queiroz e Melo, pretendíamos chegar a algumas respostas nesse sentido, por exemplo, se seria possível um processo ser classificado numa determinada categoria e ser eventualmente reclassificado?

## **Análise, história e evolução orgânica do Arquivo do Serviço de Beneficência**

A Fundação Calouste Gulbenkian, instituída em 1956 com a aprovação e publicação em Diário do Governo dos seus estatutos no Decreto-lei 40690

---

<sup>4</sup> Denominação sucessora do Serviço de Beneficência entre 1971-2001.

(imagem 1), de 18 de julho, foi definida inicialmente por quatro fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação. A sua atividade ao longo do tempo foi “complementar da do Estado” (Esgaio & Vieira, 2008, pp. 59-61), principalmente no que à Beneficência disse respeito.

O Serviço de Beneficência (SB)<sup>5</sup>, como um dos serviços fundadores, ficou responsável pela gestão dos subsídios concedidos a instituições nomeadas por Calouste Gulbenkian no seu testamento, pela coordenação dos novos pedidos de subsídios, assim como dar respostas a situações inesperadas que provocaram fragilidades numa determinada comunidade em território nacional e internacional (por exemplo: as cheias de Lisboa de 1967, os retornados de Angola em 1975, o sismo nos Açores em 1980, etc.). O arquivo desta unidade orgânica, à guarda do Arquivo da FCG, permite não só acompanhar a miríade de processos de subsídios individuais e coletivos, que ao longo das várias décadas de atividades beneficiaram várias iniciativas, como também as mudanças de direção e designação ao longo do tempo — em 1971 o Serviço de Beneficência passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social (SSPS), sendo que de 2001 a 2013 foi denominado por Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano (SSDH)<sup>6</sup>. Tendo em conta estas mudanças o Arquivo Gulbenkian determinou, segundo a estrutura orgânica no software de descrição NYRON, atribuir a denominação “Arquivo do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano” (ASSDH) por corresponder à última fase de atividade do serviço, antes de ser dividido em vários programas. Na publicação comemorativa dos 50 anos da FCG é referido que “a finalidade estatutária ‘Beneficência’ foi sendo interpretada ao longo dos anos e, a atestá-la, está a sucessiva alteração do nome do Serviço da Fundação incumbido de a concretizar” (Esgaio & Vieira, 2008, p. 61) — a partir de 1971 é significativa a redução de subsídios a entidades singulares, fixando-se o foco nos hospitais e organizações de solidariedade social.

O Arquivo da FCG, integrado com a Biblioteca de Arte, é constituído não só pelos conjuntos documentais produzidos no âmbito da atividade (empresarial e filantrópica) de Calouste Gulbenkian e dos seus colaboradores, como também pela documentação proveniente dos vários serviços da FCG (Esgaio & Vieira, 2008, pp. 6-7). Nas últimas décadas temos assistido a uma sistemática recolha, organização e preservação dessa documentação, que

---

<sup>5</sup> Alberto Azevedo Gomes foi diretor do serviço até 1963, tendo sido sucedido por Augusto Reimão Pinto (1963-1995) e Manuel Rodrigues Gomes (1995-2013).

<sup>6</sup> A partir de 2013 o serviço passa a subdividir-se em vários programas relacionados com o desenvolvimento humano e a coesão social.

tem permitido manter a memória do fundador e da instituição, dando a conhecer melhor as suas atividades e encorajando a investigação científica<sup>7</sup>.

No âmbito do projeto *ArchNeed, Arquitetura de Necessidade: Equipamento Comunitário em Portugal 1945-1985*<sup>8</sup>, pretendeu-se, em colaboração com o Arquivo Gulbenkian, descrever arquivisticamente os processos de concessão de subsídios que utilizaram ações de construção/ampliação/recuperação como instrumento de resposta a uma necessidade de uma determinada comunidade. O Arquivo do Serviço de Beneficência<sup>9</sup> em nenhum momento foi descrito ou sofreu um tratamento arquivístico, existindo apenas alguns elementos que davam conta da existência de unidades de acondicionamento referentes à sua atividade.

Em termos de dimensão o Arquivo do Serviço é composto por 1047 unidades de acondicionamento, perfazendo aproximadamente 105 metros lineares de documentação que acompanham o arco temporal entre 1953<sup>10</sup> a meados de 2013<sup>11</sup> — em 2001, no “Diagnóstico ao Sistema Arquivístico”, uma publicação interna, estimava-se que o Arquivo Gulbenkian fosse composto por cerca de 4.000 metros de documentação, sendo que o arquivo desta unidade orgânica corresponderia a cerca de 2,6 % (Costa & Vieira, 2001).

As unidades de acondicionamento (UAC) correspondentes ao ASSDH encontravam-se distribuídas por dois depósitos, um controlado do ponto de vista da temperatura e humidade (câmara semifria regulada do ponto de vista da temperatura (16°C) e humidade relativa (30-40%)) e outro, denominado por ‘depósito sujo’, sem qualquer tipo de controlo de temperatura e humidade, uma antiga sala de ensaio do *Ballet Gulbenkian*<sup>12</sup> (onde se encontraram os processos mais recentes do SSDH). O Arquivo do Serviço associado ao fim estatutário da Beneficência da FCG é fundamentalmente um arquivo de processos de subsídios, onde a arquitetura se manifesta como um dos instrumentos de resposta.

A pulverização das unidades de acondicionamento impôs desde logo a questão: Qual a abordagem a eleger para aceder à documentação desta

---

<sup>7</sup> Newsletter interna da FCG de janeiro de 2008.

<sup>8</sup> ArchNeed – The Architecture of Need: Community Facilities in Portugal 1945-1985 (PTDC/ART-DAQ/6510/2020). <https://arquitecturaaqui.eu/>

<sup>9</sup> Na estrutura orgânica do software de descrição utilizado pelo Arquivo o nome atribuído a este fundo documental é “Arquivo do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano”.

<sup>10</sup> Apesar da FCG ter sido apenas instituída em 1956, encontramos neste arquivo documentação anterior a esta data, no âmbito da atividade benemérita de Calouste Gulbenkian.

<sup>11</sup> No âmbito do projeto ArchNeed foram realizados 1514 registos de descrição a vários níveis — 1 série, 403 processos, 283 subprocessos, 9 sub-subprocessos, 306 documentos, 512 peças.

<sup>12</sup> Extinto em 2005.

unidade orgânica? (imagem 2) Tendo em conta que o projeto ArchNeed tinha como objetivo a descrição arquivística de processos onde existisse uma componente construtiva, o trabalho inicial partiu logo para uma análise dos Relatórios de Contas (*Chartered Accountants' Reports*) — no Artigo 23º do Decreto-lei 40690, de 18 de julho de 1956, é identificada esta tipologia que se revelou muito pertinente no contexto do arquivo e principalmente no âmbito da descrição do Serviço de Beneficência. O Artigo 23º declara que “o conselho de administração procederá todos os anos a um rigoroso inventário do património da Fundação e a um balanço de todas as suas receitas e despesas”. Estes inventários que resultaram nos relatórios de contas são fundamentais para o acompanhamento da atividade da FCG em Portugal e no Estrangeiro, segundo os seus fins estatutários. Na secção correspondente ao âmbito assistencial da ‘caridade’ (charity) são assinaladas as instituições, a finalidade principal do subsídio concedido e um rastreamento cronológico do pagamento do subsídio atribuído. Estas publicações internas da FCG permitiram facilmente assinalar as entidades que obtiveram subsídios no enquadramento do projeto ArchNeed porque, para além de referirem o nome da entidade, o valor concedido, o valor pago e por pagar, alegavam também a finalidade do subsídio. Contudo, após uma identificação/seleção nos relatórios das entidades cujos processos se enquadram no projeto, surgiu a questão: Como localizar estes processos fisicamente? Através dos relatórios não conseguimos estabelecer nenhuma relação com as 1047 UAC. Assim, foi tomada a decisão de investir na análise das guias de remessas emitidas pela própria unidade orgânica quando remeteu as unidades para o Arquivo. As guias revelaram-se incipientes no sentido em que apenas apresentavam códigos associados ao número das UAC. Neste passo surgiu a interrogação: Como identificar os códigos das entidades beneficiárias selecionadas nos relatórios de contas? A este ponto sabíamos da existência das quatro caixas com as fichas (verbetes) dos processos de entidades coletivas beneficiárias que para além de apresentarem o nome da entidade e um pequeno resumo do processo de concessão de subsídio, estabeleciam o código de referência do processo. Foi então necessário proceder a um cruzamento dos elementos pré-existentes — as fichas de entidades, os *Chartered Accountants' Reports* e as guias de remessa — numa tentativa de compreender a correspondência entre os códigos das entidades, os nomes das entidades e as cotas das UAC de modo a determinar a localização física dos processos identificados num primeiro momento. Essa interseção da informação dos vários índices foi fundamental tendo em conta que nenhum dos três tinha capacidade para dar uma resposta isolada.

Embora esta interseção de dados tenha gerado a localização de alguns processos, tratou-se apenas de uma minoria. Isso levou a que a certo momento se iniciasse a verificação física das unidades de acondicionamento, uma a uma, registando num roteiro, em formato Excel, a localização das unidades de acondicionamento e os respetivos processos. Este desvio, embora represente um pouco a fragilidade dos índices, permitiu/ propiciou um contacto com toda a documentação do arquivo do serviço — se o cruzamento dos índices tivesse permitido determinar à partida a localização dos processos, este contacto com a documentação na sua totalidade não teria sido possível.

A abordagem à documentação passou assim por duas fases, ambas importantes do ponto de vista da análise e estudo do arquivo daquela unidade orgânica.

Parece-nos importante referir que no caso deste serviço, cada entidade petionária constitui um processo, classificado com uma determinada categoria, independentemente do número de subsídios concedidos, sendo os documentos ordenados por ordem de tomada de decisão. Esta classificação não é transversal aos restantes serviços da FCG, no serviço de Educação, a título de exemplo, cada processo de concessão de subsídio tem uma classificação única, mesmo que tenha em comum a entidade requerente/beneficiária. Das 1047 unidades de acondicionamento, cerca de 8,31% não foram encontradas havendo um registo de eliminação das mesmas. Algumas destas unidades continham, segundo apuramos através do cruzamento inicial dos índices, processos identificados nos *Chartered Accountants' Reports* com subsídios para construção. Verificamos em arquivo a existência de 42 microfiches associados ao Serviço de Beneficência que nos remeteram para a possibilidade de estes processos, instalados em unidades de acondicionamento não encontradas, terem sido microfilmados e posteriormente destruídos.

O processo de microfilmagem iniciou-se em agosto de 1980 quando o Conselho de Administração da FCG deliberou “que a microfilmagem passaria a constituir uma atividade normal e regular na atividade dos Serviços da FCG e executada sob a responsabilidade de um membro do Conselho de Administração para esse efeito designado”<sup>13</sup>. A Partex-CPS ficou responsável pelo “estudo, implementação e operação do Centro de Microfilmagem da FCG”. Em meados de 1985 desencadeou-se o *Projecto de Informatização* da FCG com a organização de vários programas de sensibilização à informática. As décadas de 1980 e 1990 ficaram assim marcadas pelo extenso processo de microfilmagem e informatização, que tinha como principal

---

<sup>13</sup> In Regulamento de Conservação Arquivística Microfilmada – Microfilmagem dos Arquivos Mortos na Fundação Calouste Gulbenkian.

objetivo dar uma resposta à acumulação documental que se fazia sentir junto das unidades orgânicas da instituição. No que diz respeito ao Serviço de Beneficência foram microfilmados 273.000 documentos, resultando nas 42 bobinas de 16 milímetros, sendo que entre 1988 e 1998 foram eliminados cerca de 11,7 metros lineares de documentação, correspondendo a 2,21% de toda a documentação eliminada nesse arco temporal. Segundo a “Análise de Documentação e Desenvolvimento de Actividades do Serviço de Saúde e Protecção Social” realizada pela Partex-CPS, Augusto Reimão Pinto<sup>14</sup>, diretor do SSPS, numa reunião em setembro de 1982 indica que “o arquivo se encontra organizado em três grandes categorias — Subsídios Instituições, Subsídios Individuais e Documentos de Funcionamento do Serviço — cujos dois primeiros se encontram subdivididos em Pedidos Atendidos e Não Atendidos”. Numa reunião em dezembro de 1982<sup>15</sup> o diretor do SSPS decide o destino da documentação através da seguinte combinação de ações:

- Conservar sem Microfilmar – subsídios a instituições atendidos em execução; subsídios a Instituições Atendidos executados; desmembramento processos coletivos atendidos;
- Microfilmar e Conservar – informações;
- Microfilmar e Destruir – subsídios instituições recusados; subsídios instituições coletivos sem andamento; subsídios individuais atendidos; subsídios individuais recusados; copiadores;
- Destruir sem Microfilmar – cópias autorização subsídios; ordens de pagamento; desmembramento processos coletivos não atendidos.

Nessa reunião foi ainda decidido que a microfilmagem iria incluir o arco temporal até 1981 (inclusive).

## **Os *finding aids* (FA) e os sistemas de referenciação utilizados**

“Finding Aid – The descriptive tool, published or unpublished, manual or electronic, produced by the Archives to establish physical control

---

<sup>14</sup> Augusto Reimão Cunha Pinto – Diretor do Serviço de Saúde e Protecção Social da FCG entre 1963 e 1995.

<sup>15</sup> In Análise de Documentação e Desenvolvimento de Actividades do Serviço de Saúde e Protecção Social, relatório interno realizado pela Partex-CPS.

and/or intellectual control over records and/or archival materials” (Jimerson, 2002, p. 125).

O artigo de 2002 de Randall C. Jimerson, “Archival Description and Finding Aids”, enuncia a definição de FA, acima apresentada, que Lewis e Lynn Bellardo, em 1992, apresentam em “A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers”.

No caso do Arquivo do serviço associado ao fim estatutário da Beneficência os índices que encontramos não foram realizados pelo Arquivo, mas sim pelo próprio serviço no momento de produção — visavam, por um lado, resumir o percurso de determinado processo e por outro localizá-lo de uma forma mais eficaz.

Segundo Fernanda Ribeiro os índices são um “produto de uma abordagem vertical ou horizontal do sistema de informação” sendo do ponto de vista tipológico um elemento que pode ter “características muito diversas”. Segundo a autora esta especificidade não resulta apenas do nível de análise arquivística, mas também do tipo de pontos de acesso que incluem (Ribeiro, 2003, p. 38) — “normalmente, os elementos constitutivos de um índice são apenas de tipo orientador (pontos de acesso e referência topográfica), não havendo uma parte descritiva. Assim, de acordo com o tipo de pontos de acesso, também os índices se podem enquadrar em tipologias específicas, a saber: índice alfabético (com as variantes de antroponímico, toponímico, geográfico, ideográfico), índice cronológico, índice sistemático (de assuntos ou de outra natureza, dependendo do tipo de classes estabelecidas) ou índice topográfico” (Ribeiro, 2003, p. 38).

Foi precisamente no que diz respeito aos índices e códigos de referência do ASSDH que os vários contactos com a antiga colaboradora, Madalena Queiroz e Melo, atualmente coordenadora do Programa Gulbenkian Conhecimento, se mostraram determinantes para a consolidação e estabelecimento de significados.

Os índices que encontramos associados ao Serviço de Beneficência são os seguintes:

- Fichas de entidades coletivas beneficiárias

Com o formato 22,7 x 15,2 centímetros, estes verbetes registam através da data e de um pequeno resumo os momentos mais relevantes do processo de concessão de subsídio (acta de autorização de concessão de subsídio, datas de pagamentos, etc.). Estão organizadas por ordem alfabética em quatro caixas (formato das caixas: 24 x 34,4 x 17,8 centímetros) — Caixa 1: A-C; Caixa 2: C-G; Caixa 3: H-L; Caixa 4: M-Z

- Relatórios dos subsídios concedidos / Chartered Accountants' Report for the Year Ended

Com o formato 29,7 x 21 centímetros, era nestas publicações internas da FCG onde, normalmente, a cada ano ou a cada dois anos se apresentava o registo das atividades económicas da fundação. No que dizia respeito ao Serviço de Beneficência (posteriormente Serviço de Saúde e Proteção Social) eram apresentadas as entidades coletivas subsidiadas naquele período, o destino do subsídio (por exemplo: “obras de ampliação”; “auxílio geral”; “aquisição de equipamento”; etc.) e o valor total do subsídio. O primeiro relatório de contas incluiu os anos entre 1956 e 1962. O segundo relatório inclui os anos de 1963 a 1965. A partir de 1966 passam a ser publicações anuais, em inglês e passam a denominar-se “*Chartered Accountants' Report for the Year Ended*”. Normalmente a publicação apresentava uma organização por geografia seguida de uma organização por fim estatutário.

- Guias de Remessa

Com o formato 29,7 x 21 centímetros, este é um instrumento produzido pelo Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano quando procedeu ao envio das unidades documentais para arquivo. É um elemento pouco detalhado onde praticamente nunca é referido os nomes das entidades nas unidades de acondicionamento. Utilizam apenas os códigos seja dos processos ou das UAC.

- Roteiro – Arquivo FCG

Com o formato digital — folha Excel, é um ficheiro que, a partir de uma breve análise das unidades de acondicionamento por tratar, registou as unidades referentes ao ASSDH, existindo 1047 unidades de acondicionamento numeradas de 1 a 1047. Inicialmente este ficheiro não apresentava que processos estavam associados às UAC, tendo sido essa uma tarefa do projeto ArchNeed.

- [Livro de] Registo de Processos

Com o formato 33 x 26,2 centímetros — composto por dois volumes: volume 1 correspondente ao arco temporal entre 1957 e julho de 1985 (sufixo 1 a 3134); volume 2 correspondente ao período entre 1985 e agosto de 2000 (sufixo 3135 a 3687) — estes livros eram onde o Serviço de Beneficência registava a entrada de pedidos de subsídios. Estava organizado segundo uma tabela com colunas de preenchimento para: número de ordem (que dará origem ao número do código D1, por exemplo o número

1 da tabela corresponde ao D.1./1); Ano; Nome da Instituição; Morada; Observações (normalmente preenchido com “arquivado” ou “concedido”).

- Livro de Registo de Beneficiários

Com o formato 33 x 26,2 centímetros — composto apenas por um volume, correspondente ao arco temporal entre 1955 e 1957, é o livro de registo dos beneficiários da Herança Gulbenkian / Fundação Calouste Gulbenkian. Contém o nome, data de pagamento e importância.

Articulados aos índices encontramos referência a um extenso conjunto de códigos. Até aos anos 2000 os códigos de referência eram compostos por duas células, um prefixo correspondente à categoria do processo e um sufixo correspondente à numeração do processo que estava relacionado com a ordem de entrada no serviço (imagem 3). Associados aos códigos de referência utilizados por esta unidade orgânica (imagem 4) encontramos os seguintes prefixos (até aos anos 2000):

- A – Processos de entidades coletivas subsidiadas pelo próprio Calouste Gulbenkian regularmente e que transitaram para o Serviço de Beneficência quando a FCG foi instituída
- B – Processos de entidades coletivas subsidiadas pelo próprio Calouste Gulbenkian sem carácter regular e que transitaram para o Serviço de Beneficência quando a FCG foi instituída
- F – Processos de entidades coletivas subsidiadas em regime extraordinário pela FCG — podiam ter sido subsidiadas pelo próprio Gulbenkian<sup>16</sup>
- D.1 – Processos de entidades coletivas subsidiadas pela FCG<sup>17</sup>
- D.2 – Processos de entidades coletivas apenas com subsídios indeferidos
- ASA – Assuntos sem andamento<sup>18</sup>
- C.2 – Processos de entidades singulares subsidiadas pelo próprio Calouste Gulbenkian e que transitaram para o Serviço de Beneficência quando a FCG foi instituída
- E – Processos de entidades singulares subsidiadas pela FCG
- I/C.1 – Entidades individuais apenas com subsídios indeferidos

---

<sup>16</sup> A Cáritas foi inicialmente classificada como B e posteriormente reclassificada como F.

<sup>17</sup> Dentro dos processos das entidades da categoria D1 podem existir alguns pedidos de subsídios indeferidos.

<sup>18</sup> Código de referência dado ao conjunto de pedidos “sem andamento” microfilmados.

- G – Informações<sup>19</sup>
- Cop. – Copiadores

Tal como referido previamente, o sistema de referência para além da categorização através de um prefixo que categorizava as entidades, tinha a particularidade de ser formado por um sufixo correspondente ao número de entrada no serviço. Curiosamente os processos categoria A, B e F não utilizavam numeração árabe, sendo o código formado por uma partícula de sufixo em numeração romana.

No caso do prefixo D.1, correspondente à categoria mais descrita até ao momento, correspondendo a processos de entidade coletivas que iniciaram depois da instituição da FCG.

O Serviço de Beneficência, assim como os restantes serviços fundadores da FCG, atribuía a cada entidade que pedia um subsídio ou iniciava uma comunicação um código — por exemplo D.1/####<sup>20</sup> —, passando a organizar essa troca de correspondência interna e externa em unidades de acondicionamento, de forma cronológica. Sempre que recebiam um ofício da entidade beneficiária, para além de carimbarem e assinalarem com data de entrada, inscreviam também o código do processo.

A partir dos anos 2000 assiste-se a uma informatização do serviço (imagem 5) o que leva a uma nova classificação dos processos de subsídio. É atribuído um código de entidade beneficiária (E) ao qual é associado um código de processo (P), assim cada atribuição de subsídio passa a corresponder a um processo e passa a estar classificado através de dois códigos (E-##### P-#####). Até a essa data cada processo continha todos os pedidos e concessões de subsídios de uma determinada entidade e estava definido apenas pelo código de ‘categoria’ da entidade (D.1/#####).

## **A decalagem entre a cultura administrativa e arquivística. A etnografia como ferramenta de apoio à arquivística**

Na newsletter interna da FCG de janeiro de 2008, João Vieira aponta como um dos grandes desafios da descrição dos Arquivos da instituição

<sup>19</sup> Código de referência dado ao conjunto de informações microfilmadas – estão organizadas por sequência.

<sup>20</sup> No caso das categorias anteriores aos anos 2000, os cardinais representam o sufixo correspondente à numeração do processo que estava relacionado com a ordem de entrada no serviço.

“o facto de o arquivo ser muito grande, de alguns sectores estarem em língua estrangeira (incluindo arménio) e de alguns assuntos ou temas serem muito específicos e complexos para nós, arquivistas, sobretudo os que se relacionam com as áreas financeira e petrolífera”. Esses desafios juntamente com os constrangimentos relacionados com os sistemas de referenciação dos serviços (que eram únicos em cada unidade orgânica) dificultam o processo de investigação e descrição. Apesar de no tratamento arquivístico do ASSDH termos sido instigados por essa pulverização de informações, que em grande parte nem no cruzamento se mostravam fortuitas, o Arquivo Gulbenkian tem desenvolvido práticas de modo a não só normalizar a descrição como também a conceder um papel de destaque aos colaboradores que produzem, recebem, processam e consomem documentos. Segundo o Diretor da Biblioteca de Arte e Arquivos da FCG estes colaboradores “têm um papel essencial na gestão documental, uma vez que é com eles que as unidades documentais são criadas”, acrescentando que “importará, pois, aos arquivistas instituir normas e boas práticas que orientem estas pessoas e os sistemas de informação que operam na produção e conservação de documentos eficazes e relevantes do ponto de vista organizacional” (Newsletter F. C. G., 2008 p. 20).

Uma missão administrativa primária e secundária, como recurso de informação e de prova de apoio à salvaguarda e valorização da identidade e da cultura organizacional da instituição, suportar investigações científicas e técnicas em áreas temáticas concretas a desenvolver pela FCG ou por entidades externas e ser uma fonte de fruição cultural. Para além da missão apontada por João Vieira, são vários os processos ainda hoje solicitados para consulta por parte de investigadores (Newsletter F. C. G., 2008). O projeto ArchNeed, com a descrição arquivística que está a realizar do Serviço de Beneficência, é uma ação que irá tornar estes processos mais próximos dos utilizadores e de futuras produções científicas.

Chun Wei Choo, no artigo “The Knowing Organization: How Organizations Use Information to Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions” define o conhecimento organizacional como uma propriedade coletiva organizada por um conjunto de processos de uso da informação, pelos quais as pessoas criam significados comuns, desenvolvem novos conhecimentos e a utilizam para a tomada de ação (1996, pp. 329-340).

São vários os estudos que demonstram a pertinência da utilização da história oral como meio de preservação da memória organizacional, o *story-telling* deve ser visto como um processo de recuperação do conhecimento organizacional — a Etnografia deve ser colocada ao serviço da Arquivística.

Numa cronologia mais recente, Lídia Potrich com a sua dissertação de mestrado, “Riscos da Perda de Conhecimento vinculado a Fatores Humanos em Empresas Intensivas em Conhecimento”, de 2019, reconhece o fator determinante que o conhecimento desempenha no sucesso e sustentabilidade organizacional, reforçando a importância em mitigar as perdas de conhecimento associadas ao fator humano (Potrich, 2019).

A reconstituição do acesso à informação do Arquivo do Serviço de Saúde e Proteção Social não seria possível sem o contributo da colaboradora Madalena Queiroz e Melo, provavelmente a única pessoa que detém ainda algum conhecimento por detrás dos códigos atribuídos a cada processo e todo o sistema associado à articulação de códigos.

No contexto do ASSDH existiam várias pontas soltas, principalmente do ponto de vista dos índices. Com a possibilidade de conversas com um dos produtores e gestores da documentação deste arquivo tornou-se evidente a importância de tal contacto. Sem as várias conversas com a colaboradora, seria certamente um percurso de investigação mais demorado e dificultado. Da conversa surgiu, por exemplo, uma referência ao livro de registos que, posteriormente encontrado, se mostrou um instrumento importantíssimo para a compreensão do processo de documentalização do serviço, sendo que, de alguma forma, veio complementar os encontrados numa primeira fase — as fichas de entidades coletivas beneficiárias, os *accountants' reports* e as guias de remessa. Assim, tornou-se claro que a oportunidade em contactar com os produtores, gestores e acumuladores de determinado arquivo não deve ser, de modo algum, desperdiçada.

Esta investigação evidenciou, em certa medida, o exíguo investimento das instituições no que diz respeito à conservação dos sistemas de referência utilizados pelas unidades orgânicas que as compõem. A falta de investimento leva a que muitas vezes se perca informações quando os colaboradores com mais anos de experiência e que acompanharam as mudanças de determinado serviço se reformam ou, simplesmente, saem da instituição. O caso do ASSDH estaria provavelmente destinado a esse fim, se não fosse o esforço desta investigação e a tentativa de contribuir para uma melhor compreensão da produção, organização e referência do serviço. Os FA que encontramos associados a este serviço foram produzidos ao mesmo tempo que a documentação estava a ser processada e tentavam dar conta de todos os passos do processo de atribuição de subsídio. A maior parte da bibliografia consultada refere-se a FA produzidos pelos próprios arquivos e não pelos produtores da informação, sendo nesse sentido que os índices do ASSDH se destacam também pelo facto de não terem sido criados *a posteriori*.

Para além da compreensão das variantes e desvios no percurso geral na unidade orgânica, uma das premissas desta investigação, era também sensibilizar para as perdas de informação numa tentativa de mudança de paradigma. A descrição do ASSDH juntamente com esta preocupação em reunir os significados das classificações, que se poderiam perder em menos de uma década, teve como objetivo tornar estes processos mais próximos dos utilizadores e de futuras produções científicas.

## Lista bibliográfica

### Monografias:

- Costa, E., & Vieira, J. (2001). *Diagnóstico ao Sistema Arquivístico*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Esgaio, R., & Vieira, J. F. (Coord.). (2008). *Fundação Calouste Gulbenkian: Factos e Números*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, F. (2003). *O acesso à informação nos arquivos*. Fundação Calouste Gulbenkian.

### Publicações periódicas:

- Bearman, D. (1992). Documenting Documentation. *Archivaria*, (34), 33-49.
- Choo, C. W. (1996). The Knowing Organization: How Organizations Use Information to Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions. *International Journal of Information Management*, 16(5), 329-340.
- Cook, T. (1996). Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records. *The American Archivist*, 59(2), 136-143.
- Cook, T. (1997). The Impact of David Bearman on Modern Archival Thinking: An Essay of Personal Reflection and Critique. *Archives and Museum Informatics*, (11), 15-37. <https://doi.org/10.1023/A:1009035121019>
- Cox, R. J. (2007). Revisiting the Archival Finding Aid. *Journal of Archival Organization*, 5(4), 5-32. <https://doi.org/10.1080/15332740802153245>
- Gracy, K. F. (2004). Documenting Communities of Practice: Making the Case for Archival Ethnography. *Archival Science*, (4), 335-365. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-2599-3>
- Haberstock, L. (2020). Participatory description: decolonizing descriptive methodologies in archives. *Archival Science*, (20), 125-138.
- Hjørland, B. (2016). Knowledge organization (KO). In B. Hjørland, & C. Gnoli (Eds.), *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. <https://www.isko.org/cyclo>

- Jimerson, R. C. (2002). Archival description and finding aids. *OCLC Systems & Services: International digital library perspectives*, 18(3), 125-129. <https://doi.org/10.1108/10650750210439331>
- Ketelaar, E. (1999, November 1-2). *Research in and on archives* [Paper presentation]. National Scholarly Communications Forum. Roundtable on Archives in the National Research Infrastructure, Canberra. [https://www.researchgate.net/publication/341931773\\_Research\\_in\\_and\\_on\\_archives](https://www.researchgate.net/publication/341931773_Research_in_and_on_archives)
- Nonaka, I., Toyama, R., & Konno, N. (2000). SECI, Ba and Leadership: A Unified Model of Dynamic Knowledge Creation. *Long Range Planning*, 33(1), 5-34.
- Ribeiro, F. (2005). Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série, IV, 83-100.
- Ribeiro, F., & Cerveira, M. E. (Eds.). (2018, July 9-11). *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age, Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference* [Paper presentation]. International Conference Proceedings Book, Porto.
- Vieira, J. (2010). *Documentos e Arquivos de Arquitectura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão*. Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.
- Wiedeman, G. (2019). The Historical Hazards of Finding Aids. *The American Archivist*, 82(2), 381-420. <https://doi.org/10.17723/aarc-82-02-20>

## Capítulos de obras colectivas:

- Decker, S., & McKinlay, A. (2020). Archival Ethnography. In *The Routledge Companion to Anthropology and Business* (pp. 17-33). Routledge.

## Teses:

- Gracy, K. F. (2001). *The Imperative to Preserve: Competing Definitions of Value in the World of Film Preservation* [Unpublished Ph.D. Dissertation]. University of California.
- Potrich, L. N. (2019). *Riscos da Perda de Conhecimento vinculado a Fatores Humanos em Empresas Intensivas em Conhecimento* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214429>



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a eleições e à administração do Interior do Governo, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações inseridas de que se recebem 5 exemplares cessam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
Assinaturas	Ano 1956
A 1.ª série . . . . .	1000
A 2.ª série . . . . .	500
A 3.ª série . . . . .	250

Para o estrangeiro e ultimamente através do correio

O preço dos anónimos (pagamento antecipado) é de 4\$00 a linha, segundo do respectivo imposto de selo. Os anónimos a que se refere o § 1.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21.024, de 10 de Dezembro de 1949, têm a redacção de 4\$00 por cent.

## SUMÁRIO

### Ministérios do Interior, da Justiça, das Finanças e da Educação Nacional:

#### Nacional:

**Decreto-Lei n.º 40 690** — Constitui a Fundação Calouste Gulbenkian e aprova os respectivos estatutos.

#### Ministério das Finanças:

**Decreto n.º 40 691** — Abre créditos no Ministério das Finanças, a favor do Ministério das Obras Públicas, para reforçar verbas inscritas no orçamento repartido ao serviço dos mencionados Ministérios.

## MINISTÉRIOS DO INTERIOR, DA JUSTIÇA, DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO NACIONAL

### Decreto-Lei n.º 40 690

Constitui-se, nos termos deste diploma e dos estatutos que dele fazem parte integrante, a Fundação Calouste Gulbenkian.

Dá-se, por esta forma, o primeiro passo na realização do pensamento generoso do seu instituidor, o sábio britânico Calouste Sarkis Gulbenkian, cuja herança forma o património desta instituição.

A importância dos meios que, pelo seu testamento, lhe foram atribuídos representa a garantia material do exercício da acção que se propõe e que engloba os mais nobres objectivos de solidariedade humana.

Por um lado, foi esta intenção permitir que se desenvolvesse honravelmente actividade no campo da assistência.

Por outro lado, teve em mente que se iniciasse e prosseguisse esforço generalizado no plano da cultura, em suas expressões educativa, artística e científica, proporcionando para tanto os indispensáveis recursos.

A esta dupla finalidade corresponde a instituição que vai erguer-se de acordo com a vontade do testador, e à qual fica pertencendo o avultado remanescente da sua herança. Embora a Fundação tenha a nacionalidade portuguesa e sede em Lisboa, a sua acção exercer-se-á, não só em Portugal, mas também em qualquer outro país onde se mostre aconselhável ou conveniente.

Estamos em frente de um belo exemplo de compreensão da função social da riqueza, a opor ao egoísmo que parece assestear-se do Mundo e que tende a sacrificar a noção superior de que a fortuna tem deveres na ordem moral, que não pode esquecer nem declinar. Ninguém mais claramente o terá compreendido do que esse grande criador de riqueza que foi Calouste Sarkis Gulbenkian. O que a sua inteligência, a sua energia e o seu trabalho

acumularam durante muitos anos reverte, afinal, para a colectividade em benefícios materiais e espirituais.

O instituidor escolheu Portugal para instalar a sede da Fundação e quis que ela se constituísse de harmonia com as nossas leis, o que, antes de mais nada, vale como prova do afecto e de preferência pelo País, a que se acolheu em momento delicado da situação internacional, onde passou os últimos anos da sua operosa vida e onde fixou o seu domicílio. Por essa distinção lhe ficam gratos todos os portugueses.

Mas não poderiam apenas os motivos sentimentais determinar uma escolha em matéria tão importante, e, necessariamente, outras razões, mais ponderadas e reflectidas, passaram no ánimo do testador. Bem sabia ele o valor da paiz portuguesa e a garantia que ela representava para a obra que iria prolongar o seu pensamento. Sobejamente apreciava a tranquilidade que entre nós se desfruta e estimava o que há de estável nas instituições e no equilíbrio social, que são o espelho da nossa personalidade, assim como conhecia o grau de respeito que em Portugal se professa, em casos desses, pela vontade dos instituidores. Por tudo isto, a resolução que tomou foi, também, um acto de fé e de confiança.

Não se desmentirá a justa expectativa de quem entregou ao nosso país a guarda de um legado magnífico, e a administração da Fundação, de natureza portuguesa, não deixará de honrar plenamente essa confiança, pelo acerto dos seus actos e pelo esmerado zelo na execução da vontade do testador.

#### Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e en promulga, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo 1.º** A Fundação Calouste Gulbenkian, criada por Calouste Sarkis Gulbenkian, em testamento datado de 18 de Junho de 1933, é uma instituição particular de utilidade pública geral, com sede em Lisboa, perpétua e dotada de personalidade jurídica, que se regerá pelos estatutos anexos ao presente diploma, e que dele fazem parte integrante, e, subsidiariamente, pela legislação portuguesa aplicável.

**Art. 2.º** Os fins da Fundação são caritativos, artísticos, educativos e científicos.

**Art. 3.º** O património da Fundação é constituído pelos bens e valores a que se refere o artigo 8.º dos estatutos.

**Art. 4.º** A administração da Fundação compete a um conselho, composto de três a nove membros, dos quais um será o presidente, devendo a maioria ter a nacionalidade portuguesa.

**Art. 5.º** O exame anual do inventário do património da Fundação e do balanço das receitas e despesas do ano anterior, bem como a verificação da aplicação dos rendimentos de harmonia com os fins estatutários, fica-

Imagem 1 — Publicação em Diário do Governo dos estatutos da F.C.G. no Decreto-lei 40690 de 18 de julho de 1956



Imagem 2 – Processo de acesso à documentação do A. S. S. D. H. (fluxograma) @ Rita Fernandes

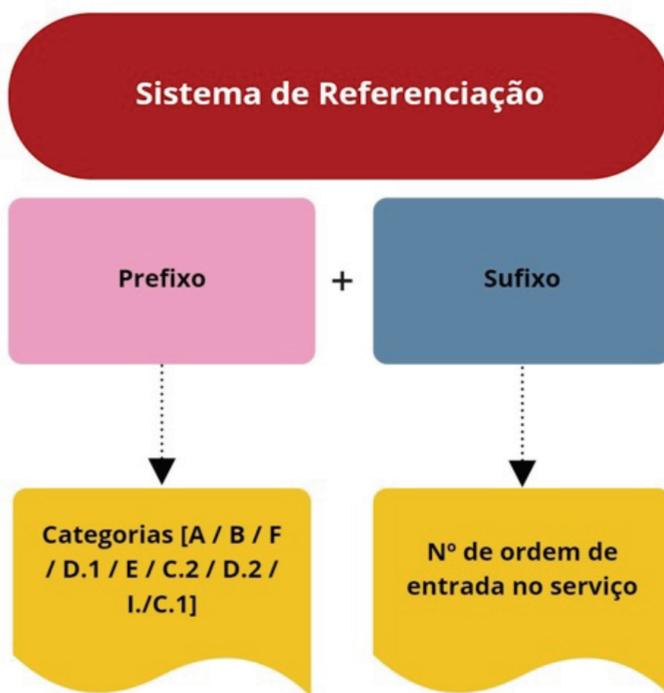


Imagem 3 – Sistema de Referência do Serviço de Beneficência anterior aos anos 2000 (fluxograma) @ Rita Fernandes

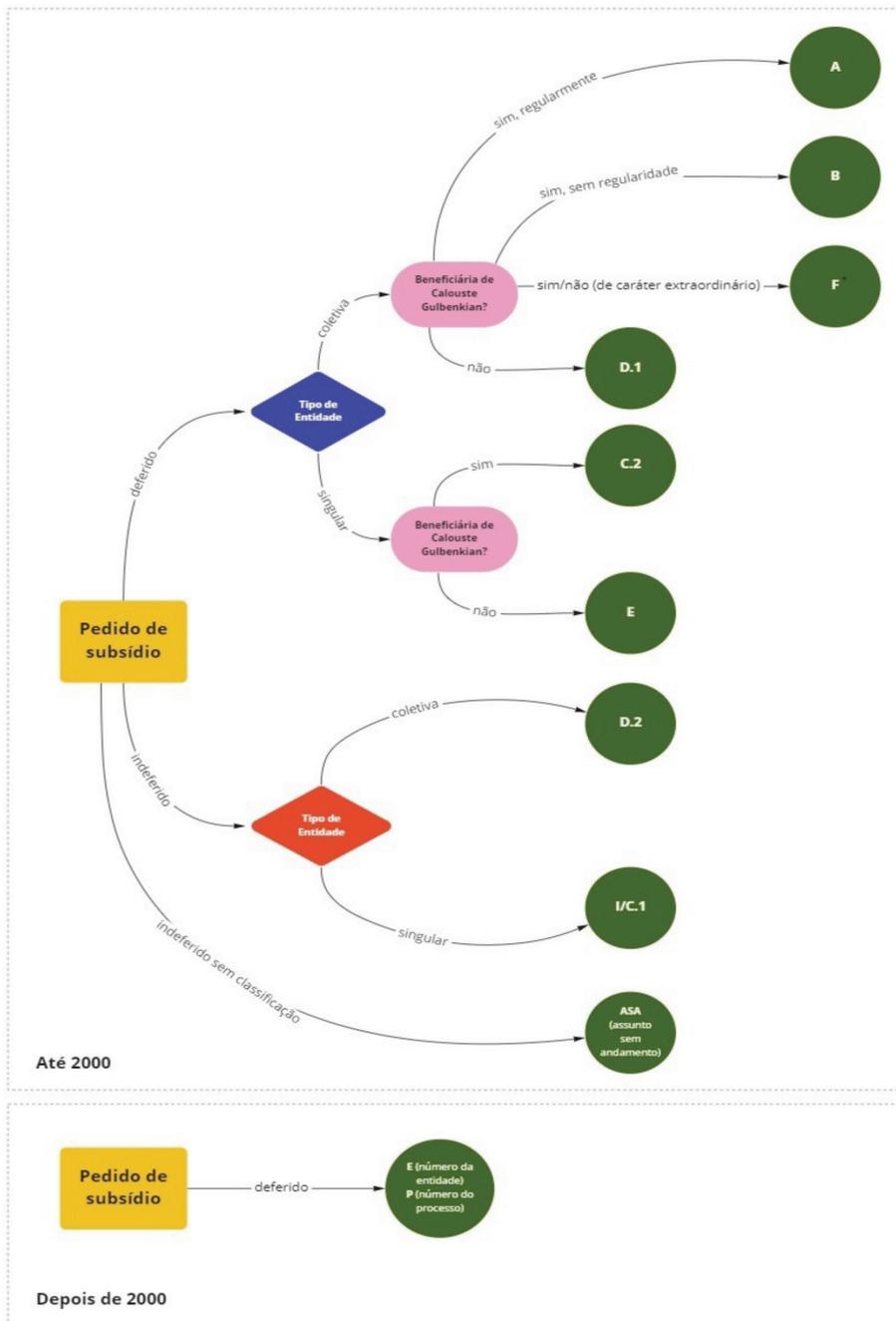


Imagem 4 – Classificação dos processos no Serviço de Beneficência da F. C. G. (fluxograma) @ Rita Fernandes



Imagem 5 – Cronologia do Serviço de Beneficência da F. C. G. com destaque para a alteração de classificação na sequência da informatização @ Rita Fernandes



# Academia das Ciências de Lisboa: estudo orgânico-funcional e proposta de classificação (1779-1978)

## Lisbon Academy of Sciences: organic-functional study and proposal for classification (1779-1978)

JOANA GOMES SOARES

Mestranda na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras  
Bolsista de Investigação na Academia das Ciências de Lisboa

[joana.gsoares00@gmail.com](mailto:joana.gsoares00@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4545-4033>

MARIA BEATRIZ MERÊNCIO

Mestranda na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras  
Bolsista de Investigação na Academia das Ciências de Lisboa

[mbeatrizmerencio@gmail.com](mailto:mbeatrizmerencio@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5297-311X>

### RESUMO

O Fundo da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) reflete a estrutura orgânica e o contexto de produção informacional da instituição desde a sua fundação, em 1779, constituindo-se como fonte de excelência para o seu conhecimento e estudo da sua importância cultural. A documentação nele conservada reflete, portanto, a atividade de divulgação e educação científico-cultural desenvolvida nos últimos séculos em Portugal e na Europa pela ACL, enquanto espaço de difusão e *adiantamento* do conhecimento.

Neste sentido, o presente trabalho apresenta as várias etapas do projeto de organização e tratamento arquivístico do Fundo da ACL (1779-1978), tendo por base dois eixos, entre os quais se estabelece uma correlação intrínseca: o estudo

da história institucional, fundamental para a compreensão das sinergias geradas entre produtores de informação e a própria documentação, em paralelo com o seu contexto de criação e propósito fundacional; e a prática de classificação numa perspetiva orgânico-funcional, de modo a sistematizar hierarquicamente as secções e séries documentais, respeitando a estrutura interna da Academia. Principiando com uma revisão da literatura produzida em torno da classificação orgânico-funcional, revisitar-se-á a breve trecho as práticas de arquivamento contemporâneas de centros de promoção de ciência, para, de seguida, contextualizar historicamente a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, e respetiva evolução estatutária. Após uma aproximação das práticas de arquivamento pretéritas conduzidas na instituição, avançar-se-á para a análise orgânico-funcional e respetiva fundamentação normativa que suportam a proposta de classificação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Academia das Ciências de Lisboa; Arquivística; Classificação; Estudo orgânico-funcional.

#### **ABSTRACT**

The Fonds of Academia das Ciências de Lisboa (ACL) reflects the organic structure and context of the institution's information production since its foundation in 1779, constituting itself as a source of excellence for knowledge and study of its cultural importance. The documentation preserved therefore reflects the scientific and cultural dissemination and education activities carried out over the last few centuries in Portugal and Europe by ACL, as a scientific center for the *advancement* of knowledge. This article presents the various stages of the project of organization and archival treatment of the ACL Fonds (1779-1978), based on two principles, between which an intrinsic correlation is established: the study of its institutional history, fundamental for understanding the synergies generated between information producers and the documentation itself, regarding its context of creation and founding purpose; and the practice of classification from an organic-functional perspective, to hierarchically systematize the record groups, respecting ACL's internal structure.

Starting with the literature review on organic-functional classification, we will briefly revisit the contemporary archiving practices of science promotion centers, and then contextualize the foundation of the ACL and its statutory evolution. After an overview of the institution's past archiving practices, we will move on to the organic-functional analysis and respective normative grounds that support the classification proposal.

**KEYWORDS:** Academia das Ciências de Lisboa; Archivalistics; Classification; Functional organizational study.

## 1. Introdução

Espaço de reprodução do pensamento e da educação científica, a Academia das Ciências de Lisboa (ACL) assumiu-se desde a sua fundação, em 1779, como um agente de autoridade intelectual. As suas linhas programáticas foram sofrendo sucessivas reformulações, motivadas quer por desenvolvimentos históricos conjunturais, quer pelas adaptações estatutárias inerentes ao funcionamento de uma organização da sua natureza. Ainda assim, tais alterações não devem ser analisadas unilateralmente, na medida em que apresentam pretensões de disputa pelo monopólio da autoridade científica e da acumulação do seu capital simbólico. Segundo Pierre Bourdieu (1997, pp. 12-33), este último conceito pode ajudar a definir as regras da produção e distribuição do conhecimento quando articuladas com o poder institucional, relação de convergência ideológica que a Academia, produto do Antigo Regime, procurou desde sempre explorar, assumindo-se como espaço de difusão e *adiantamento* do pensamento ilustrado, ou seja, do capital científico e intelectual.

Por sua vez, o Fundo da ACL chegou até aos dias de hoje na forma de conjunto documental acumulado e desconexo, anulando-se, por conseguinte, o seu potencial enquanto fonte por excelência para o conhecimento e estudo da sua importância cultural, bem como do seu funcionamento orgânico. Perdida a ordem original da documentação, a organização estabelecida pela entidade produtora e, em grande medida, a relação entre os próprios documentos, a investigação conduzida corresponde a um esforço no sentido de devolver a organicidade ao arquivo.

O presente estudo, realizado no âmbito do Projeto de Estágio da Pós-Graduação em Arquivística Histórica, que decorreu entre março e junho de 2022 (280h), tem como objetivos proceder à reconstituição orgânico-funcional da Academia das Ciências de Lisboa e elaborar uma proposta de classificação apoiada no estudo da formação e evolução das suas estruturas orgânicas e funcionais, a partir dos quais se torna possível caracterizar a entidade e o contexto de produção da informação, conferindo-lhe inteligibilidade.

Definida a metodologia, avançou-se com uma breve análise da literatura produzida em torno da classificação sob uma perspetiva orgânico-funcional, seguida de uma contextualização histórica que enquadra o sistema de informação no tempo e espaço. Tendo em vista a identificação sistemática dos órgãos e as suas competências, de forma a compreender os fluxos informacionais, procedeu-se à análise dos documentos normativos que fundamentam a aplicação do estudo, o qual se encontra desenvolvido no último ponto, acompanhado de uma proposta de quadro classificação.

## 2. Metodologia

Fundamentada a pertinência e utilidade do estudo, entende-se prioritário definir o paradigma e os dispositivos metodológicos que norteiam a investigação.

Assumindo a reconstrução da estrutura orgânico-funcional da ACL como etapa necessária para a resolução de um problema prático da instituição, isto é, a ausência de uma lógica de organização e classificação arquivística refletida num quadro de classificação capaz de garantir uma representação adequada da realidade informacional, o presente estudo desenha-se com base no paradigma pragmático. Com origens na filosofia oitocentista do *pragmatismo*, este paradigma de investigação assume como prioritário a resolução do problema, deixando ao sujeito cognoscente a liberdade de definir o seu caminho metodológico (Kaushik & Walsh, 2019, p. 8).

Privilegiando uma abordagem qualitativa, o estudo suporta-se no método do estudo orgânico-funcional e da investigação documental, seguindo uma abordagem sistémica, à luz da Teoria Geral dos Sistemas desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy. Neste quadro teórico e conceptual, o arquivo entende-se como um sistema de informação que privilegia uma visão holística, global e integral dos fenómenos, numa articulação das partes em relação ao todo, e orientado para uma finalidade específica (Bertalanffy, 1968, pp. 36-38 e p. 123). Sendo um organismo social, este sistema estabelece interações com o seu ambiente externo, ao qual influi e por ele é influenciado, assumindo-se, por isso, de natureza aberta (Chiavenato, 2004, p. 474).

### 2.1. Notas sobre a intervenção no Fundo da Academia das Ciências de Lisboa

Principiando o Projeto de Estágio em março de 2022, a documentação de arquivo da Academia das Ciências de Lisboa encontrava-se parcialmente disposta de forma cronológica, identificando-se a mistura de proveniências distintas, sem qualquer método de identificação ou instalação. Perdida a ordem original dos documentos, a organização estabelecida pela entidade produtora e, em grande medida, a relação entre os próprios, só uma análise orgânico-funcional dos serviços produtores de informação permitiria conceptualizar um plano de classificação adequado à documentação.

Antes de mais, considerou-se relevante definir o intervalo temporal do Fundo da ACL, pelo que se seguiu a lógica da evolução estatutária, fixando-se a reforma de 1978 como limite cronológico, tendo em conta a própria longevidade da Academia.

A primeira abordagem prosseguiu com o mapeamento do espaço do arquivo, o que, posteriormente, possibilitou o levantamento de datas extremas da documentação. Ainda que se encontrasse, parcialmente, (des)ordenada por ordem cronológica, a verdade é que as diferentes pilhas de documentos continham datações distintas. O trabalho ao nível do item, isto é, do documento, revelou-se necessário para a identificação sistemática do órgão produtor e da tipologia documental, contribuindo para a sistematização hierárquica dos níveis de classificação. Em simultâneo, as tarefas de organização física e conservação preventiva asseguraram a remoção manual de elementos metálicos e plásticos da documentação, ficando a mesma acondicionada em caixas de cartão *acid free*. Compostas e estabilizadas as secções do quadro de classificação proposto, foi necessário avançar-se com a sua fundamentação, recorrendo-se aos *Estatutos* da ACL. Assim, ao nível de cada secção identificada atribuiu-se um contexto histórico e normativo dos órgãos produtores de informação, o que possibilitou traçar os percursos da documentação dentro da instituição, procurando-se ainda a sistematização cronológica e onomástica dos cargos académicos, produtores de informação.

Fundamentado o quadro de classificação, o trabalho no serviço do Arquivo continuou a avançar, de forma sistemática, na classificação da documentação, a par do seu recondicionamento. Adquirido e implementado o *software* Archeevo, deu-se início à fase de descrição documental, tendo como referência as ODA, ISAD(G) e a ISAAR(CPF), através de uma descrição arquivística multinível, obedecendo à relação hierárquica e à ligação entre descrições, sem repetição de informação<sup>1</sup>. Com recurso a uma Folha de Recolha de Dados (FRD), elaborada para o efeito, a etapa da descrição seguiu, num primeiro momento, uma abordagem macro-funcional, focando-se ao nível das secções, subsecções e séries, para, de seguida, passar para a descrição dos documentos simples e compostos.

### **3. Aproximação à classificação arquivística sob uma perspetiva orgânico-funcional: breve revisão de literatura**

As últimas duas décadas têm testemunhado uma forte renovação da produção científica a respeito da classificação arquivística como objeto de estudo *per se*, e não somente enquanto meio para a representação da infor-

---

<sup>1</sup> Cf. DIREÇÃO-GERAL DOS ARQUIVOS, 2011; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002; *idem*, 2004.

mação. Assim, os contributos da Ciência da Informação e da Arquivística gravitam em torno do contexto de produção documental, no sentido de nele procurar evidenciar a evolução da orgânica institucional e respetivas componentes funcionais-administrativas.

O estudo da história institucional encontra-se diretamente associado aos princípios teóricos do respeito pela proveniência e da ordem original, assumindo que os documentos devem manter a classificação e organização que a própria instituição lhes conferiu no momento da sua criação, e, portanto, refletir a sua organização interna administrativa, tal como proposto por Flórez Porras. A documentação tem, por conseguinte, origem numa função específica da entidade ou dependência que a produziu, sendo reflexo de uma cadeia de procedimentos administrativos que, quando interrompida, resulta num conjunto de documentação acumulada. É, neste sentido, que a história institucional representa um instrumento de grande utilidade no processo de organização do arquivo, revelando-se fulcral para a compreensão e contextualização das relações entre os próprios documentos, com o intuito de se reconstituir a sua ordem original (Flórez Porras, 2011, pp. 43-46).

De facto, é amplamente reconhecido pela comunidade académica que “é fundamental conhecer a estrutura orgânica e funcional da instituição produtora de informação para a compreensão dos seus fluxos informacionais” (Silva et al., 2019, p. 343). Não se trata somente de conceber os reflexos da organização e da execução das atividades da entidade no documento em si, o que entendemos ser o objeto de uma história administrativa, mas, como afirma Troitino, de procurar uma compreensão mais alargada da instituição em estudo ao longo do tempo (2018, pp. 165-166).

Assim, no escopo da reconstrução da evolução orgânico-funcional de determinada entidade, deve avançar-se para uma análise evolutiva dos órgãos que a compõem e das funções e atividades respetivas — isto é, a estrutura interna —, observando detalhadamente cada alteração administrativa tendo por base os documentos regulamentares-normativos, estes que conferem à história institucional a sua natureza jurídica, sempre em articulação com o contexto histórico político e social. Deve, portanto, basear-se na sincronia entre a estrutura *orgânica* da instituição, a sua ordem *funcional* e respetiva *evolução*, segundo Flórez Porras. Por *estrutura*, entendemos as hierarquias que articulam cada *unidade administrativa* e modificações sucessivas, normalmente explicadas por fatores como a ampliação da instituição, supressão, fragmentação ou dispersão de funções; à *ordem funcional* corresponde-lhe o conjunto de funções regulamentadas que correspondem a cada estrutura administrativa, isto é, cargos ou órgãos produtores — secretaria-secretário, etc. —, por meio de

uma análise histórica estrutural sensível às flutuações temporais; a *evolução* de uma instituição surge, deste modo, como o principal objeto da história institucional, espelhando as diferentes estruturas administrativas que compõe a entidade no tempo longo (Flórez Porras, 2011, pp. 35-41).

Nas palavras de Silva et al., tal permite “por um lado, proceder à contextualização do desenvolvimento da instituição e, por outro, à validação (ou não) da postulação teórica e prática que se propõe adotar” (2019, p. 343). Posteriormente, esta permitirá salvaguardar a autenticidade e o contexto de produção dos documentos (Meehan, 2014, p. 76), na forma de plano de classificação a aplicar ao fundo em questão, nele residindo, para Tognoli e Rodrigues, o resultado representativo da informação institucional (2018, p. 48).

Apesar do incremento na produção científica a respeito da classificação orgânico-funcional em arquivos, verifica-se um *descompasso* entre a teoria e a prática (Barros & Moraes, 2013, p. 62). Isto é, a análise (Cf. Ribeiro, 1998) dos *instrumentos de acesso* produzidos continua a revelar a primazia da técnica e “evidente tendência para privilegiar a produção de instrumentos destinados a servir os interesses da investigação, especialmente, a histórica” (Ribeiro, 2013, pp. 533-535). Se, no passado, o princípio da proveniência era adotado de forma inconsciente, ainda hoje se assiste à aplicação de critérios temáticos e/ou cronológicos na classificação documental (Flórez Porras, 2011, p. 43). Quanto a uma organização tendo por base exclusivamente o critério funcional, ainda que as funções sejam, de facto, “mais estáveis do que a estrutura orgânica”, para Fernanda Ribeiro, “não há função sem um órgão que a desempenhe e, por isso, não é possível ocultar os sectores orgânicos produtores da informação” (Ribeiro, 2005, pp. 20-21; Sabourin, 2001, pp. 138-140; Silva et al., 2019, p. 335).

Neste sentido, o método de classificação aplicado ao Fundo da ACL estabelece-se com base na sua natureza orgânica e funcional, assente num princípio de relações hierárquicas, estas que estruturam a informação arquivística (Silva et al., 1998, pp. 38-40; Ribeiro, 1998, pp. 122-123). De facto, se a classificação não for formalizada na origem de um arquivo e sendo elaborada *a posteriori*, a mesma só poderá resultar do conhecimento desse mesmo arquivo enquanto objeto de estudo, evidenciando-se uma vez mais a centralidade do estudo da história institucional (Ribeiro, 1998, pp. 124-125). Nas palavras de Ribeiro, tal significa “espelhar a estrutura e a atividade do organismo que produziu a informação”, privilegiando critérios consagrados — princípios da proveniência e da ordem original — e a descrição por níveis — arquivo, fundo, secção, série (2013, p. 532).

No cômputo geral, a classificação orgânico-funcional, aliada ao desenvolvimento do estudo da história institucional, destina-se a conferir inteligibilidade ao contexto de produção informacional, sendo, por tudo isto, a mais adequada ao Fundo da ACL.

#### 4. *Práxis* arquivística em instituições estrangeiras congêneres

Uma análise qualitativa e comparativa das práticas de organização e tratamento arquivístico em instituições congêneres à Academia das Ciências de Lisboa evidencia as incoerências na aplicação de uma lógica conceptual que observe, em simultâneo, a orgânica e funcionalidade das suas entidades administrativas. Manifesta-se, antes, uma tendência para a aposição cruzada de modelos de classificação, que variam entre uma ordenação temática, orgânica e funcional, aleatoriedade que justifica uma apreciação individual dos três exemplos selecionados de fundos de academias e sociedades científicas.

Entre os mais antigos centros de promoção do conhecimento europeus, o arquivo histórico da homóloga *Real Academia Española* (1713) concentra ao nível do seu fundo institucional a produção informacional gerada desde a sua fundação, em observância da estrutura orgânica plasmada nos documentos normativos. As nove secções (*división de fondo*) que constituem este fundo<sup>2</sup> — *Dirección; Secretaría; Contaduría; Tesorería; Biblioteca; Censura; Órganos Rectores; Colecciones; Casa Museu Lope de veja*— tendem a seguir uma classificação orgânico-funcional, embora se identifiquem ambivalências na sua aplicação: ao nível das séries, tanto na [SR.] *Contaduría*, como na [SR.] *Tesorería*, estas surgem nomeadas pelo nome do seu produtor e datas do exercício das suas funções, desdobrando-se em subséries que identificam a tipologia documental.

Fundada em 1743 e considerada a primeira academia científica do continente norte-americano, o arquivo da *American Philosophical Society* compreende um património documental pertinente para o estudo da república federal que, décadas mais tarde, o seu fundador, Benjamin Franklin, contribuiria a edificar. O seu fundo<sup>3</sup> contabiliza quatorze secções (*record groups*), para as quais se aplica uma amálgama classificativa. A [SC.] *Officers*, que reúne a informação gerada pelos cargos que compõem o executivo da instituição, apresenta-se como exemplo da aplicação da lógica orgânica.

<sup>2</sup> Cf. Sítio digital ARCHIVO REAL ACADEMIA ESPAÑOLA.

<sup>3</sup> Cf. Sítio digital AMERICAN PHILOSOPHICAL SOCIETY.

Contudo, a maioria das secções seguem um prisma de classificação eminentemente temático e/ou funcional, como é o caso da [SC.] *History*, que reúne subsecções reservadas a estudos sobre a fundação e história institucional, nomeadamente a *Miscellaneous articles. Historical Sketches*. Tal ambiguidade arquivística estende-se à [SC.] *Archives*, na qual todo o género de documentação produzida pela sociedade se encontra disposta em subsecções cronologicamente ordenadas. Por último, e de acordo com o observado em instituições desta natureza, compõe-se uma secção reservada aos *Members*, para a qual se destina documentação relacionada, nomeadamente cadastros dos sócios, nomeações, autógrafos e notas de obituários.

A Academia Brasileira de Letras (1897) divide o seu arquivo em dois fundos, ou duas “linhas de acervo arquivístico”: o fundo institucional e o *arquivo* dos académicos, sendo este último comparável às coleções dos “Processos dos Académicos” da ACL. No *Guia Geral do Arquivo dos Académicos* (2003), explica-se a necessidade em conservar exclusivamente “o documento arquivisticamente relevante, o documento capaz de recontextualizar a vida privada e pessoal” (p. 5), recebido e produzido organicamente pelo académico. Deste resolveu-se extrair toda a documentação acumulada artificialmente pela instituição ou terceiros, decisão tomada com o objectivo de preservar os *fundos arquivísticos* dos académicos e respetivas coleções documentais (factícias), sob a denominação de *arquivo*, por ordem alfabética.

Tais propostas de organização arquivística colocam em evidência os resultados desviantes de uma intercessão simultânea de critérios conceptuais de classificação e representação da informação. Numa tentativa de incluir toda a documentação custodiada, os instrumentos de classificação produzidos não encontram conformidade nas normas utilizadas e assumem, na sua generalidade, a ausência dos produtores orgânicos da informação, impossibilitando uma representação rigorosa da informação (Ribeiro, 2005, p. 20).

## **5. O surgimento da Academia das Ciências de Lisboa à imitação de todas as nações cultas**

O século XVIII significou a renovação do pensamento científico, filosófico e iluminista através de academias e sociedades, simultaneamente espaços de organização e institucionalização da ciência e centros de legitimação socio-cultural das classes média e alta. De e para a elite, sustentavam-se no patrocínio régio e respetiva concessão de privilégios, conferindo-lhes autonomia jurídico-financeira enquanto corporações de consultoria das suas entidades

promotoras, daí resultando comissões de estudo e assembleias periódicas para a discussão de trabalhos e respetivos resultados (Silva, 2013, pp. 1-3).

Instituída com beneplácito régio de D. Maria I (r. 1777-1815), expresso em aviso datado de 24 de dezembro de 1779, a Academia das Ciências de Lisboa representa no plano nacional as Luzes em primeira mão, “à imitação de todas as nações cultas” (1780, p. 1), e no seguimento das experiências precursoras da Academia Real de História Portuguesa (1720-1776) e da reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772). Dos seus grandes impulsionadores destacam-se D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões (1719-1806) e 1º Presidente da ACL; Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, 6º Visconde de Barbacena (1754-1830) e seu 1º Secretário; Abade José Correia da Serra (1750-1823), seu 1º Vice-Secretário; bem como Domingos Vandelli (1730-1816), 1º Presidente da Classe de Ciências.

Promotora de concursos e prémios com vista a fomentar o desenvolvimento científico e a solucionar questões de física, química, agricultura e indústria, apostou também nos domínios das Letras, nomeadamente através do aprofundamento e enriquecimento do léxico da língua portuguesa, resultando na publicação do primeiro tomo do *Diccionario da lingua portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* logo em 1793, e do levantamento sistemático e inventariação de documentação inédita presente nos cartórios do reino (Cardoso, 2013, p. 1).

Note-se, por fim, a itinerância sucessiva que pautou a história da ACL desde a sua fundação até 1834, data em que se fixou no antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco, tendo ocupado sete locais distintos: desde o Real Palácio de Nossa Senhora das Necessidades (1779-1791); Palácio dos Senhores de Alconchel, na Rua do Poço dos Negros (1792-1796); Palácio dos Condes de Castro Marim, na Calçada do Combro (1797-1799); Palácio dos Sobrais (1800-1822); Colégio dos Monges Beneditinos à Estrela (1823-1831); ao Palácio do Conde de Lumiares (1832-1833). Concomitantemente, a Academia partilhou as instalações do antigo Convento com outras entidades, como o Curso Superior de Letras, entre 1859 e 1958, e a Comissão Geológica, desde 1859, hoje Museu Geológico.

## 5.1. Evolução estatutária (1780-1978)

A fundação da Academia das Ciências de Lisboa assentou, portanto, na concretização do *Plano de Estatutos* de 1780. Por se tratar de um *plano* pressupunha um *caráter de provisoriedade* (Silva, 2013, pp. 5-6; Cf. Academia

das Ciência de Lisboa, 1780), colocando a hipótese de se acrescerem posteriormente novas cláusulas a respeito do seu funcionamento e organização:

A Academia irá completando os seus Estatutos por meio da experiência, e conforme a ocorrência dos casos, fará assentos, os quaes juntamente com este Plano servirão para o governo da Academia, até que depois de huma prudente experiência possa esta formar Estatutos completos (...).

Academia das Ciências de Lisboa, 1780, p. 14

Por conseguinte, o estudo aprofundado da evolução estatutária da ACL permite constatar sucessivas alterações à orgânica institucional inicial, seguindo-se prontamente ao aviso régio de 1779 de forma indefinida e em jeito de *entropia estatutária* (Silva, 2013, pp. 6-7). Foi, então, que, em assembleia de efetivos, a 13 de março de 1812, se reconheceu a necessidade de compilar uma *Colecção Sistemática das Leis e estatutos* (Cf. Morato, 1822), executada por Francisco Trigo Morato (1777-1838) ao longo da década seguinte. Porém, tal coletânea não representa um corpo oficial de novos estatutos, nem uma reforma dos publicados em 1780, que chega apenas em 1834, justificada pela inoperância e imobilismo instalados. Nesta surge claramente identificada uma preocupação quanto à produtividade da própria Academia, pretendendo-se que os seus membros se mantivessem ativos dentro das respetivas classes. Ainda assim, foram necessários apenas seis anos até que se aprovasse um novo conjunto de *Estatutos* (1840) de acordo com o espírito liberalizante do Setembrismo, apenas em vigor até 1851, data em que se procedeu a uma nova revisão estatutária. De facto, foi esta última que ditou o governo da Academia durante o maior período de tempo, sem modificações de maior destaque a assinalar. Foi a partir dos *Estatutos* de 1851 que se convergiram as duas classes de ciências até então existentes, dando lugar às *Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*. Esta alteração ficaria na génese da organização da instituição até à centúria seguinte, salvo inclusão de novas secções de estudo, tanto em Ciências como em Letras, estimulando uma crescente especificidade nas atividades dos seus académicos. No cômputo geral, podemos afirmar que foi a sua ação “institucional e programática” que permitiu à Academia suplantar a primeira metade do século XIX português, no seu ímpeto de convergência e moderação social, política e cultural (Silva, 2019, p. 22).

A entrada no século XX, cedo imergido em novas ambições republicanas e logo escamoteado pelo golpe militar de 1926 que operou como antecâmara do Estado Novo, constituiu para a Academia das Ciências de Lisboa um

momento de provação, chegando uma nova reforma dos *Estatutos* apenas em 1918. Se ainda durante o período republicano se formavam organizações científicas análogas, como a Academia das Ciências de Portugal (1907-1925), dirigida por Teófilo de Braga (1843-1924), e que se propunha como alternativa à produção intelectual da ACL; durante os 46 anos de ditadura, esta não ficaria isenta à institucionalização de um discurso historiográfico ideológico, com ações esporádicas de revisão normativa — como em 1945 e 1961 —, num quadro de apatia face ao ensino científico, vendo ainda o seu espaço de atuação disputado pela Academia Portuguesa da História (1936).

Consolidado o estado de direito democrático a partir de 1974, os *Estatutos* da instituição foram enfim reformados em 1978, promovendo a Academia das Ciências de Lisboa como uma “instituição científica de utilidade pública” e órgão consultivo do Governo em matéria linguística, afirmando em pleno a sua personalidade jurídica e autonomia administrativa (Decreto-lei nº 5/78, 1978). Ao longo das décadas subsequentes, a revisão dos estatutos foi sendo assegurada periodicamente e, em 1995, a Academia é colocada sob a tutela do atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de acordo com a Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional. O novo corpo regulamentar, vigente desde 2022, compõe as linhas orientadoras para o seu funcionamento, completando o horizonte estatutário da instituição.

O estudo das leis orgânicas da ACL que têm vindo a enquadrar juridicamente o seu funcionamento e respetivas alterações permitem substanciar um esforço de adaptação ao contexto nacional vigente, em prol da sua missão de fomento e divulgação do conhecimento. Os *Estatutos* apresentaram-se, por isso, como soluções transitórias para os desafios de momento, institucionalmente sólidas e orientadoras de um programa de atividades e estímulo científico autêntico, englobando a difusão nacional e internacional dos mais variados campos do saber.

## 6. Práticas de arquivamento pretéritas na Academia das Ciências de Lisboa

Entre 1834 e 1918, os *Estatutos* da ACL referem a existência de um “Archivo da Secretaria”<sup>4</sup> não se dispondo de qualquer regulamento ou

---

<sup>4</sup> Academia das Ciências de Lisboa, *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa: Aprovados por sua Magestade Fidelissima em 15 de Outubro de 1834*, p. 17; id., *Estatutos da Academia das Sciencias de Lisboa*, p. 24.

instrumentos de descrição e gestão documental que permitam a sua caracterização. A itinerância que marcou a própria Academia refletiu-se, naturalmente, nas condições de acondicionamento e salvaguarda do seu arquivo. Sem nunca deter um espaço próprio, o património documental permaneceu simultaneamente fragmentado e disperso dentro das instalações, entre a cave, corredores e sótão. De facto, o arquivo da instituição conservou-se em grande medida entorpecido, conhecendo-se apenas tentativas vagas de constituição de “processos”<sup>5</sup> com base em descrições sumárias referentes a um total de 1580 documentos.

O século XXI inaugurou uma relação de maior proximidade da instituição com a sua história e, por conseguinte, com o seu arquivo. Assim, entre 2009 e 2021, temos conhecimento de três tentativas de organização e classificação do Fundo da ACL, que nos permitem reconstituir as práticas de arquivamento pretéritas.

Numa primeira fase, reunido o então denominado “Arquivo Histórico, Científico e Académico”, o Fundo da ACL foi submetido a trabalhos de higienização, conservação e restauro, tendo em vista a sua classificação, no que podemos considerar uma amálgama entre o critério funcional e o temático, sem uma aplicação concisa dos princípios de descrição multinível<sup>6</sup>; prevendo-se a sua digitalização e informatização com recurso ao *software* DIGITARQ. Sem continuidade, deste projeto resultou a catalogação na PORBASE dos “Livros de Secretaria” (séries A e B)<sup>7</sup>, isto é, da documentação de arquivo que se encontrava à guarda do serviço da Biblioteca. O Fundo seria novamente intervencionado, desta feita segundo um critério meramente cronológico. Anulando a lógica anterior, o propósito seria encadernar os documentos em forma de livros, correspondentes a cada ano, em jeito de *corpo cronológico*, sem ter em conta critérios arquivísticos e agregando proveniências distintas. Este projeto foi interrompido e o Fundo da ACL

---

<sup>5</sup> Estimamos que estes tenham sido constituídos em meados do séc. XX.

<sup>6</sup> Segue um exemplo do “plano de classificação” elaborado à data:

“Nível 1: Documentação e informação de arquivo  
Nível 2: Gestão de documentos de arquivo  
Nível 3: Requisições de documentos ao arquivo;  
Registos de correspondência;  
Incorporação de documentação”.

<sup>7</sup> Os “Livros de Secretaria” reúnem livros compósitos e compilam manuscritos avulsos, sem distinção de órgãos produtores e tipologias documentais, seguindo sobretudo uma lógica temática/aleatória na relação entre os mesmos. Relativamente à série A, a documentação corresponde a receitas e despesas dos estabelecimentos da ACL; quanto à série B, inclui Livros de Atas, correspondência dos sócios, registo de diplomas, correspondência oficial, receitas e despesas, etc.

via-se dissipado de qualquer organicidade, na ausência de um plano de organização, identificação e instalação. A última fase, compreendida entre 2018 e 2021, corresponde ao esforço de recuperação da informação com base na primeira tentativa de classificação acima referida e, sobretudo, de reconstituição dos “Processos dos Académicos”.

Das práticas conduzidas na última década, é visível a alienação tanto da estrutura orgânico-funcional, como da descrição multinível entre secções (órgãos produtores) e séries (tipologias documentais). Neste sentido, e sem se prever qualquer alteração para os conjuntos documentais já trabalhados e referentes aos “Livros de Secretaria” e “Processos dos Académicos”, decidiu-se, no decorrer desta intervenção, a sua integração enquanto séries documentais do Fundo ACL. Finalmente, constam ainda no Arquivo da ACL outros fundos relativos a legados pessoais com documentação de arquivo, que permanecem por tratar.

## **7. Estudo orgânico-funcional (1780-1978)**

O Fundo da Academia das Ciências de Lisboa reflete a estrutura orgânica e o contexto de produção informacional da instituição desde a sua fundação, constituindo-se como fonte de excelência para o seu conhecimento e estudo da sua ação e importância cultural. A aplicação do estudo da história institucional, fundamental para a compreensão das sinergias geradas entre produtores e a própria documentação, bem como a análise orgânico-funcional, são dois eixos complementares que auxiliam a estruturar uma proposta de classificação, respeitando os fluxos informacionais.

### **7.1. Fundamentação normativa do quadro de classificação**

Os mais de dois séculos que encerram a história da ACL implicam, naturalmente, flutuações ao nível da sua organicidade, pautáveis nas várias reformas estatutárias — 1780, 1834, 1840, 1851, 1918, 1978 —, e outros regulamentos/modificações — 1852, 1868, 1872, 1945 e 1961. A partir da sua análise, procurámos caracterizar cada órgão produtor nas suas funções, apresentando as respetivas séries documentais produzidas no contexto da sua atividade, explanadas na proposta de quadro de classificação.

O Conselho Administrativo, regulamentado oficialmente em 1834, era responsável pelo *governo económico e literário* da Academia, sendo composto permanentemente pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-

-Secretário e Tesoureiro, aos quais se juntavam membros das classes, em variabilidade numérica ao longo dos anos<sup>8</sup>. No que respeita à administração financeira da ACL, competia-lhe a gestão semestral das contas do Tesoureiro e do Guarda-Mor, assinadas pelo Secretário e pelo Vice-Presidente; redação de apreciações nos Livros de Contas; elaboração de um plano orçamental anual para despesas ordinárias e extraordinárias, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário; examinar e aprovar as contas com os Livreiros, previamente ajustadas com o Secretário; abrir para cada Classe uma conta; autorizar despesas necessárias à conservação e integridade do edifício e outros prédios da Academia; disponibilizar para consulta contas e livros na secretaria; processar as despesas da Tipografia semanalmente na secretaria; realizar a conferência mensal e anual das contas. Para o *governo literário*, cumpria-se o exame e aprovação das *Memórias* apresentadas nas Assembleias Públicas; decidir a respeito dos processos de Censura propostos pelos Presidentes de Classe; assegurar a existência de um Livro de Atas, rubricado pelo Vice-Presidente, contendo registo das reuniões e decisões formalizadas; convocar Assembleias Gerais, mormente no início de cada semestre, de modo a averiguar as ocorrências no antecedente, apresentando as Contas e o Livro de Atas das Sessões; reunir as Classes; decidir os programas a ser objeto de prémio apresentados pelas Presidentes de Classe; nomear e despedir funcionários; fazer um inventário e catálogo dos objetos existentes na Academia<sup>9</sup>.

Cargo máximo na ACL, o Presidente deveria calendarizar, assistir e participar nas assembleias; regular os trabalhos das classes e do Conselho Administrativo; assinar as despesas extraordinárias emanadas pelo Conselho Administrativo. Apesar do *Plano de Estatutos* (1780) conferir-lhe uma periodicidade anual e a nomeação pelos sócios efetivos e honorários, o 1º Presidente, Duque de Lafões, acabaria por presidir até 1806. A partir dos *Estatutos* de 1834 o cargo passa a ser vitalício e o seu titular deveria pertencer à Família Real, passando a ser nomeado pelo monarca vigente. No período republicano, retoma-se uma nomeação anual, entre os presidentes das classes<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1834, pp. 14-17; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, pp. 13-17; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, pp. 7-8, 18-20; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, pp. 25-27; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

<sup>9</sup> Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, 1834, pp. 14-17; *id.*, *Estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1840, pp. 13-17; *id.*, *Estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1852, pp. 7-8, 18-20; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 25-27; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, 1978, p. 80.

<sup>10</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1780, pp. 9-10; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 10; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 8; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, pp. 7, 15; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 10; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

Como resultado da sua atividade, enquanto produtor e recetor de informação, consta nesta subsecção documentação variada, nomeadamente, alvarás, ofícios e regulamentos. Após o falecimento do Duque de Lafões, em 1806, a direção da ACL ficava destinada a príncipes de sangue. Desde então, verificou-se a eleição de Vice-Presidentes, responsáveis pela presidência interina da Academia, cargo regulamentado pela primeira vez nos *Estatutos* de 1834<sup>11</sup>.

O Secretário assumia na organização académica uma posição de destaque na condução dos trabalhos administrativos e quotidianos da instituição, desde a correspondência e trabalho de expediente da Academia, à autenticação dos documentos oficiais nela produzidos, sendo ainda o porta-voz do Conselho Administrativo e responsável pelo arquivo da secretaria<sup>12</sup>. As suas funções incluíam ainda a redação de inventários dos objetos pertencentes aos estabelecimentos e dos ajustes de contas com os livreiros que recebiam as publicações da Tipografia; o acompanhamento dos processos de censura propostos às *Memórias*; a redação das atas das sessões; a publicação no *Diário do Governo* de concursos para lugares de sócios; a autenticação dos extratos dos registos, relatórios e outros atos; e, por fim, a direção da publicação do *Anuário da Academia*<sup>13</sup>. Apesar de regulamentado por alvará régio de 1791, e mantendo-se nos *Estatutos* subsequentes, as funções desempenhadas pelo Guarda-Mor são incorporadas no cargo do Secretário a partir de 1851<sup>14</sup>. Por seu turno, o Vice-Secretário estava encarregue de auxiliar e substituir o Secretário quando necessário.

Responsável pelas receitas e despesas do cofre da Academia, ao cargo de Tesoureiro, previsto nos *Estatutos* desde 1780, cabia-lhe toda a gestão económica e financeira da instituição<sup>15</sup>.

À parte dos órgãos produtores pertencentes ao Conselho Administrativo, estavam também regulamentados momentos institucionais para reunião de sócios, leitura de *Memórias*, atribuição de prémios e discussão de assuntos

---

<sup>11</sup> Forjas, 1958, p. 3; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 10; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

<sup>12</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 11; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, pp. 9-10; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, pp. 8, 15-17; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, pp. 10, 23-24; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

<sup>13</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1834, *op. cit.*, p. 11; *id.*, *op. cit.*, 1840, pp. 9-10; *id.*, *op. cit.*, 1852, pp. 8, 15-17; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 10, 23-24; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, *op. cit.*, p. 80.

<sup>14</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1834, pp. 11-12; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 11.

<sup>15</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1780, p. 9; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 11; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 10; Academia das Ciências de Lisboa, 1851, p. 16; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 10; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

vários relacionados com a Academia. Acompanhando a evolução estatutária da ACL, as assembleias foram sofrendo alterações tanto na sua periodicidade quanto na composição, fixadas em 1851: as Assembleias Gerais, as Assembleias Literárias, as Assembleias das Classes, as Assembleias Solenes e outras Conferências<sup>16</sup>. As Assembleias Gerais, hoje Plenário da Academia, destinavam-se à comunicação dos estudos desenvolvidos, distribuição de prémios, publicação das listas dos sócios e membros das classes, e do programa para futuros prémios e concursos. Tratavam também questões relacionadas com o plano orçamental, a fixação de vencimentos dos funcionários e as contas da gerência do Conselho Administrativo, nomeando uma comissão para o efeito; além da nomeação do Vice-Presidente, Vice-Secretário e Tesoureiro<sup>17</sup>. As Assembleias Literárias, destinadas à leitura de *Memórias*, ficavam registadas em livros de atas, rubricados pelo Vice-Presidente e assinados pelos sócios presentes. A partir dos *Estatutos* de 1834, passa a ser permitida a assistência à sessão mediante apresentação de um bilhete do Secretário<sup>18</sup>. Os estatutos de 1834 e 1840 já abriam a possibilidade para, quando necessário, previsto pelo Conselho, ou solicitado ao Presidente de Classe, a sua reunião. Contudo, só em 1851 é que surgem oficialmente regulamentadas as Assembleias das Classes, nas quais se previa a discussão da respetiva produção científica e a nomeação de novos sócios<sup>19</sup>. As Assembleias Solenes, regulamentadas a partir de 1851, reuniam por convite todos os sócios da Academia. Com os *Estatutos* de 1918, estas passam a ter uma periodicidade anual, a realizarem-se no mês de abril, à qual assistiam os altos poderes do Estado, mediante convite. Nestas previa-se a publicação dos programas das questões abertas a concurso para atribuição de prémio que cada classe julgar conveniente, bem como a coroação das *Memórias* findo o concurso<sup>20</sup>.

Compondo a organização científica da ACL, as classes constituíam-se também como órgãos produtores e recetores de informação, juntamente com os Presidentes, Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários de cada

---

<sup>16</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1852, p. 14; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, pp. 21, 31.

<sup>17</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1780, *op. cit.*, pp. 12-13; *id.*, *op. cit.*, 1834, p. 19; *id.*, *op. cit.*, 1840, pp. 19-20; *id.*, *op. cit.*, 1852, pp. 13-14; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 20-21; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, *op. cit.*, p. 79.

<sup>18</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1780, *op. cit.*, p. 13; *id.*, *op. cit.*, 1834, p. 21; *id.*, *op. cit.*, 1840, p. 19; *id.*, *op. cit.*, 1852, p. 21.

<sup>19</sup> *Id.*, *op. cit.*, 1834, p. 21; *id.*, *op. cit.*, 1840, p. 20; *id.*, *op. cit.*, 1852, pp. 20-21; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 22-23.

<sup>20</sup> *Id.*, *op. cit.*, 1852, p. 14; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 21, 31.

classe. Até se estabilizarem com os *Estatutos* de 1851, ambas as classes de Ciências e Letras sofreram mutações várias na sua organização. A partir de então, a Classe de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, posteriormente designada *Classe de Ciências*, veio substituir as classes de Ciências Naturais (ou de Observação) e Ciências Exatas (ou Ciências de Cálculo); já a Classe de Ciências Morais, Políticas, e Belas-Letras, posteriormente designada *Classe de Letras*, veio substituir as classes de Belas-Letras e de Ciências Morais e Belas Artes. Em 1851 recuperou-se também a lógica de organização das classes por secções previstas nos primeiros estatutos: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Histórico-Naturais e Ciências Médicas; e Literatura, Ciências Morais e Jurisprudência (ou Jurídicas e Políticas, conforme os estatutos de 1918), Ciências Económicas e Administrativas e História e Arqueologia (ou Ciências Históricas e Filosóficas, conforme os estatutos de 1918)<sup>21</sup>. Aos Presidentes de Classe, cabia-lhes a correspondência interna com a Academia; regulamentação do plano de trabalhos da mesma; supervisionar os processos de censura às *Memórias*; e rubricar os Livros de Contas do Tesoureiro e do Guarda-Mor<sup>22</sup>.

A Tipografia foi regulamentada por alvará régio de 22 de março de 1781, data em que D. Maria I concede à ACL privilégios para impressão, num período de dez anos. Este serviço passa a ser dirigido desde 1791 pelo Guarda-Mor, coexistindo na direção com o Administrador da Tipografia, cargo apenas regulamentado em decreto de 13 de dezembro de 1851, sendo este o principal recetor e produtor de informação (1888, [1-2]).

Ainda que os *Estatutos* de 1834 previssem a elaboração de um regulamento particular da Biblioteca da ACL, e que em 1851 se determinasse que este ficaria a cargo da Classe de Letras, temos apenas conhecimento do mesmo volvidos nove anos. A partir dos *Estatutos* de 1918 surge, então, regulamentado o Inspetor da Biblioteca, enquanto cargo académico<sup>23</sup>.

Inicialmente a cargo do Guarda-Mor, o Museu da ACL passa a dispor de um regulamento próprio a partir de 1839, segundo o qual a administração económica e científica deste recai sob uma Comissão específica com-

---

<sup>21</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1780, pp. 3-4; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 8; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 5; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, p. 5; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 8; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

<sup>22</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1834, *op. cit.*, pp. 11, 16-17; *id.*, *op. cit.*, 1840, p. 14; *id.*, *op. cit.*, 1852, p. 17; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 10, 24-25; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, *op. cit.*, p. 77.

<sup>23</sup> *Id.*, *op. cit.*, 1834, p. 12; *id.*, *op. cit.*, 1852, p. 29; *id.*, *op. cit.*, 1918, p. 10; ACL/AHA/Livro de Secretaria 4B.

posta pelo Secretário, Presidente da Classe de Ciências e pelo Diretor da Aula de Zoologia — responsáveis pelas despesas e incorporações do museu, a constar num relatório semestral. Neste contexto, o Museu da ACL, então conhecido como «Museu de Lisboa», sucessivamente alimentado pelo colecionismo académico, reunia além do seu próprio acervo, a coleção de Fr. José Mayne (1723-1792) e a coleção do Museu da Ajuda, cuja administração ficara a cargo da Academia. Ao Diretor da Aula de Zoologia competia-lhe a administração do Museu no que diz respeito à sua conservação, supervisão dos funcionários e respetivos vencimentos. Relativamente à administração económica deste serviço, deveriam ser conservados livros de receita e despesa e inventários, rubricados pelo Presidente da Classe de Ciências, bem como folhas mensais de despesa a cargo do Diretor; registo de donativos ao Museu na forma de livro. O Museu contava ainda com um escrivão na qualidade de funcionário subalterno, ao qual cabia: a escrituração do livro de contas, a elaboração de catálogos, a conservação de um livro de ponto e execução e processamento dos vencimentos. Perante as sucessivas incorporações, a incapacidade de a Academia administrar as coleções provenientes da Ajuda, pela falta de recursos humanos e financeiros, tornou-se evidente para os seus académicos que, desde 1854, colocaram a hipótese de reunir uma comissão destinada à sua transferência para a Escola Politécnica, o que se veio a efetivar quatro anos mais tarde na sequência do seu encerramento temporário, em 1855. Após sucessivos hiatos na sua direção, o Diretor do Museu passa a cargo académico, pela primeira vez, em 1918, conforme os *Estatutos*, recaindo a sua eleição nas assembleias conjuntas de classes, com vigência de cinco anos<sup>24</sup>.

A Aula de História Natural, instituída no ano de 1792 pelo Fr. José Mayne (1723-1792) e sob direção da ACL, funcionava no Convento de Jesus já antes da instalação definitiva da Academia neste espaço. Décadas depois, a Aula de Zoologia criada em 1836, regulamentada em 1840 e em funcionamento até 1849, a cargo de um Diretor e um Inspetor, procurou dar continuidade ao legado pedagógico e científico de Mayne, corporizando em si, numa primeira fase, o próprio Instituto Maynense. Agregando em 1854 o Curso de Introdução à História Natural, o Instituto passa a assumir a nível nacional um lugar de destaque no ensino das ciências físicas e naturais até 1919, data em que foram extintos (Carvalho, 1996, pp. 511-521).

---

<sup>24</sup> Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 12; Academia das Ciências de Lisboa, 1839, pp. 10-13; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 10; Ministério do Reino, 1858, p. 271; Carvalho, 1996, pp. 497-511.

Finalmente, a Instituição Vacínica, pioneira no combate à varíola e na vigilância epidemiológica, na qual reside a gênese do Conselho Superior de Saúde Pública do Reino, anexada por decreto em 1844, viria a ser regulamentada em 1812, cabendo-lhe a sua administração a um conjunto de “facultativos” de Medicina, sócios da ACL, sendo o cargo de diretor desempenhado individual e mensalmente (ACL, 1812, pp. 10-11).

Quadro 1: Proposta de Quadro de Classificação

Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa		Código de referência
<b>F – Fundo</b>	<b>F/ Academia das Ciências de Lisboa</b>	<b>PT/ACL/ACL</b>
<b>SC – Secção</b>	<b>SC/ Conselho Administrativo</b>	<b>PT/ACL/ACL/A</b>
SSC - Subsecção	SR/ Atas	PT/ACL/ACL/A/001
SR – Série	SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/A/002
SSR – Subsérie	SR/ Processos disciplinares	PT/ACL/ACL/A/003
	SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/A/004
	<b>SC/ Presidência</b>	<b>PT/ACL/ACL/B</b>
	SR/ Alvarás	PT/ACL/ACL/B/001
	SR/ Avisos	PT/ACL/ACL/B/002
	SR/ Contratos	PT/ACL/ACL/B/003
	SR/ Correspondência expedida	PT/ACL/ACL/B/004
	SR/ Correspondência recebida	PT/ACL/ACL/B/005
	SR/ Decretos	PT/ACL/ACL/B/006
	SR/ Diplomas	PT/ACL/ACL/B/007
	SR/ Ofícios	PT/ACL/ACL/B/008
	SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/B/009
	SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/B/010
	SR/ Relatórios	PT/ACL/ACL/B/011
	<b>SC/ Secretaria</b>	<b>PT/ACL/ACL/C</b>
	SR/ Arrendamentos	PT/ACL/ACL/C/001
	SR/ Avisos	PT/ACL/ACL/C/002
	SR/ Cadastros de sócios	PT/ACL/ACL/C/003
	SR/ Calendários das sessões	PT/ACL/ACL/C/004
	SR/ Candidaturas	PT/ACL/ACL/C/005
	SR/ Certidões de faltas	PT/ACL/ACL/C/006
	SR/ Contas com livreiros	PT/ACL/ACL/C/007
	SR/ Correspondência expedida	PT/ACL/ACL/C/008
	SR/ Correspondência recebida	PT/ACL/ACL/C/009
	SSR/ Correspondência entre corpos científicos	PT/ACL/ACL/C/009-1
	SR/ Folhas de vencimento dos funcionários	PT/ACL/ACL/C/010
	SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/C/011
	SR/ Livros de secretaria	PT/ACL/ACL/C/012

SSR/ "Livros de Secretaria A"	PT/ACL/ACL/C/012-1
SSR/ "Livros de Secretaria B"	PT/ACL/ACL/C/012-2
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/C/013
SR/ Minutas	PT/ACL/ACL/C/014
SR/ Ofícios	PT/ACL/ACL/C/015
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/C/016
SR/ "Processos de Académicos"	PT/ACL/ACL/C/017
SR/ Processos de leilões	PT/ACL/ACL/C/018
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/C/019
SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/C/020
SR/ Requerimentos	PT/ACL/ACL/C/021
SR/ Requisições	PT/ACL/ACL/C/022
SC/ Guarda-mor	PT/ACL/ACL/D
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/D/001
SR/ Despesas patrimoniais	PT/ACL/ACL/D/002
SR/ Folhas das despesas do jardim botânico	PT/ACL/ACL/D/003
SR/ Folhas das despesas miúdas da academia	PT/ACL/ACL/D/004
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/D/005
SR/ Livros de despesas da tipografia	PT/ACL/ACL/D/006
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/D/007
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/D/008
SC/ Tesouraria	PT/ACL/ACL/E
SR/ Contas de livros vendidos pela academia	PT/ACL/ACL/E/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/E/002
SR/ Despesas dos estabelecimentos da academia	PT/ACL/ACL/E/003
SR/ Despesas patrimoniais	PT/ACL/ACL/E/004
SR/ Donativos	PT/ACL/ACL/E/005
SR/ Folha dos jetões que venceram os sócios da academia	PT/ACL/ACL/E/006
SR/ Folhas das despesas do jardim botânico	PT/ACL/ACL/E/007
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/E/008
SR/ Livros de contas	PT/ACL/ACL/E/009
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/E/010
SR/ Orçamentos	PT/ACL/ACL/E/011
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/E/013
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/E/13
SSR/ Recibos de vencimento	PT/ACL/ACL/E/13-1
SC/ Assembleias	PT/ACL/ACL/F
SSC/ Assembleias Gerais	PT/ACL/ACL/F-A
SR/ Atas	PT/ACL/ACL/F-A/001
SR/ Candidaturas a prémios	PT/ACL/ACL/F-A/002
SR/ Despachos	PT/ACL/ACL/F-A/003

SR/ Listas de distribuição para a leitura de memórias	<b>PT/ACL/ACL/F-A/004</b>
SR/ Programas para prêmios e concursos	<b>PT/ACL/ACL/F-A/005</b>
<b>SSC/ Assembleias das Classes</b>	<b>PT/ACL/ACL/F-B</b>
SR/ Atas das assembleias da classe de ciências	<b>PT/ACL/ACL/F-B/001</b>
SR/ Atas das assembleias da classe de letras	<b>PT/ACL/ACL/F-B/002</b>
SR/ Propostas de sócios das assembleias da Classe de Ciências	<b>PT/ACL/ACL/F-B/003</b>
SR/ Propostas de sócios das assembleias da Classe de Letras	<b>PT/ACL/ACL/F-B/004</b>
<b>SC/ Classe de Ciências</b>	<b>PT/ACL/ACL/G</b>
SR/ Apontamentos	<b>PT/ACL/ACL/G/001</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/G/002</b>
SR/ Pareceres	<b>PT/ACL/ACL/G/003</b>
SR/ Recibos	<b>PT/ACL/ACL/G/004</b>
<b>SSC/ Presidência da Classe de Ciências</b>	<b>PT/ACL/ACL/G-A</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/G-A/001</b>
SR/ Pareceres	<b>PT/ACL/ACL/G-A/002</b>
SR/ Submissão de “Memórias”	<b>PT/ACL/ACL/G-A/003</b>
<b>SSC/ Secretaria da Classe de Ciências</b>	<b>PT/ACL/ACL/G-B</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/G-B/001</b>
SR/ Pareceres	<b>PT/ACL/ACL/G-B/002</b>
SR/ Regulamentos	<b>PT/ACL/ACL/G-B/003</b>
<b>SC/ Classe de Letras</b>	<b>PT/ACL/ACL/H</b>
SR/ Apontamentos	<b>PT/ACL/ACL/H/001</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/H/002</b>
SR/ Festas de santa isabel	<b>PT/ACL/ACL/H/003</b>
SR/ Pareceres	<b>PT/ACL/ACL/H/004</b>
SR/ Recibos	<b>PT/ACL/ACL/H/005</b>
<b>SSC/ Presidência da Classe de Letras</b>	<b>PT/ACL/ACL/H-A</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/H-A/001</b>
SR/ Pareceres	<b>PT/ACL/ACL/H-A/002</b>
SR/ Submissão de memórias	<b>PT/ACL/ACL/H-A/003</b>
<b>SSC/ Secretaria da Classe de Letras</b>	<b>PT/ACL/ACL/H-B</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/H-B/001</b>
SR/ Ofícios	<b>PT/ACL/ACL/H-B/002</b>
SR/ Pareceres	<b>PT/ACL/ACL/H-B/003</b>
<b>SC/ Comissões de estudo</b>	<b>PT/ACL/ACL/I</b>
SR/ Apontamentos	<b>PT/ACL/ACL/I/001</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/I/002</b>
SR/ Pareceres	<b>PT/ACL/ACL/I/003</b>
SR/ Verbetes	<b>PT/ACL/ACL/I/004</b>
<b>SC/ Tipografia</b>	<b>PT/ACL/ACL/J</b>

SR/ Catálogos-preçário	PT/ACL/ACL/J/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/J/002
SR/ Despesas	PT/ACL/ACL/J/003
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/J/004
SR/ Livros de despesas da tipografia	PT/ACL/ACL/J/005
SR/ Livro de receitas da tipografia	PT/ACL/ACL/J/006
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/J/007
SR/ Orçamentos	PT/ACL/ACL/J/008
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/J/009
SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/J/010
SR/ Requisições	PT/ACL/ACL/J/011
SR/ Requisitos para impressão	PT/ACL/ACL/J/012
SR/ Subscrição de publicações	PT/ACL/ACL/J/013
SC/ Biblioteca	PT/ACL/ACL/K
SR/ Catálogos	PT/ACL/ACL/K/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/K/002
SR/ Despesas	PT/ACL/ACL/K/003
SR/ Doações	PT/ACL/ACL/K/003
SR/ Estatística da leitura	PT/ACL/ACL/K/004
SR/ Fichas bibliográficas	PT/ACL/ACL/K/005
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/K/006
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/K/007
SR/ Permutas	PT/ACL/ACL/K/009
SC/ Museu	PT/ACL/ACL/L
SSC/ Direção	PT/ACL/ACL/L-A
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/L-A/001
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/L-A/002
SSC/ Comissão científica e económica do museu	PT/ACL/ACL/L-B
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/L-B/001
SR/ Despesas	PT/ACL/ACL/L-B/002
SR/ Folhas de receita e despesa	PT/ACL/ACL/L-B/003
SR/ Orçamentos	PT/ACL/ACL/L-B/004
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/L-B/005
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/L-B/006
SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/L-B/007
SC/ Instituto maynense	PT/ACL/ACL/M
SSC/ Aula de zoologia	PT/ACL/ACL/M-A
SR/ Cadastros	PT/ACL/ACL/M-A/001
SR/ Certidões de faltas	PT/ACL/ACL/M-A/002
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/M-A/003
SR/ Inscrições em exame	PT/ACL/ACL/M-A/004
SR/ Matrículas	PT/ACL/ACL/M-A/005
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/M-A/006

SR/ Recibos	<b>PT/ACL/ACL/M-A/007</b>
<b>SSC/ Curso de História Natural</b>	<b>PT/ACL/ACL/M-B</b>
SR/ Correspondência	<b>PT/ACL/ACL/M-B/001</b>
SR/ Inventários	<b>PT/ACL/ACL/M-B/002</b>
SR/ Matrículas	<b>PT/ACL/ACL/M-B/003</b>
<b>SC/ Instituição Vacínica</b>	<b>PT/ACL/ACL/N</b>
SR/ Despesas	<b>PT/ACL/ACL/N/001</b>
SR/ Folhas de vencimento	<b>PT/ACL/ACL/N/002</b>
SR/ Ofícios	<b>PT/ACL/ACL/N/003</b>
SR/ Orçamentos	<b>PT/ACL/ACL/N/004</b>

## Conclusões

O projeto de organização e tratamento arquivístico do Fundo da Academia das Ciências de Lisboa (AHACL) decorrido no âmbito do Projeto de Estágio, seguiu com base no estudo da história institucional e na prática de classificação sob uma perspectiva orgânico-funcional, no qual se refletissem hierarquicamente nas secções e séries documentais os percursos da informação, em conformidade com a estrutura interna da ACL. Uma vez definida a estratégia de tratamento e organização da documentação, incrementado um instrumento de classificação e iniciada a fase de descrição arquivística, a entropia que caracterizou o Fundo da ACL vai sendo, paulatinamente, revertida. A análise comparativa dos fundos de organizações congêneres estrangeiras permitiu reconhecer que subsistem lacunas nas suas classificações, sobretudo no que respeita à observação da orgânica e funcionalidade, paradigma que aqui se pretende contrariar.

Apresentado o contexto histórico e os principais momentos que tiveram ascendência no processo de formação do sistema de informação da ACL, analisaram-se os documentos normativos que enquadraram as atividades da instituição e que fundamentam a gradual complexidade da sua estrutura organizativa ao longo da cronologia. Ao elencarem-se as práticas de arquivamento pretéritas procurou-se evidenciar a importância da memória organizacional como parte e complemento essencial do estudo orgânico-funcional, revelando um constante e sistemático desvio da regulamentação e ignorando o contexto de produção da informação.

Assim, o presente estudo orgânico-funcional, acompanhado da proposta e fundamentação do quadro de classificação a aplicar ao Fundo da ACL, procura encetar uma nova fase de existência para o seu Arquivo Histórico, o que permitirá a breve trecho constituir-se como ponto de par-

tida para novas investigações em torno da instituição, dos seus membros e avanços que acompanharam o estado científico e cultural do país ao longo de mais de dois séculos.

## Fontes e bibliografia

- Academia Brasileira de Letras. (2003). *Arquivo dos Acadêmicos: Guia geral*. Academia Brasileira de Letras.
- Academia Brasileira de Letras. (2003). *Base de Dados do Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. <http://servbib.academia.org.br:8084/arquivo/index.html>
- Academia das Ciências de Lisboa. (1780). *Plano de estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia das Sciencias de Lisboa*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1812). *Collecção de Opusculos sobre a vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a Instituição Vaccinica: e publicados de ordem da mesma Academia. Tomo I*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1834). *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Aprovados por sua Magestade Fidelíssima em 15 de Outubro de 1834*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1840). *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1852). *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Imprensa Nacional.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1888). *Breve noticia da typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa em Julho de 1888*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1918). *Estatutos da Academia das Sciencias de Lisboa*. Imp. Nacional.
- Alves, I. et al. (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro; Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e documentação.
- American Philosophical Society Archives. (s.d.). <https://search.amphilsoc.org/collections/view?docId=ead/APS.Archives-ead.xml#top>
- Barros, T. H. B., & Moraes, J. B. E. de. (2013). Da classificação biológica à classificação digital: perspectivas de renovação em classificação arquivística. *Ágora*, 23(46), 58-84.
- Bertalanffy, L. von. (1968). *General System Theory: Foundations, Developments, Applications*. George Braziller.
- Bourdieu, P. (1997). *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Éditions Quæ.
- Cardoso, J. L. (2013). Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1820). In S. C. Matos (Coord.), *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. [https://dichp.bnportugal.gov.pt/instituicoes/instituicoes\\_academia\\_ciencias.htm](https://dichp.bnportugal.gov.pt/instituicoes/instituicoes_academia_ciencias.htm)
- Carvalho, R. de. (1996). *Actividades científicas em Portugal no século XVIII*. Universidade de Évora.

- Chiavenato, I. (2004). *Introdução à Teoria Geral da Administração: Uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. Elsevier.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Decreto-lei n.º 5/78 da Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura. (1978). Diário da República: I série, n.º 10, 75-81. <https://dre.tretas.org/dre/44941/decreto-lei-5-78-de-12-de-janeiro#anexos>
- Decreto-lei n.º 18/202 da Presidência do Conselho de Ministros. (2022). Diário da República: I série, n.º 13, 2-23. <https://dre.tretas.org/dre/4778631/decreto-lei-18-2022-de-19-de-janeiro>
- Decreto-lei nº 35090 do Ministério da Educação Nacional; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1945). Diário do Governo: I série, n.º 241, 884-885. <https://dre.tretas.org/dre/228900/decreto-lei-35090-de-31-de-outubro>
- Flórez Porras, J. D. (2011). *Guía metodológica de investigación de historia institucional. Modelo de orientación general para la elaboración de historias institucionales*. Universidad del Rosario.
- Forjaz, A. P. (1958). A Casa de Bragança e a Presidência da Academia: 1770-1910. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, (30).
- Fundação para a Ciência e Tecnologia; Arquivo de Ciência e Tecnologia. (2018). *Glossário de termos arquivísticos*. Arquivo de Ciência e Tecnologia; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <https://act.fct.pt/wp-content/uploads/2018/09/Glossário-ACT-Outubro2018.pdf>
- Kaushik, V., & Walsh, C. A. (2019). Pragmatism as a Research Paradigm and Its Implications for Social Work Research. *Social Sciences*, 8(9), 255. <https://doi.org/10.3390/socsci8090255>
- Meehan, J. (2014). Arrangement and description: between theory and practice. In C. Brown (Ed.), *Archives and Recordkeeping: Theory into practice* (pp. 63-99). Facet Publishing.
- Ministério do Reino. (1858). *Diário do Governo*, nº 63, 361. <https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=3&tipo=a-diario&res=>
- Morato, F. M. T. A. (1822). *Colecção Sistemática das Leis e estatutos porque se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu estabelecimento ao até ao tempo presente*. Typographia da Academia.
- Real Academia Española. (2015). *Archivo de la Academia Real Española*. <http://archivo.rae.es>
- Ribeiro, F. (1998). A Classificação em arquivos: processo natural ou arranjo a posteriori? *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, 2, 119-126.
- Ribeiro, F. (2003). *O Acesso à Informação nos Arquivos*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Ribeiro, F. (2005). *Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?* [Apresentação em conferência]. ENCONTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1.º, Vila do Conde. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf>
- Ribeiro, F. (2013). *O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação* [Ata]. Atas Informação e/ou

- Conhecimento: As Duas Faces de Jano, I Congresso ISKO Espanha e Portugal, XI Congreso ISKO España, Porto. <https://hdl.handle.net/10216/69659>
- Sabourin, P. (2001). Constructing a Function-Based Records Classification System: Business Activity Structure Classification System. *Archivaria*, 51, 137-155.
- Silva, A. M. D. da, Borges, L. C., Freitas, C., & Vivas, D. (2019). *A classificação orgânico-funcional: saber arquivístico para a compreensão dos fluxos informacionais* [Apresentação em conferência]. IX Seminário de Saberes Arquivísticos Internacional, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (1998). *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Vol. I*. Edições Afrontamento.
- Silva, J. A. (2013). *Teodoro de Almeida: Oração e memórias na Academia das Ciências de Lisboa*. Porto Editora.
- Silva, J. A. (2019). *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): Ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Edições Colibri.
- Tognoli, N. B., & Rodrigues, A. C. (2018). An Analysis of the theoretical and practical application of Diplomatics to archival description in Knowledge Organization. In F. Ribeiro, & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto* (pp. 43-52). Ergon Verlag.
- Troitino, S. (2018). Different parameters for Knowledge Organization in archives. In F. Ribeiro, & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto* (pp. 160-167). Ergon Verlag.



# A Documentação Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: Proposta de Descrição Arquivística

## The Musical Documentation of the Archive of the Brotherhood of the Clerigs of Porto: Proposal of Archival Description

FRANCISCO OLIVEIRA CYMBRON FURTADO CABRAL

Estudante na FCSH

Universidade Nova de Lisboa e ESMAE

Instituto Politécnico do Porto

franciscocymbron@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7664-2921>

### RESUMO

Este artigo procura estabelecer uma ligação entre a música e a ciência da informação, tema ainda relativamente pouco explorado, dada a complexidade da descrição arquivística e a especificidade inerente aos documentos musicais. Para o efeito, foi utilizado como objeto de estudo para este artigo o Acervo Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto. Em 2015, uma equipa de arquivistas organizou e descreveu arquivisticamente a documentação pertencente à Irmandade. Este Acervo Musical pertenceu ao Coro da Irmandade, fundado em 1768, sendo constituído, maioritariamente, por manuscritos musicais e por algumas edições impressas. Para uma melhor compreensão desta documentação, serão abordados vários aspetos tanto a nível histórico, como musical e arquivístico. Alguma da informação aqui publicada é inédita para a Musicologia portuguesa, visto que esta documentação nunca foi alvo de um estudo científico. Das vinte e oito obras musicais que constituem o Acervo Musical, apenas foram identificados três

nomes de compositores, sendo um deles desconhecido no contexto do panorama musical português. São eles: David Perez (1711-1778), António da Silva Leite (1759-1833) e Francisco da Cunha Teles e Meneses (sem informação conhecida). Procura-se, ainda, refletir sobre as ligações entre a música e a arquivística, sublinhando a falta de técnicos especializados em ambas as áreas, para o tratamento de acervos semelhantes, em arquivos públicos e privados. Propõe-se que a música seja encarada apenas como uma diferente tipologia e/ou temática de um documento, não a discriminando e tratando-a como qualquer outro documento de arquivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivística histórica; Irmandade dos Clérigos; Música.

### **ABSTRACT**

This text tries to establish a connection between music and information science, a subject still little explored due to the complexity of the archival description and the inherent specificity of documents of a musical nature. For this purpose, the study object used for this work was the Music Collection of the Irmandade dos Clérigos Archive of Oporto (Brotherhood of Clerics Archive of Oporto). In 2015, a team of archivists organised and described archivistically all the documents about the actions of the Brotherhood. This Music Collection belonged to the Brotherhood Choir, founded in 1768, and was mainly constituted by music manuscripts and some printed editions. In this article, and for a better understanding of these documents, several aspects at a historical level as well as musical and archivist level will be studied. Some of the information published here is unprecedented in Portuguese Musicology, as these documents have never been scientifically studied. From the twenty-eight pieces of music which constitute this Music Collection, only three names of composers were identified, one of them being unknown in the Portuguese music context. They are David Perez (1711-1778), António da Silva Leite (1759-1833) and Francisco da Cunha Teles e Meneses (without known information). Thus, this report also has the purpose of reflecting on the connections between music and archives, pointing out the lack of technicians specialized in both areas, for the treatment of similar collections in public and private archives. We propose that music is faced only as a different typology and/or subject of a document, not discriminating against and treating it as any other archive document.

**KEYWORDS:** Historical archival science; Irmandade dos Clérigos; Music.

## Introdução

O Acervo Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto consiste num conjunto de 72 documentos de música sacra oitocentista. Este arquivo, que já se encontrava quase totalmente descrito por uma equipa coordenada pela Professora Doutora Helena Osswald, encontra-se atualmente em depósito no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia (Casa da Prelada) e tem cerca de 16 metros lineares. A documentação do funcionamento da Irmandade foi descrita pela equipa, criando-se secções para o efeito, tendo ficado de fora da descrição cerca de 72 documentos musicais. Dentro da conceção sistémica da informação, pode entender-se esta documentação musical como distinta da restante documentação da Irmandade, sendo essa realmente produzida para atestar, controlar e dar conta da vida dessa entidade e, por isso, colocada pelo cartorário com uma determinada ordem nos armários do Cartório e as partituras, manuscritas ou não, do lado da biblioteca da entidade.

O acervo musical é constituído maioritariamente por partituras manuscritas e por duas edições impressas. Entre os manuscritos, identificamos diversas obras sacras dos vários tempos do calendário litúrgico, nomeadamente para vozes e órgão (ou baixo contínuo), e conseguimos identificar três compositores, David Perez, António da Silva Leite e Francisco da Cunha Teles e Meneses.

## Estado da Arte

Este acervo documental contém obras sacras escritas ou copiadas nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, sendo que nessa época as missas e outras celebrações eram cantadas em latim, segundo o rito tridentino, o que só veio a ser alterado entre 1962-1966 na sequência do Concílio Vaticano II. Partindo desse pressuposto e do âmbito deste artigo, foi decidido dividir o estado da arte em duas partes: a música e a arquivística. Para a pesquisa sobre a música, partimos da que era praticada no Porto, especialmente na Irmandade dos Clérigos, sendo assim possível perceber que, nessa irmandade havia muita atividade musical, nomeadamente nos períodos de festa do Natal, Semana Santa e Pentecostes. Como o foco de estudo deste artigo não seria a música praticada na Irmandade dos Clérigos, mas sim uma proposta de descrição arquivística deste conjunto documental, teve-se o cuidado de saber o que as fontes nos diziam sobre as normas arquivísticas e como aplicá-las à música.

Da bibliografia consultada do contexto musical, destacam-se alguns autores que trabalharam estas áreas: Ana Sofia Saraiva (2018), que teorizou sobre os Responsórios, faz uma explicação sobre as Matinas da Semana Santa e as Lamentações do Profeta Jeremias e uma explanação de como a música era tocada nesse período litúrgico.

Nesta dissertação, destacamos a tradução e o texto integral em latim dos responsórios dos três dias Santos. Outro trabalho muito relevante é o artigo de Daniel Nery (2017) no qual o autor explica a música litúrgica do período do Natal, de forma bem estruturada e simples, com tradução e texto em latim de um conjunto de oito Responsórios cantados no dia de Natal.

Uma vez que existem obras de compositores conhecidos, pesquisamos a vida e obra dos que compuseram as obras musicais deste arquivo, utilizando para isso diversos trabalhos de José Bettencourt da Câmara, Cristina Fernandes, Manuel Carlos de Brito e Rui Vieira Nery. Estes artigos ajudaram a compreender melhor a história da música em Portugal nesse período temporal e a perceber a função da música nas Irmandades religiosas. O artigo de José Bettencourt da Câmara (2009), é uma fonte importante para o estudo da música religiosa e profana composta no Portugal oitocentista. Neste trabalho, o autor faz uma grande referência a coleções de Manuscritos musicais existentes nas Ilhas de São Miguel e Terceira, dos Açores. Estas coleções são fundamentais para a compreensão do tipo de música e dos compositores que passavam pelo Continente e ilhas.

Outra obra a referir é o livro coordenado por Jorge Alexandre Costa, onde destacamos os artigos de Manuel Carlos de Brito (2015, pp. 123-160), fonte de variadas informações acerca dos compositores e do tipo de música que se fazia em Lisboa nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, assim como o artigo de Rui Vieira Nery (2015, pp. 17-82), onde nos é apresentada uma panorâmica da música portuguesa nos séculos XVI e XVII.

Para a pesquisa sobre a descrição arquivística, para além dos trabalhos inevitáveis de Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro e Maria de Lurdes Rosa, consultou-se outras obras que versam sobre a catalogação de música. Refiro-me aos trabalhos de Maria Clara Assunção e Ana Caeiro. A dissertação de mestrado de Maria Clara Assunção (2005), faz uma primeira abordagem à relação entre a música e a arquivística, questão muito interessante e ainda muito pouco explorada, onde pretende conjugar as regras de catalogação musical que se utilizam em bibliotecas, normalmente demasiado genéricas, com o que os musicólogos utilizam, demasiado complexas para um público leigo em música. Já a dissertação de Ana Caeiro (2015), faz um interessante debate sobre se os documentos musicais manuscritos

deveriam pertencer a um arquivo ou a uma biblioteca, e qual a forma mais adequada de os descrever.

O catálogo *Fundo Musical: século XVI ao século XIX* (1995), coordenado por Francisco d'Orey Manoel, com a colaboração do musicólogo José Maria Pedrosa Cardoso, é um trabalho fundamental para a catalogação e descrição arquivística de música sacra, incluindo livros de coro, com notação mensural, publicados pela Igreja Católica. O catálogo que se refere às obras da Irmandade de São Roque de Lisboa contém descrição arquivística de documentos musicais, nomeadamente de obras sacras manuscritas, como os Antifonários e Breviários editados no século XVIII. Há que referir que neste catálogo descreve-se de forma detalhada as características físicas dos documentos, assim como o tipo de material utilizado em certos documentos.

Para a descrição arquivística do arquivo da Irmandade dos Clérigos, os dois trabalhos publicados pela equipa liderada pela Professora Doutora Helena Osswald são do maior interesse e detalhe, indispensáveis para o trabalho que elaboramos. Trata-se do *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental nº 7* (Alves, Moreira & Costa, 2017), e o projeto *Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto* (2015), publicados por Ana Moreira, Patrícia Alves e Patrícia Costa.

Não podemos deixar de mencionar dois documentos que são muito importantes para este trabalho, por serem diretamente ligados à Irmandade dos Clérigos do Porto: o inventário de Maria Adelaide de Meirelles, de 1975, que é um dos primeiros inventários feitos ao arquivo daquela instituição, e o livro de Xavier Coutinho, de 1965, que contém a história e cronologia da Irmandade dos Clérigos do Porto, também como informações sobre a sua arquitetura.

## **A Irmandade dos Clérigos do Porto**

### **Breve contextualização**

A Irmandade dos Clérigos do Porto foi fundada a 18 de abril de 1707 (Alves, Moreira & Costa, 2017, p. 15), resultando da fusão de três confrarias já existentes, a Confraria dos Clérigos Pobres de Nossa Senhora da Misericórdia (1635 a 1665), a Confraria dos Clérigos de São Pedro *ad Vincula* (1654 a 1707) e a Congregação de São Filipe Néri (1666 a 1707). Estas três instituições tinham como principal objetivo e missão o apoio aos padres da cidade, caso

estivessem doentes, na pobreza ou próximos da morte. Estas confrarias dependiam do número de irmãos e da estabilidade financeira que esses irmãos lhe podiam dar, através de pagamento de quotas.

Com a fusão de 1707, oficializada por Breve Pontifício do Papa Clemente XI, (Alves, Moreira & Costa, 2017), foi criada a Irmandade do Socorro dos Clérigos Pobres do Porto. Foi instalada originalmente na igreja da Santa Casa da Misericórdia, do Porto, onde já as três confrarias, acima mencionadas, estavam sediadas. Com o passar do tempo, a Irmandade dos Clérigos passou a ter novos estatutos e um brasão, que ainda hoje representa a Irmandade dos Clérigos do Porto e que conjuga o monograma de Maria (AM), as chaves e a tiara papal de São Pedro, e a açucena de São Filipe Néri.

Só a 28 de março de 1748, a Irmandade se mudou definitivamente para a sua sede, a Igreja dos Clérigos. Esta nova igreja e o edifício contíguo foram construídos num terreno doado, sendo que as obras começaram em 1732 e deram lugar ao famoso edifício e torre, projetados pelo arquiteto Nicolau Nasoni (1691-1773) (Martins, 2019). No Breve Pontifício foi também concedida a esta nova Irmandade a exclusividade, numa légua de circunferência da cidade, de forma a garantir o estabelecimento e progresso da mesma. A assistência era sobretudo dada a clérigos doentes e moribundos, que necessitavam tanto de apoio material como espiritual. A assistência aos enfermos era praticada a nível domiciliário, mas também no Hospital da Irmandade, fundado em 1786, com esse objetivo específico e reforçado pela criação de um fundo próprio.

## **Estrutura orgânico-funcional da Irmandade**

Nos *Estatutos da Irmandade de 1782*, previa-se que existisse uma Mesa de direção, que era o órgão central de administração, constituída pelos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Ex-secretário, Tesoureiros e Deputados. O cargo de Presidente era normalmente ocupado pelo Bispo do Porto (em funções). Para além da mesa da direção, existiam: a) um Procurador Fiscal, que tinha como função zelar pelo cumprimento das disposições testamentárias e legados e cuidar da cobrança de dívidas; b) um Procurador Agente, que era a pessoa que fazia os negócios em nome da Irmandade, respondendo perante a Mesa e o Procurador Fiscal; c) o Advogado, que tratava das questões jurídicas e legais; d) os Procuradores, que deveriam ser irmãos eclesiásticos, encarregados da fiscalização da assistência e da imagem pública da Irmandade; e e) os Zeladores, que estabeleciam a ligação

entre a Irmandade e os seus Irmãos. Desde 1940 que a estrutura foi simplificada, adquirindo o formato refletido nas secções do Fundo — Mesa, Sacristia, Hospital e Coro. Para além da Mesa, também existe uma Assembleia Geral, formada por todos os irmãos efetivos e presidida por um presidente próprio. É este órgão que tem o poder de convocar eleições para a Mesa e de a dissolver. A Igreja e Sacristia são o sector central da vida religiosa da Irmandade. Após a instituição do Coro, em 1762, todos os atos de culto passaram a ser realizados por este setor. A figura central da Igreja e Sacristia era o Tesoureiro, que deveria ser um irmão presbítero. Era nomeado pela Mesa e a sua função era zelar por tudo o que pertencia e dizia respeito ao culto.

O Hospital da Irmandade (Santos, 2015), tinha como missão socorrer os clérigos pobres e doentes da cidade, incluindo padres que não eram irmãos, e estava sob direta superintendência do Presidente da Mesa. A fiscalização do Hospital era incumbência de um Deputado da Mesa, que durante os meses em que exercia a função era designado por “Mordomo do Hospital”.

Por fim, o Coro da Irmandade, criado em 1762, tinha por responsabilidade realizar o culto divino e o objetivo de cantar/tocar nas missas e celebrações realizadas na Igreja da Irmandade. O Coro era constituído pelo Capelão-mor, o Mestre-de-Cerimónias, o Apontador do Coro, o capelão Cantor, o Tesoureiro da Igreja e da Sacristia, o Organista, o Foleiro (que dava ao fole do órgão), o Sineiro e os meninos do Coro.

## A Liturgia

Desde sempre que a música e a liturgia estão interligadas. Em resultado das diferentes variantes e ritos litúrgicos, a Igreja Católica, por volta dos séculos VI-VII, sentiu necessidade de unificar o canto litúrgico. Foi no pontificado do papa São Gregório I (590-604), que se deram essas modificações e a uniformização do canto litúrgico. As alterações e inovações realizadas pelo papa São Gregório I causaram tal admiração que se criou, num contexto pictórico, uma lenda pretendendo que ele compusera todas as melodias do rito romano com a ajuda de inspiração divina, do Espírito Santo que lhe teria aparecido sob a forma de pomba e cantado ao ouvido as melodias. A prática que nessa altura foi definida para a organização e realização dos serviços litúrgicos mantém-se até aos nossos dias, tendo sofrido algumas modificações no Concílio Vaticano II (1962-1965), que substituiu o texto em latim pela língua vernácula (embora o latim continue a ser utilizado em alguns mosteiros e conventos) (Gaipo, 2015, pp. 90-92).

O ordenamento do repertório do canto gregoriano, ou cantochão, consta da compilação de: melodias no *Antiphonarium*; textos dos ofícios no *Breviário*; cantos utilizados com mais frequência no *Liber usualis*; e melodias para a missa no *Gradual*. Tanto os cânticos como as leituras são realizados de acordo com o Calendário Litúrgico, que organiza o ano. O calendário divide-se em três anos, A, B e C, e para cada ano é atribuído um evangelista (São Lucas, São Mateus e São Marcos), sendo que São João Evangelista é utilizado nas festas e celebrações mais importantes. Cada um desses anos determina os cânticos a executar de acordo com a celebração do dia.

Dentro desse sistema, o calendário litúrgico é composto de dois ciclos: o Próprio do Tempo e o Próprio dos Santos. No Próprio do Tempo celebram-se os principais eventos da vida de Cristo: o Advento, o Natal, a Quaresma e a Páscoa (ver Figura 1).



Figura 1: Exemplo do Calendário Litúrgico. Fonte: <https://paroquianguadalupe.com.br/calendario-paroquial>

O outro ciclo é o Próprio dos Santos ou o Tempo Comum. Neste período, as festas dos santos ocorrem em datas fixas, que por isso caem em diferentes dias da semana de ano para ano e, por isso, as leituras e os salmos variam consoante os dias e os santos. O Tempo Comum é composto de dois períodos: o primeiro vai do domingo do Batismo à Quaresma e o segundo vai da Trindade ao Advento.

Existem dois principais momentos de culto, o Ofício e a Missa. O Ofício ou Oração das Horas é originário das regras de São Bento. Celebra-se todos os dias a determinadas horas e atualmente só as ordens religiosas as praticam. Os principais momentos do Ofício são: o canto dos salmos (com as

respetivas antífonas); o canto dos hinos e dos cânticos; e a entoação das leituras (com os respetivos responsórios) (ver Tabela 1).

A Missa é o serviço religioso mais importante da Igreja Católica, que celebra a Última Ceia de Cristo através da consagração do pão e do vinho. Os textos de certas partes da Missa são invariáveis — o Ordinário — e outros são variáveis — o Próprio (*Proprium missæ*) — de acordo com o já referido calendário litúrgico. O Ordinário segue as seguintes orações: Kyrie, Glória, Credo, Sanctus e Agnus Dei, ao passo que o Próprio segue uma estrutura mais complexa, incluindo: Introito, Gradual, Aleluia ou Tracto, Sequencia, Ofertório, Sanctus-Benedictus e Comunhão; tudo intercalado com as orações do Ordinário (Gaipo, 2015, pp. 93-95).

Tabela 1: Quadro da Liturgia das Horas. Fonte: Gaipo, 2015, p. 94.

Ofício	Horas do dia
Matinas	Duas/ três horas da manhã
Laudas	Cinco horas da manhã
Prima	Seis horas da manhã
Tercia	Nove horas da manhã
Sexta	Meio-dia
Nona	Três horas da tarde
Véspera	Quatro horas da tarde
Completas	Seis horas da tarde

## O Arquivo

### História custodial

O arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto, com cerca de 700 unidades de instalação, preserva o fundo da Irmandade (1707 a 1941) e a documentação das extintas confrarias: de Nossa Senhora da Misericórdia (1635 a 1665), de São Pedro *ad Vincula* (1654 a 1707) e de São Filipe Néri (1666 a 1707).

Consciente do valor deste arquivo para diversos estudos — nomeadamente em temáticas relacionadas com religião, ordens e irmandades, entre outras — a Irmandade dos Clérigos do Porto assinou, em 2012, um proto-

colo de cooperação com o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP) para organizar e descrever o acervo. O projeto foi entregue ao CEHR-Porto, a uma equipa constituída pelas Professoras Doutoradas Helena Osswald, como coordenadora, Fernanda Ribeiro, como consultora, e pelas arquivistas Ana Moreira, Patrícia Alves e Patrícia Costa, para inventariar, organizar, digitalizar, salvaguardar e divulgar a documentação produzida, incorporada e acumulada pela instituição. Um passo que a equipa entendeu fundamental para a difusão do arquivo e da história da Irmandade foi a digitalização completa do acervo, o que permitiu uma melhor consulta do mesmo e a sua preservação. No final desse trabalho pretendeu-se elaborar uma monografia sobre a Irmandade, tendo por base o Inventário de Maria Adelaide Meireles (1975).

Em dezembro de 2013, o Arquivo da Irmandade dos Clérigos foi transferido da Sala do Cartório (situado na Torre dos Clérigos) para o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (sito na Casa da Prelada). Na Casa da Prelada, todo o arquivo foi alvo de uma desinfestação, para se proceder ao tratamento arquivístico. Sabe-se atualmente que o arquivo tem 94.025 páginas digitalizada, entre livros, maços e cadernos, de tamanhos que variam de A1 a A5. Em 2014, foi decidido utilizar como base de dados para a descrição arquivística um *software* em *open access*, sendo escolhido o AtoM (*Access to Memory*). Atualmente é possível encontrar a informação *online*, na PAPIR (Plataforma de Arquivos Pessoas e de Instituições Religiosas)<sup>1</sup>.

## A Música

A documentação musical deste arquivo da Irmandade dos Clérigos é constituída maioritariamente por partituras musicais manuscritas de música sacra. Existem apenas dois livros antigos que constituem a série das Partituras Impressas. Os setenta documentos musicais são, muitos deles, partes vocais/instrumentais de uma obra comum<sup>2</sup>, a qual será descrita como um documento composto e cada uma das partes da obra (partes separadas vocais ou instrumentais) serão descritas como documentos simples.

---

<sup>1</sup> O inventário do arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto, acompanhado dos documentos em suporte digital, pode ser consultado em <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/irmandade-dos-clerigos-do-porto-5> (consultado a 18 de setembro de 2023).

<sup>2</sup> Por exemplo, uma missa é composta por quatro partes vocais (soprano, alto, tenor e baixo) e a parte do órgão, todas estas partes contam de cinco documentos.

Os dois géneros predominantes neste acervo são as Antífonas e os Responsórios. A Antífona é uma peça musical constituída por dois momentos distintos, antífona e salmo. A frase da antífona, com melodia própria, é repetida a seguir a cada versículo do salmo. É o modo composicional preferencial para a execução de salmos e hinos. A sua execução consistia na alternância dos versículos dos salmos, distribuído por dois grupos vocais, e a antífona cantada por todos (coro e solistas).

O Responsório é a forma de canto litúrgico onde o solista entoava versos que são respondidos pelo coro. A maioria dos responsórios tem um verso único e curto, que serve de refrão entre as intervenções do solista. No caso da música da Irmandade dos Clérigos, encontramos Responsórios nas Matinas do Dia de Natal e nos Ofícios dos dias da Semana Santa (Castagna, 2013, pp. 1-10). A música e o texto litúrgico para o Tríduo Pascal (três dias centrais da Semana Santa), têm como objetivo fazer reviver a Paixão de Cristo. O Ofício das Trevas ou Lições de *Tenebrae* são compostas pelas Matinas e Laudas do Tríduo. O serviço da manhã contém 14 salmos, antífonas e responsórios. Apesar dos três dias terem características comuns, cada celebração é única. Por exemplo, as Matinas de Quinta-feira Santa duravam três horas e eram compostas por três noturnos, contendo cada um — três antífonas, três salmos e três responsórios. “Os textos das lições do primeiro noturno eram versos retirados de um dos capítulos das Lamentações do Profeta Jeremias” (Saraiva, 2018, pp. 16-18).

## Quadro de Classificação

O fundo da Irmandade dos Clérigos, é constituído por três subfundos, quatro secções, séries e subséries. Os três subfundos são a Confraria dos Clérigos Pobres de Nossa Senhora da Misericórdia (SF/CCPNSM), a Confraria dos Clérigos de São Pedro *ad Vincula* (SF/CCSPV) e a Congregação de São Filipe Néri (SF/CSFN); pelo Fundo da Irmandade dos Clérigos do Porto (F/IC). Este fundo está dividido em quatro secções: a Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/A), a Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/B), o Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/C) e o Coro da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/D). Dentro das quatro secções, a informação está dividida em séries e subséries (ver Anexo 1).

Após consulta do documento em que nos baseamos para as descrições arquivísticas, — *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7* (Alves, Moreira & Costa, 2017)

—, consideramos que a documentação passaria a pertencer à Secção D – Coro da Irmandade dos Clérigos do Porto, adicionando assim duas novas séries: a série 044 – *Partituras Manuscritos*, e a série 045 – *Partituras Impressas*, de forma que o quadro de classificação já estabelecido não sofresse alterações.

Visto que a Irmandade dos Clérigos do Porto continua em funcionamento, a equipa de trabalho decidiu definir um limite cronológico que separasse o arquivo histórico — que ficou disponível para consulta — do arquivo corrente, que continua a ser produzido pela entidade em funções.

## Descrição Arquivística

Ao longo do tratamento arquivístico foram analisados 72 documentos musicais, de um total de 27 obras musicais, sendo que para cada um deles foi feita uma descrição arquivística numa folha *Excel* criada para o efeito, a qual continha os campos obrigatórios da norma *ISAD(G)*. Após conclusão da descrição preliminar, toda a informação descrita foi introduzida na *PAPIR*, do CEHR-UCP, estando já disponível *online*.

Todos os documentos foram descritos ao nível do documento composto, desdobrando-se em documentos simples, perfazendo um total de nove documentos compostos, e dentro destes documentos simples, em termos musicais partitura — partes cavas. Estes documentos simples irão seguir a numeração dos documentos compostos, até ao fim da série (ver Anexo 2).

Para o campo Dimensão e Suporte optou-se por descrever da mesma forma que a equipa de trabalho fez na descrição do restante arquivo, já mencionado no documento supra. Por exemplo: *1 livro; [50] fls.; Altura x Largura x Profundidade (cm)*; e para o campo das Características físicas e Requisitos Técnicos e também para o campo das Notas, baseamo-nos novamente no *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7*, (Alves, Moreira & Costa, 2017), referindo sempre se os fólios ou páginas estão numerados e rubricados, e descrevendo ao máximo detalhe o estado de conservação. Para o campo do Nome do produtor, foram criados tantos ficheiros de autoridade<sup>3</sup>, tantos

---

<sup>3</sup> Foram seguidas as normas da ISAAR. (Conselho Internacional de Arquivos. (2004). *ISAAR: Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. (2.ª ed.). (Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo).

quantos os produtores de cada uma das obras musicais tivessem o máximo de informação possível.

Para todas as obras descritas, no campo do Âmbito e Conteúdo, foi feita uma descrição minuciosa da peça musical, descrevendo os andamentos musicais que dividem a obra, incluindo o *incipit*. Por exemplo: 1º Nocturno – 1º Responsório “Hodie nobis” (Allegro), “Christus natus” (Andante com moto), para se perceber melhor a divisão musical de cada obra. Neste campo foi colocada a informação, bem como a menção de possíveis partes que se perderam no tempo e que fariam parte da obra.

Enquanto músico, é compreensível o quão difícil estes documentos são de descrever, devido à complexidade da escrita musical, à qual se acrescenta a dificuldade de interpretação das partituras dos séculos XVI a XVIII, dada a sua notação musical e o idioma no qual se encontram. Um músico com uma consistente formação musical e com conhecimentos arquivísticos consegue entender a informação presente nos referidos documentos, compreendendo também o tipo de notação, escrita, assim como o tipo de obra.

De um modo geral, um dos problemas das obras musicais destes séculos é a divisão feita em partes (partes vocais e instrumentais). As razões que explicam essa divisão prendem-se com o modo como as partituras foram guardadas (não tendo sido respeitados ou definidos quaisquer critérios na organização da documentação) ou por outras vicissitudes do tempo, que levaram à eliminação (in)voluntária de alguns documentos ou partes, originando, conseqüentemente, a existência de obras incompletas. A separação das várias partes de uma obra musical coloca um desafio praticamente impossível de superar para um arquivista que não entende de música. Citando Ana Caeiro, “apesar da documentação musical possuir características próprias que podem não ser perceptíveis para a maioria dos arquivistas, observa-se que, sendo um documento de natureza arquivística, devem aplicar-se-lhe os mesmos princípios e procedimentos arquivísticos” (2015, p. 19).

Deste modo, para se conseguir detetar as partes musicais em falta em determinadas obras, é necessário ter conhecimentos musicais. Assim como, para se verificar se as partes fazem parte todas da mesma obra, é necessário ver o tipo de caligrafia, as tonalidades, o texto musical e a música em si, procurando ver se corresponde, algo que um arquivista por si só, não consegue.

Toda a informação descrita arquivisticamente encontra-se na PAPIR, para que fique sempre disponível ao público para consultas futuras e para que a informação do arquivo da Irmandade dos Clérigos fique completa. Foram, por fim, introduzidos ficheiros PDF das partituras manuscritas e impressas digitalizadas.

Pode concluir-se que a documentação está em mau estado de conservação, com humidade, vestígios de bibliófagos e mal-acondicionados. A documentação em formato A4 está arquivada em arquivadores não próprios, não tendo revestimento livre de ácido nem capilhas que as pudesse acondicionar de forma adequada. Um ponto importante, e verificado com a documentação física, é que algumas das digitalizações foram mal feitas, sendo que, por exemplo, numa obra que tinha as partes vocais (soprano, alto, tenor e baixo) e a parte do órgão, estavam digitalizadas como estavam arrumadas dentro da parte do órgão (sendo este o caderno), ficando as páginas da parte do órgão umas no início e outras no fim do PDF, e no meio as partes vocais, às vezes também trocadas. Outra crítica que se faz à digitalização é o de ter sido feita sem apanhar as margens e bordas dos documentos, não permitindo perceber o estado de conservação e se as partes estão todas cosidas no mesmo caderno ou não.

## Conclusão

O tratamento arquivístico feito a este conjunto documental foi difícil desde o primeiro momento, visto que existiam pouquíssimas fontes sobre esta documentação na Irmandade e, também, da parte das entidades detentoras nunca houve preocupação explícita de se fazer um inventário sumário da música que ali existiu. Contudo, a consulta atenta da documentação (online) permitiu encaixar este acervo nos quadros de classificação, tendo como principal baliza o nível de descrição “Série”, na Secção “Coro”.

Como já referido anteriormente, esta documentação musical é distinta da documentação produzida pela Irmandade, visto não ter implicância para a história, gestão e controlo da Irmandade dos Clérigos. Podemos entender que estas partituras tivessem possivelmente guardadas na biblioteca da entidade ou até mesmo junto do Coro alto da igreja, sendo que o número de documentos musicais que chegou até aos nossos dias pode não corresponder ao fluxo de música cantada nas celebrações na igreja da Irmandade. Com isto, podemos deixar em aberto um debate que já há muito acontece, se os documentos musicais deverão pertencer ao arquivo ou permanecer em bibliotecas. Como já referido no estado da arte, seria interessante bater-se mais o pensamento de Ana Caeiro, sobre a tipologia desta documentação e como descrevê-la e quais as melhores normas para esse fim.

Por fim, é de conhecimento que os arquivos e bibliotecas que contêm música são, por norma, mal descritos e com pouca informação dis-

ponível ao leitor. Para um documentalista sem formação musical, as descrições arquivísticas teriam possivelmente um tratamento arquivístico básico, muito incipiente e com falhas, levando o investigador a ter dificuldade em compreender o conteúdo de um determinado arquivo musical apenas pela sua descrição.

Gostaríamos de sensibilizar os investigadores, os alunos e a comunidade científica especializada em ciências musicais a dedicarem-se ao estudo de arquivos musicais de instituições portuguesas como Irmandades, Congregações religiosas ou instituições com fundos arquivísticos que contenham peças musicais, algo que é normalmente completamente esquecido. Tal como as ciências musicais, a arquivística também poderia ser sensibilizada no que respeita a documentos musicais.

## Referências Bibliográficas:

- Alves, P., Moreira, A., & Costa, P. (2017). *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental nº 7*. Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22243/6/IDDs7-InventarioArquivoIrmandadeClerigosPorto.pdf>
- Assunção, M. C. (2005). *Catálogo de documentos musicais escritos: uma abordagem à luz da evolução normativa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15730>
- Brito, M. C. (2015). A Música Portuguesa no século XVIII. In J. A. Costa (Coord.), *Olhares sobre a História da Música em Portugal* (pp. 123-160). Verso da História.
- Caeiro, A. (2015). *A organização e a descrição de documentos musicais aplicada ao arquivo da Sé de Portalegre* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/15986>
- Câmara, J. B. (2009). A Música em Portugal na primeira metade do século XVIII. *Brotéria*, 168. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2588>
- Castagna, P. (2013, agosto 19-23). *Da Mãe de Deus à Deusa-Mãe: variações textuais nas Matinas da Conceição decorrentes da marianização do catolicismo* [Apresentação em conferência]. XXIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. [https://www.researchgate.net/publication/333232572\\_CASTAGNA\\_Paulo\\_Da\\_Mae\\_de\\_Deus\\_a\\_Deusa-Mae\\_variacoes\\_textuais\\_nas\\_Matinas\\_da\\_Conceicao\\_decorrentes\\_da\\_marianizacao\\_do\\_catolicismo\\_XXIII\\_Congresso\\_da\\_ANPPOM\\_Natal\\_Escola\\_de\\_Musica\\_da\\_Universidade\\_Federa](https://www.researchgate.net/publication/333232572_CASTAGNA_Paulo_Da_Mae_de_Deus_a_Deusa-Mae_variacoes_textuais_nas_Matinas_da_Conceicao_decorrentes_da_marianizacao_do_catolicismo_XXIII_Congresso_da_ANPPOM_Natal_Escola_de_Musica_da_Universidade_Federa)
- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. (2.ª ed.). (Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, trad.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Conselho Internacional De Arquivos. (2004). *ISAAR: Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. (2.ª

- ed.). (Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Coutinho, B. X. (1965). *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos: apontamentos para a sua História*. Câmara Municipal do Porto.
- Gaipo, A. M. (2015). *Sebenta de História da Cultura e das Artes*. Conservatório Regional de Ponta Delgada.
- Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Direção-Geral de Arquivos. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª versão). DGARQ. <http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ODA-3%C2%AA-vers%C3%A3o.pdf>
- Manoel, F. O., Silva, N. V., & Cardoso, J. P. (1995). *Fundo Musical: século XVI ao século XIX. Volume II*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Arquivo Histórico/ Biblioteca: Museu de São Roque.
- Martins, A. M. (2019). Arquitetura barroca: cenografia e acústica. In J. Cabeleira, & R. Bernardes, R. (Coord.), *Nasoni, Mateus e a Música de seu Tempo* (pp. 68-77). Lab2PT. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/7592>
- Meireles, M. A. (1975). *Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: Inventário Sumário*. [s.i.].
- Moreira, A., Osswald, H., Costa, P., & Alves, P. (2015). O projeto *Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto*. Notas sobre o trabalho da descrição arquivística. *Lusitana Sacra*, 32, 217-240. file:///C:/Users/franc/Downloads/O\_projeto\_Arquivo\_da\_Irmandade\_dos\_Cleri.pdf
- Nery, D. (2007). *Manoel Julião da Silva Ramos: As Matinas de Natal, do contexto social à edição musical* [Apresentação em conferência]. Anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil. [https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso\\_anppom\\_2007/musicologia/musicol\\_DGNery.pdf](https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/musicologia/musicol_DGNery.pdf)
- Nery, R. V. (2015). A Música Portuguesa na era da Contra-Reforma: o longo século XVII. In J. A. Costa (Coord.), *Olhares sobre a História da Música em Portugal* (pp. 17-82). Verso da História.
- Santos, A. M. (2015). *Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto (1754-1924). A memória dos doentes e profissionais de saúde* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://hdl.handle.net/10216/82416>
- Saraiva, A. S. (2018). *Os Responsórios das Matinas de Quinta-feira Santa nos Livros de Coro da Capela Real de Vila Viçosa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/58082>

## Anexo 1

### Quadro de classificação<sup>4</sup>

SC / Coro da Irmandade dos Clérigos do Porto – PT/ICPTR/IC/D  
SR / Partituras Manuscritas – PT/ICPRT/IC/D/044  
DC / [Paixão de Domingo de Ramos e Paixão de Sexta-feira Santa] – PT/ICPRT/IC/D/044/0001  
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0001  
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0002  
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0003  
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0004  
DC / [Passio in Dominica Palmarium a 4 vozes e Passio in Feria 6ª] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002  
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0001  
DS / [Cantus/Tiple] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0002  
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0003  
DS / [Alto Tutti] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0004  
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0005  
DS / [Tenor Tutti] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0006  
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0007  
DS / [Baixo Tutti] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0008  
DC / Responsorios In Nativitate Domini – PT/ICPRT/IC/D/044/0003  
DS / Orgão para os Cheios Só – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0001  
DS / Soprano a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0002  
DS / Soprano Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0003  
DS / Alto a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0004  
DS / Alto Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0005  
DS / Tenor a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0006  
DS / Tenor Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0007  
DS / Baixo a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0008  
DS / Baixo Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0009  
DS / Orgão Invitatorio das Matinas do Natal e ditas – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0010  
DS / Responsorios de Natal – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0011  
DC / [Invitatorio de Nossa Senhora] – PT/ICPRT/IC/D/044/0004  
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0001  
DS / Tiple de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0002

---

<sup>4</sup> Este quadro de classificação segue o modelo criado por Patrícia Alves, Patrícia Costa e Ana Moreira e complementa o Quadro de Classificação publicado no *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7* (Alves, P., Moreira, A., & Costa, P. (2017). *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7*. Universidade Católica Portuguesa).

DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0003  
DS / Alto de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0004  
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0005  
DS / [Tenor de Repieno] – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0006  
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0007  
DS / Baixo de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0008  
DC / Matinas da Maternidade de N. Snr.<sup>a</sup> a 4 vezes e órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0005  
DS / Órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0001  
DS / Órgão de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0002  
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0003  
DS / Tiple 2º Duo Verso do 5º Responsorio – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0004  
DS / Tiple de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0005  
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0006  
DS / Alto de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0007  
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0008  
DS / Tenor de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0009  
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0010  
DS / Baixo de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0011  
DS / [Partitura geral das Matinas da Maternidade de Nossa Senhora] – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0012  
DC / [Invitatório e Responsórios das Matinas do Santíssimo Natal] – PT/ICPRT/IC/D/044/0006  
DS / Soprano Primeiro – PT/ICPRT/IC/D/044/0006/0001  
DS / Soprano Segundo – PT/ICPRT/IC/D/044/0006/0002  
DC / [Te Deum Laudamus a 4] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007  
DS / [Órgão 1º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0001  
DS / [Órgão 2º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0002  
DS / [Soprano Solo] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0003  
DS / [Soprano Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0004  
DS / [Alto Solo] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0005  
DS / [Alto Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0006  
DS / [Tenor Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0007  
DS / [Baixo Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0008  
DC / Gradual a 4. Alleluia. Dominus dixit ad me. Filius meus es tu. – PT/ICPRT/IC/D/044/0008  
DS / [Órgão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0001  
DS / [Soprano 1º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0002  
DS / [Soprano 2º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0003  
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0004  
DS / [Parte de Tenor/Soprano] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0005  
DS / [Parte de Tenor a 4] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0006  
DS / [Parte de Baixo] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0007

DC / Gradual a 4 e órgão. Propter veritatum – PT/ICPRT/IC/D/044/0009  
DS / [Partitura geral] – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0001  
DS / [Órgão a 4] – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0002  
DS / Soprano a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0003  
DS / Alto a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0004  
DS / Tenor a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0005  
DS / Baixo a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0006  
DC / [Responsórios das Matinas da Assunção de Nossa Senhora] – PT/ICPRT/IC/D/044/0010  
DS / Primeiro Coro – PT/ICPRT/IC/D/044/0010/0001  
DS / Segundo Coro – PT/ICPRT/IC/D/044/0010/0002  
DC / Ladainha Ad Laudem Beatissimæ Virginis Dei Matris Mariæ, A Duo, et quatuor voibus, Organo – PT/ICPRT/IC/D/044/0011  
DS / Órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0001  
DS / Soprano – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0002  
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0003  
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0004  
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0005  
DS / Responsórios p.<sup>a</sup> as Matinas do Santissimo Natal em Canto Uniforme, figurado, e de Órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0012  
DS / Introduções e Replicas dos Responsórios de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> aos Ceus, Assmpta – PT/ICPRT/IC/D/044/0013  
DS / [Acompanhamentos de Órgão de Missas e Hinos] – PT/ICPRT/IC/D/044/0014  
DS / [Parte do Acompanhamento para Órgão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0015  
DS / [Parte de Órgão das Matinas de Natal] – PT/ICPRT/IC/D/044/0016  
DS / [Matinas do Dia de Natal] – PT/ICPRT/IC/D/044/0017  
DS / [Parte de Órgão de várias Missas] – PT/ICPRT/IC/D/044/0018  
DS / In Festo SS Apostol. Petri et Pauli ad Vesp. – PT/ICPRT/IC/D/044/0019  
DS / Adoração da Cruz – PT/ICPRT/IC/D/044/0020  
DS / [Partitura recente muito rabiscada] – PT/ICPRT/IC/D/044/0021  
DS / [Livro de Missas em Cantochão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0022  
DS / [Livro de Missas] – PT/ICPRT/IC/D/044/0023  
DS / [Livro de Vésperas e Matinas] – PT/ICPRT/IC/D/044/0024  
DS / Responsoria Ad Matutimun in Solemnitate Nativitatis Dōni ad usum Chori Hujus Fraternalitatis – PT/ICPRT/IC/D/044/0025  
DS / [Livro de Cantochão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0026  
DS / [Livro de Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0027  
SR / Partituras Impressas – PT/ICPRT/IC/D/045  
DS / Graduale Romanum de tempore, et sanctis ad normam missalis (...) – PT/ICPRT/IC/D/045/0001  
DS / Antiphonarium Romanum de Tempore et Sanctis, ad normam Breuiarii (...) – PT/ICPRT/IC/D/045/0002

## Anexo 2

<b>Nível de descrição</b>	<b>Título</b>	<b>Código de Referência</b>
Série	Partituras Manuscritas	PT/ICPRT/IC/D/044
Documento Composto (DC)	[Paixão de Domingo de Ramos e Paixão de Sexta-feira Santa]	PT/ICPRT/IC/D/044/0001
Documento Simples (DS)	Tiple	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0001
DS	Alto	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0002
DS	Tenor	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0003
DS	Baixo	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0004
***	***	***
Documento Simples	Responsorios p. <sup>a</sup> as Matinas do Santissimo Natal em Canto Uniforme, figurado, e de Orgão	PT/ICPRT/IC/D/044/0010
Documento Simples	Introduções e Replicas dos Responsorios de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> aos Ceus, Assmpção	PT/ICPRT/IC/D/044/0011
Série	Partituras Impressas	PT/ICPRT/IC/D/045
DS	Graduale Romanum de tempore, et sanctis ad normam missalis (...)	PT/ICPRT/IC/D/045/0001
DS	Antiphonarium Romanum de Tempore et Sanctis, ad normam Breuiarii (...)	PT/ICPRT/IC/D/045/0002

# Landscape architectural documents in personal archives, an added challenge: the case of Gonçalo Ribeiro Telles' archive

## Documentos de arquitetura paisagista em arquivos pessoais, um desafio acrescido: o caso do arquivo Gonçalo Ribeiro Telles

MARIA JOÃO FONSECA

Landscape architect, researcher

HTC - CFE - NOVA FCSH, Lisbon, Portugal

[mariafonseca1@gmail.com](mailto:mariafonseca1@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5788-9507>

### ABSTRACT

Incorporating architectural records into thematic archival institutions has been a common practice since the 1970s, a trend that has recently accelerated in the Portuguese context. The uniqueness of certain architectural records and collections has been an archival challenge, reflected by the several attempts to standardize their description in an ongoing process since the 1980s. While acknowledging the crucial work done by these institutions in preserving documents, there is also a tendency to focus on preserving fragments of an information system, which can have pernicious effects on understanding archives. In an attempt to understand the composition and organization of archives in the field of landscape architecture and how they can restrict or distort archival classification and knowledge, a brief comparative analysis is conducted on the *corpus* of documentation of three archives under the custody of thematic institutions. For enhanced understanding, a concise overview of the discipline of landscape architecture and the roles played by its practitioners is provided. This comparative analysis attempts to demonstrate how a thematic approach,

breaking organic ties, even if indelible, or underestimating lesser-known contexts or producer activities, can restrict or distort archival classification and knowledge. The focus on Gonçalo Ribeiro Telles's archive and its ongoing organization, along with the analysis of a drawing from this archive, aims to demonstrate the need for a transition, especially in specialized or thematic institutions, from the construction of professional collections or archives to a focus on personal archives, which are organic aggregations of individuals who, during their lifetimes, also bequeathed records related to landscape architecture.

**KEYWORDS:** Personal archives; Gonçalo Ribeiro Telles Archive; landscape architectural archives.

### RESUMO

A incorporação de documentos de arquitetura em instituições de arquivos temáticos tem sido uma prática comum desde os anos 70 do século XX, recentemente acelerada no contexto português. A singularidade de certos documentos de arquitetura e coleções tem sido encarado como um desafio arquivístico, desde os anos 80, espelhada pelas tentativas de normalização da descrição de documentos técnicos. Apesar do reconhecido esforço desenvolvido por estas instituições na preservação de documentos, denota-se uma tendência para o enfoque em fragmentos de um sistema de informação, facto que pode ter efeitos perniciosos na compreensão dos arquivos.

Numa tentativa de intelecção da composição e organização de arquivos no âmbito da arquitetura paisagista, e como estas podem restringir ou distorcer a classificação arquivística, faz-se uma breve análise comparativa do *corpus* documental de três arquivos sob custódia de instituições especializadas. Para uma melhor compreensão, dá-se uma visão sumária da disciplina da arquitetura paisagística e do papel dos que nela trabalham. Da análise comparativa, tenta-se demonstrar como uma abordagem temática, com quebra de vínculos orgânicos, mesmo que de forma indelével, ou subestimando contextos ou atividades menos conhecidas de um produtor, pode restringir ou distorcer a classificação arquivística e o saber.

O enfoque no arquivo de Gonçalo Ribeiro Telles, na sua organização em curso e com análise de um desenho deste arquivo, tenta-se mostrar a necessidade de uma transição, da construção de coleções ou arquivos profissionais para um foco em arquivos pessoais, agregações orgânicas de indivíduos que, durante as suas vidas, legaram documentos relacionados com a arquitetura paisagística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos pessoais; Arquivo Gonçalo Ribeiro Telles; arquivos de arquitetura paisagista.

## Introduction

Incorporating architectural records in thematic archival institutions has been a common practice since the 1970s (Zardini, 2021, p. 11) and has recently been enhanced in the Portuguese context<sup>1</sup> (Pereira, 2018, p. 267). Simultaneously, the uniqueness of architectural records and collections has posed an archiving challenge, explicit by the several standardization attempts since the 1980s<sup>2</sup> (Armstrong, 2006, p. 12). Therefore, despite the crucial work done on preserving architectural records and the publication of essential guides to standardize this information, focusing solely on fragments of information systems may have a pernicious effect on understanding these archives. Zélia Pereira (2018) also emphasizes the harmful consequences in the evaluation process from the lack of a structured acquisition policy, leading to a distortion in the interpretation in the genestic contexts. Consequences can be caused either by fragmented evaluation parameters or by the evaluation carried out on a case-by-case basis for institutional and thematic purposes. It is noteworthy to state that there is a potential tendency for a pernicious classification of thematic archives and that a sectoral view can lead to breaking links or misrepresenting knowledge.

Regarding architectural documents, as Alfred Willis (1996, p. 192) states, while architectural drawings are not synonymous with architectural archives, they still represent a significant part of this documentation. Particularly noteworthy are the working drawings, as they enable distinct narratives on architectural history. Nonetheless, some of the archivists' challenges arise from dealing with the variety of informational data beyond the physical characteristics of these documents.

According to these premises, this chapter begins by analyzing the composition of two landscape architects' archives – one English (Sir Geoffrey

---

<sup>1</sup> Zélia Pereira (2018, p. 365), mapping the personal archives by professional areas, states that architecture is the most well-represented professional group in national archival institutions. More recently (Pereira 2021, p. 159) keeps architecture in the preferentially valued areas.

<sup>2</sup> The Architectural Drawings Advisory Group (ADAG) was established in 1983, and the Foundation for Documents in Architecture (FDA) was established in 1986. These groups collaboratively published the Guide to the Description of Architectural Drawings, which defines principles and guidelines for documenting architectural drawings. In 2000 the Committee on Architectural Records (later known as the Provisory Group on Architectural Records) was established at The International Council on Archives (ICA). The most recent contribution, A Guide to the Archival Care of Architectural Records, 19th-20th Centuries, published in 2000 by the Committee on Architectural Records of the International Council on Archives (ICA), widens the spectrum of action by adding access, dissemination, and preservation dimensions to its archival description recommendations.

Alan Jellicoe) and the other Canadian (Cornelia Hahn Oberlander) – justifying their choice and explaining their main differences. In the second part, as archiving must reflect the subject behind the archive, I will delve into the landscape architecture discipline and how it structures thought and action, with brief reflections on approaching these archives. The emphasis here is on understanding the uniqueness of the creator and how designing a singular and nuclear structure is a core principle for organizing all the information. In the third part, I address the case study – Gonçalo Ribeiro Telles’ archive – sharing some of the inferences already generally discussed and grounded on the experience through this archive. In a general description of how the composition of this archive changed from the first (2006) to the second accession (2022), I point out some pertinent aspects resulting therefrom and how they may more effectively contribute to the construction of our social memory. As a subsection to highlight these disparities, I present an analysis of a drawing incorporated in 2006 and how its interpretation may vary when framed within a systemic model. The main objective of this analysis is to identify deviant interpretations when dealing with an isolated record (architectural drawing) and to bring out possible transformations when broadly framed or within a personal archival perspective. Finally, it ends with preliminary conclusions consolidated upon the case study, aiming to contribute to the debate on personal archives. Despite being extended, the study still has several premises to be clarified and standardized.

## **1. Archives of landscape architects: the cases of Sir Geoffrey Alan Jellicoe and Cornelia Hahn Oberlander**

In this section, I will delve into the archival processes of two esteemed landscape architects, Sir Geoffrey Alan Jellicoe and Cornelia Hahn Oberlander, before focusing on the Ribeiro Telles’ archive. Throughout history, a discernible bias has favored the incorporation of drawings or professional documents, often reflecting the creator’s viewpoint. To address this bias and gain comprehensive insights into landscape architecture history, I have selected two notable figures from the 20th century. This choice arises from the importance of mapping the existing situations, which are rare in the landscape architects’ archives compared to those of architects, thus making it vital to explore the decisions made by both the landscape architects and the archival institutions regarding the preservation of their legacies. Furthermore, investigating these archives provides valuable insights into the diverse methodologies employed

by archival institutions, influencing the narrative of landscape architecture history. The cases of Sir Geoffrey Alan Jellicoe and Cornelia Hahn Oberlander offer distinct perspectives, with Jellicoe exemplifying a European-centered approach and Oberlander shedding light on the perspective of a Canadian institution. To enhance this comparative study, I have chosen the Centre of Canadian Architecture, acclaimed within the architectural archives community, and focused on Hahn Oberlander's archive, representing the first archive of a female landscape architect acquired by the institution in 1997.

Focusing on Sir Geoffrey Alan Jellicoe (1900-1996), a polymath in architecture, town planning, landscape architecture, and writing, and notably one of the founding members of the Landscape Institute in 1929 and the International Federation of Landscape Architects in 1948<sup>3</sup>, left behind a complex array of documents distributed across various institutions. When exploring The National Archives (the UK Government's official archive), it immediately led to the creator's documents, although their custody was linked to information in other institutions. For example, at the Royal Institute of British Architects (RIBA), there is a collection of 56 original drawings by John C. Shepherd and Geoffrey Alan Jellicoe, created for their book "Italian Gardens of the Renaissance" (Shepherd and Jellicoe 1925). The Tate Gallery Archive (Jellicoe, 1960-1973) houses a collection of "Correspondence between Geoffrey Jellicoe and Ben Nicholson and Felicitas Vogler", containing letters sent and received from Jellicoe's friends Ben Nicholson and Nicholson's third wife, photographer Dr. Felicitas Vogler. Geoffrey Jellicoe donated these documents in 1991. Additionally, the Surrey History Centre possesses a collection of 24 plans and five models produced between 1980 and 1985, organized in two series, including the plans of landscape and garden designs at Sutton Place for art collector Stanley J. Seeger (1930-2011) (Jellicoe, 1742-1985). Jellicoe's personal archive is housed at the Museum of English Rural Life (Jellicoe, 1960s-1990s). According to the institutional description, it contains 349 items, dating from the 1960s to 1990s, including drawings primarily from 1970-1995 and highlighting his significant projects. The fonds (AR JEL) is organized into three parts: Drawings, Photographic, and Social and personal material. The first part (AR JEL DO1), arranged in 57 series, constitutes a donation by the creator to the Landscape Institute, predominantly comprising documents from 1970 to 1995. The second part (AR JEL

---

<sup>3</sup> The creation of the International Federation led to the establishment of the designation "Landscape Architecture" internationally after some debates at national levels (see Dümpelmann, 2014; Antunes, 2019).

PH), arranged into four series, comprises project-organized photographs, garden slides, and a VHS video. The third part, "Social and personal material" (AR JEL SP), encompasses records related to Jellicoe's professional activity, potentially including his wife's photograph (AR JEL SP4/3) as they often collaborated throughout their lives.

The Cornelia Hahn Oberlander fonds (1921-2021), named after the acclaimed landscape architect (International Federation of Landscape Architects 2015, 49) known for merging naturalistic designs with modernist ideals (Green 2021), offers a lens into North America's landscape architecture. Acquired by the Centre for Canadian Architecture in 1997 and transferred in multiple phases between 1996 and 2019, with a final addition in 2021 on her behalf. The fonds was organized and described under the guidance of one same archivist, Catherine Jacob, in various phases (between 2002 and 2021). It is arranged in four series: Landscape architecture projects (AP075.S1), Exhibitions (AP075.S2), Professional activities and office records (AP075.S3), and Reference and research material (AP075.S4). This initial description indicates a primarily professional document-centric archive featuring an impressive array of over 9,000 drawings, 11,772 photographic materials, 7,266 digital files (41 GB), and 22.99 linear meters of textual records, artifacts, sound recordings, and graphic material. A detailed analysis of the records within the first series reveals differences with Jellicoe's archive, particularly in the presence of textual documents. Of the 254 projects, only 53 lack materials beyond drawings, indicating that most projects (39) are from the first decade (the 1950s), which means before she moved to Vancouver in 1953 (Charles A. Birnbaum, Fox & Oberlander 2009, p. 21). Notably, other 39 projects consist solely of textual documents, showcasing the creator's attention to this documentary typology in informing the entire process. Examining specific examples, while each project has a general description, the only digitized "textual document" is a site plan (Oberlander, p. 1977), forming part of a textual record. This suggests that the Canadian Centre for Architecture (CCA) may not attribute the same significance to textual records as to drawings or photographs. While not delving as deeply into the other three series, valuable insights into Oberlander's professional work, purpose, and goals can be gleaned. The sub-series "Administrative records and promotional material" within the records and promotional material series contains professional correspondence files, agendas, planners, message books, and notebooks, among other records. Equally noteworthy, the "Reference, research material and student work" series encompasses documents Oberlander collected to inspire or inform herself regarding new practices and landscape architecture concepts.

By comparing the organizational structures and general contents of these two archives, we unearth glimpses of Geoffrey Jellicoe's professional journey, while Oberlander's archival approach serves as a compelling model for contextualizing the design process through textual records. From these two cases, a pivotal realization emerges: the necessity for comprehensive documentation extends beyond mere drawings as the intrinsic role of landscape architects, much like architects "serves as the formative link between the needs of the client (design) and the technology of the builder or manufacturer (construction)" (Shoskes, 1989, as cited in Lowell, 2015, p. 29). To fully comprehend the contextual landscape of their creations, access to diverse documents is indispensable, encompassing drawings, texts or other sources, and materials stemming from both private and institutional relationships. Notably, Oberlander's archive embarks on untangling these connections, providing an invaluable precedent for understanding the intricate influences shaping landscape architecture and the unicity of each project. As we explore the biographical aspects of Oberlander, it also becomes evident that numerous facets of her character, or private decisions, precede her projects. These facets manifest as private decisions rooted in familial aspects, exerting influence over choices ranging from the scale and type of project she executed to her approach in managing both work and projects within her self-described "boutique" setting (Birnbaum, Fox & Oberlander 2009, pp. 24-25).

Being able to comprehend the essence of an individual or the specific personal factors that may underlie their decisions can prove crucial in understanding a landscape architect. Such comprehension represents an effective contribution to the discipline's historical narrative. These insights lay the groundwork for a deeper exploration of the archive of Gonçalo Ribeiro Telles and the need for a holistic understanding of the figure in itself, which will be undertaken in section 3.

## **2. Landscape architecture and landscape architect: "We Are What We Keep; We Keep What We Are"**

Recalling and pluralizing Terry Cook's (2011) title, "We Are What We Keep; We Keep What We Are", from the cartography of records, we may need to take a step back to understand what we are archiving. In this context, serving as a preface to the archive and the potential content within architectural drawings, is a brief overview of landscape architecture and its practice. By venturing into some degree of risk-taking, I consider landscape architecture,

similar to Marc Bloch's (1992, [1954], p. 39) definition of history as a "science of men in time". As Sonja Dümpelmann (2014, p. 223) concludes in her article on proper nomenclature for landscape architecture: "[t]o understand the relationship between the theory and practice in the field requires a complex of histories that deal with the in-between on multiple scales". Landscape architecture addresses and intervenes in the complex landscape system, approaching it through a continuous transition of space and time scales. From the past to the present, from the dynamics of microorganisms to telluric transformations, echoing the spirit of the *Annales* school or what Marc Bloch (1992 [1954]) called the "micro- and macro-history". That is to say, with individual and collective perspectives in dialogue, connecting close-ups and extreme long shots, offering analyses from various scale perspectives – the fringe and the center, the ordinary and the extraordinary.

Through one of the first attempts by Francisco Caldeira Cabral (1943) to define the profession, we can already comprehend this notion of the individual's transient logic in the face of cultural construction. He begins by stating the difficulty in defining a disciplinary field with diffuse and dynamic limits. Still, I highlight one of those premises that seems very important, given an awareness of an ephemeral practice in space and time, operating as a contribution to a dynamic and complex system evolving beyond one's time. In Caldeira Cabral (1943, p. 6) words:

(...) we have a differentiating element in landscape architecture – the conception of a work in space and time. And one of the great difficulties of this art is that the artist can rarely see the work; I mean something other than finished because it will never be finished but not even fully developed. Let us think about the time it takes a tree to grow, and we will soon see that a man's life, and much more his adult life, is manifestly insufficient to be able to see the work he has conceived fully realized<sup>4</sup>.

More so when (Ibid, 1943, p. 11) notes that:

(...) our work does not entirely belong to us. We can only guide a natural evolution in one direction or another. The remaining will inevitably

---

<sup>4</sup> Translated by the author from: "[...] temos um elemento diferencial próprio da arquitectura paisagista – a concepção de uma obra no espaço e no tempo. E uma das grandes dificuldades desta arte é que quasi nunca o artista pode ver a obra, não digo já terminada porque não o estará nunca, mas nem mesmo em pleno desenvolvimento. Pensemos no tempo que uma árvore leva a crescer e logo veremos que a vida de um homem, e muito mais a sua vida adulta, é manifestamente insuficiente para poder ver plenamente realizada a obra que concebeu".

follow without us (...) Even the men who will follow us will influence our work according to the direction we will have been able to instill<sup>5</sup>.

With these last words, Caldeira Cabral outlines a set of skills<sup>6</sup> necessary for interpreting the context/the landscape (the permanent laws of man and nature, in Caldeira Cabral's words) and being able to engage in a multiplicity of non-verbal interactions. Thus, landscape architecture training is structured to read and interpret the whole through traces (on land or other supports like social habitus, oral histories, or written documents), internalizing knowledge as tacit knowledge. The intentions (actions) are then expressed in projects and plans, commonly including visual language in drawings or sketches.

Now, to understand "what we are" and have an idea of "what we keep", it is necessary to know the creators/authors (their minds) to recognize their actions. As in Bloch's (1992 [1954], p. 22) interpretation of history, "[b]ehind the features of landscape, behind tools or machinery, behind what appear to be the most formalized written documents, and behind institutions, which seem almost entirely detached from their founders, there are men, and it is men that history seeks to grasp". To help historians understand the creator – what has been internalized through education, training, or continued action (tacit knowledge) – information beyond the records (like the drawings) is required. Just as in many other areas, becoming familiar with the mind behind the work is crucial to be able "inserting it into a chronological series or a synchronous whole" (Bloch, 1992 [1954], p. 92).

Terry Cook (1996, p. 136), when claiming a transition from traditional archivists to appraisal theorists, likewise reflects on what failed "[i]n concentrating their appraisal activities on the end-product—the actual record—and the potential for research possibly evident in it, (...) Not surprisingly, they became "too closely tied to the ... academic marketplace". As a result, "archival holdings too often reflected narrow research interests rather than the broad spectrum of human experience". Focusing on this human experience, Catherine Hobbs (2001, p. 129) goes further, criticizing Cook's "macro-appraisal" pro-

---

<sup>5</sup> Translated by the author from: "[...] a nossa obra não nos pertence inteiramente. Nós apenas podemos guiar uma evolução natural num ou noutro sentido. O resto terá de fatalmente seguir sem nós. (...) Até os homens que depois de nós vierem hão de (sic) influenciar a nossa obra conforme o sentido que tivermos sabido imprimir.

<sup>6</sup> Cabral (1943, pp. 112, 13) mentions the need for an interdisciplinary approach by complementing the artistic training with fields of knowledge necessary for landscape architecture, specifically: botany, phytosociology, pedology, the general economics of water, climatology, cultivation techniques, horticulture, arboriculture, general agriculture, hydraulics, forestry and sociology.

posal based on a public transactional focus, which may be insufficient to understand aspects of the creator's personal, private and inner life. People's private lives are not entirely planned or governed by rules, and personal records can reveal how that person positions themselves in society at large. Examples of useful documents are personal notes, diaries, lists and other documental typologies, often "weeding out these notes as un-archival" (2001, p. 130). Moreover, these notes and documents may have, very often, the explanation of an "event". Recognizing the relevance of these other documents, it is also worth noting their partiality as mere traces amidst a complex continuity and with silenced information to be caught in the undertones.

In archiving this documentation, the archivist must also be guided by and responsive to the structure of thought preceding the document in constructing and formulating it, as outlined by the interrelational thinking of landscape construction. Similarly, Catherine Hobbs concluded from her experience with the Carol Shields' archive that archivists "must respond to the literary mind behind the literary fonds" (Hobbs 2014, p. 278). On the other hand, as historian John Dean Davis (2021, p. 83) states, approaching archival records requires prior knowledge of how to read "evidence not simply as a string of simple decisions but a pathway through a complex world of attitudes and dispositions created by a multitude of contexts that prominently include school and professional practice" proposing the possibility of an empathetic analysis. In the field of archival science and the archivist role, it shares Michelle Caswell and Marika Cifor's (2016, p. 33) proposal to an "affective responsibility toward radical empathy" that archivists should adopt in its fourfold expression – with the record creator, the record subject, the user and larger communities.

In summary, according to the previous theories and considering both perspectives – from the historian and the archivist – an empathic approach is more effectively achieved when dealing with personal archives rather than professional records. Moreover, while some professional records beyond the drawings can provide a more straightforward narrative of the drawing itself, a personal archive can also offer valuable information about the professional role. In some cases, it might even entirely alter the course of history. Although not seeking to change historical paths, showing empathy toward the creator could readjust the understanding of each record or the intentions of its creator. Drawing from an experience of working in an apparently "chaotic" archive, I recognize the significance of understanding contexts – many of which are shaped by biographical and functional aspects. Sometimes, it is necessary to backtrack to the original organization, and specific contex-

tual changes can lead to a revised interpretation of a record, as will be exemplified in section 3.1.

Expanding on this premise and aligning with Terry Cook's (1998) standpoint that archivists should prioritize considering their role as active promoters of social memory and focusing on document creation processes, I will now direct my attention to the case study, namely, the Gonçalo Ribeiro Telles' archive. The materiality of any archive and the "information" it holds influence the process of crafting history. In a personal archive, we gain insight into how creators perceive their environment through cultural, ideological, or biological lenses, impacting their decision-making. With additional knowledge or exploration, certain gaps or details extending beyond human circumstances might emerge, unveiling a more comprehensive understanding of the network's dynamics (including biotic and abiotic, cultural, social, and political aspects). This comprehension is pivotal in navigating the complexities of landscape dynamics and recording its history.

### 3. Gonçalo Ribeiro Telles' Archive

I begin this part by briefly contextualizing the Gonçalo Ribeiro Telles<sup>7</sup> archive and how it changed, concluding with an example of how it changes

---

<sup>7</sup> Gonçalo Pereira Ribeiro Telles, born on May 25th, 1922, in Lisbon, was a distinguished landscape architect, educator, academic, and prominent political figure who played a pivotal role in shaping Portugal's political landscape. In 1941, he enrolled in the Higher Institute of Agronomy, pursuing studies in Agricultural Engineering and concurrently engaging in the Free Course of Landscape Architecture, completing both in 1951. Alongside his academic training, during the 1940s, Gonçalo Ribeiro Telles actively participated in political and academic discussion groups. In 1950, he joined Lisbon's City Hall as a landscape architect and held this position until 1960. In that same year, 1960, he co-authored the significant work "A Árvore" with Francisco Caldeira Cabral. In 1957, he was invited to assist Prof. Caldeira Cabral at the Higher Institute of Agronomy. However, his outspoken criticism of the regime led to his departure in 1963.

Balancing professional and pedagogical practice, Gonçalo Ribeiro Telles remained politically active, opposing the Estado Novo regime. After leaving Lisbon's City Hall in 1960, his professional project output intensified, paralleling his increased political involvement. Despite his political commitments, his dedication to landscape architecture remained steadfast. Notably, his masterwork is the Calouste Gulbenkian Foundation Park in Lisbon (1961-69), co-authored with António Viana Barreto.

After the Carnation Revolution of 1974, Telles swiftly transitioned into prominent political roles, seizing the opportunity to contribute to Portugal's transformation. In 1974, he was a co-founder of the Popular Monarchist Party (PPM). He secured positions across various governmental bodies, including serving as Subsecretary of State for the Environment in the I, II, and III Provisional Governments. His influence persisted into the IV Constitutional Government, where he continued in the role of Secretary of State for the Environment. During the VI and VII Constitutional

by moving the focus from collecting and archiving professional documents toward documenting a person's life.

The current archive was received in two accessions: the first in 2006 (by the creator's will) and the second in 2022 (following Telles' passing); the first consisted solely of landscape architectural drawings. The first accession, the creator's responsibility, was handed over by Gonçalo Ribeiro Telles, aligning perhaps more closely with the contemporaneous perspective and resembling Jellicoe's archive than to the Cornelia Hahn Oberlander fonds, despite the fact that both incorporations were prior to the GRT's. This first accession comprises 2,801 drawings from projects authored or co-authored by Gonçalo Ribeiro and others today under state custody designated as the "Gonçalo Ribeiro Telles: Archive". The loan agreement between Gonçalo Ribeiro Telles and the Directorate-General for National Buildings and Monuments<sup>8</sup> was formalized in a public ceremony on January 25th 2006. Following Ribeiro Telles' passing in February 2021, the records in his home office were appraised and selected for inclusion in the collection of drawings. This second accession, managed by his heirs, was held in February 2022.

While this *corpus* of documentation is currently being described and organized, it comprises a variety of personal, institutional, and professional

---

Governments, he was elected to the Assembly of the Republic, representing the PPM. In the VIII Constitutional Government, he held the position of Minister of State for Quality of Life. At the local level, he contested the mayoralty of Lisbon in the 1985 and 1989 elections. In 1993, he did so under the banner of The Party of the Earth Movement, which he established that year. In 1985, he served as an independent deputy in the parliamentary group of the Socialist Party.

His dedication to politics did not diminish his commitment to landscape architecture, as he continued to engage in impactful projects.

In the academic realm, he established the Biophysical Planning degree in 1975, as well as both the Landscape Architecture and Biophysical Engineering degrees in 1981, all at the University of vora, where he served as a professor. He retired in 1992, subsequently receiving an honorary doctorate in 1994 and being granted the title of professor emeritus in 1998. He also assumed the role of coordinating professor of the Landscape Architecture Section at the Higher Institute of Agronomy of the Technical University of Lisbon from 1988 to 1991. Throughout his lifetime, he lectured at various other universities.

Throughout his life, Telles adeptly balanced his roles as a landscape architect, academic, and politician, actively engaging in numerous activities, causes, and projects. His ongoing influence within these fields was acknowledged through numerous awards, including the prestigious landscape architecture award Sir Geoffrey Jellicoe Award in 2013.

Gonçalo Ribeiro Telles passed away on November 11th, 2020, leaving a legacy defined by his contributions to landscape architecture, academia, and his country's political and social transformation.

<sup>8</sup> Following the demise of DGMEN (Decree-law 223/2007, May 30th), the archive became under the custody of the Housing and Urban Rehabilitation Institute (IHUR). In 2015 (Decree-law 102/2015, June 5th), the Information System for Architectural Heritage (SIPA) was transferred from IHUR to the Directorate General of Cultural Heritage (DGPC).

documents that encompass his roles as a landscape architect, educator, academic, and politician. He was actively involved in numerous activities, causes, and projects.

According to Armando Malheiro da Silva's (1999; 2004) systemic approach, and in order to organize and understand documentation, an inquiry was first conducted on the creator's biographical aspects, existing documentation, and the context of creation. This helped in grasping the general trajectory of his life and systematizing it into the organic functional classification/framework (Figure 1). Today, this feature enables a comprehensive view of the creator's areas of action, social and professional relationships, and extensive production in each of these spheres, as well as external recognition. It is also dynamic and therefore susceptible to structural changes whenever previously unknown information is found or when a hitherto unnoticed document, when in context, provides new information.

One of the most immediate conclusions drawn from systematizing the creator's competencies and roles is that they all contribute to the same personality and actions, making it impossible to understand the landscape architect in isolation from his other roles<sup>9</sup>. As referred to above, GRT was involved in different roles simultaneously and all these spheres of action are part of the indivisible person and, by consequence, of an archive, which is never less than personal. Moreover, approaching this complex system of records certainly upholds the relevance of the documents produced in the scope of professional practice.

Rather than conducting a detailed analysis of the archive, which is beyond the scope of this chapter, I can advance that from the classification of the 2,801 drawings, they all relate to GRT adult phase, specifically as a student of the Higher Institute of Agronomy (SSSC 01.02.01), as a landscape architect at the Lisbon city council (SSSSC 01.02.04.01), the majority of them as a freelancer (SSSSC 01.02.04.02), some from the period with Francisco Manuel Caldeira Cabral's office (SSSSC 01.02.04.02.01) and produced for the Green Infrastructure in Lisbon and Metropolitan Area (SSSSC 01.02.04.07). A few were produced as Director of the Biophysical Planning and Green Spaces sector of the Housing Promotion Fund (FFH) (SSSSC 01.02.04.04).

---

<sup>9</sup> Regarding small details Catherine Hobbs (2001) refers to, I recently described a press proof of an interview with GRT, in which he overwrote the "Arch" acronym preceding his name in every page's header.

SSC 01.01 Adol escence/ Youth (1933 - 40)

SSSC 01.02.01 Student at the Higher Institute of Agronomy (ISA) (1941-51)

SSSC 01.02.02 Member and President of the Catholic Agrarian Youth (floruit . 1941-?)

SSSC 01.02.03 Member of the CNC (National Culture Center) (1945-2020)

SSSC 01.02.04 Landscape architect (1950-2013)

SSSC 01.02.05 Professor and academic (1957-2011)

- SSSC 01.02.04.01 Landscape architect at Lisbon City Council (CAM) (1950-60)
- SSSC 01.02.04.02 Liberal landscape architect (1950-2013)
- SSSC 01.02.04.03 Member of the Geographical Society of Lisbon (1955-2012)
- SSSC 01.02.04.04 Head of the Bio-physical Planning and Green Spaces Department at the Housing Development Fund (PH) (1971 - 30-08-1976)
- SSSC 01.02.04.05 Member (1976 - 2020) and President (2001 - 05) of the Portuguese Association of Landscape Architects (AAPA)
- SSSC 01.02.04.06 Member of the Lisbon Strategic Plan Commission (1990?-1993?)
- SSSC 01.02.04.07 Coordinator in charge of Green Infrastructure in Lisbon and Metropolitan Area (1998-2002)
- SSSC 01.02.04.08 Full Member of the EDP Environmental Council (1998-2001)
- SSSC 01.02.04.09 Member of the Society of Agricultural Sciences of Portugal ([1972]-2013?)
- SSSC 01.02.04.10 Coordinator of the Scientific Committee - Clarification of the Alentejo Cork Oak. Mentado in a Cultural Landscape (2013 - 2017?)
- SSSC 01.02.05.01 Assistant Professor in Landscape Architecture at SA (1957-63)
- SSSC 01.02.05.02 Lecturer at the Lisbon School of Fine Arts (1973-74)
- SSSC 01.02.05.03 Lecturer at the Technical University of Lisbon (1973-75)
- SSSC 01.02.05.04 Professor and academic at the University Institute of Fine Arts (1973-79), University of Evora (1973 - 2008)
- SSSC 01.02.05.05 Professor and coordinator of the Autonomous Section of Landscape Architecture (SAAP) at the SA (1988-1991)
- SSSC 01.02.05.06 Professor/lecturer at other Portuguese universities (? - 2011)
- SSSC 01.02.05.07 Member of the Center for Landscape Architecture Studies (CEPA), SA (1953 - ?)
- SSSC 01.02.05.08 Participant in seminars, conferences, and academic symposiums
- SSSC 01.02.05.09 President of the External Evaluation Committee for Environmental Courses at the Foundation of Portuguese Universities (1998 - 2003?)
- SSSC 01.02.06.01 Co-founder and member of the Independent Monarchists Movement (IMM) (1957-58)

SSSSC 01.02.04.02.01 Office Gonçalo Ribeiro Telles - Francisco Manuel Caldera Cabral (1977? - 1983?)

SSSSSC 01.02.05.06.01 Professor in the Master's Degree in Architecture and Urban Units Rehabilitation, at the Convento da Onda Foundation - Faculty of Architecture (1993)

Figure 1: Gonçalo Ribeiro Telles archive: Functional-Organic Chart.

ibeiro Telles (1922-2020)

Adult (1941-2020)

SSSC 01.02.06 Politician (1957-2007)

SSSC  
01.02.07  
Religious  
man

SSSC 01.02.08 Man of causes

SSSC 01.02.06.02 Co-founder and member of the Movimento dos Populares Monarquistas Movement (MMP) [1938-70]	SSSC 01.02.06.03 Member of the Electoral Commission of Democratic Unity (CEUD) [1969]	SSSC 01.02.06.04 Co-founder and member of the Monarchist Convergence [1970-74]	SSSC 01.02.06.05 Co-founder, President, and member of the Popular Monarchist Party (PPM) [1974-92]	SSSC 01.02.06.06 Undersecretary of State for the Environment - I Provisional Government (16/05 a 17/07/1974)	SSSC 01.02.06.07 Undersecretary of State for the Environment in the II Provisional Government (23/07 a 30/09/1974)	SSSC 01.02.06.08 Undersecretary of State for the Environment - III Provisional Government (30/09/1974 a 26/05/1975)	SSSC 01.02.06.09 Secretary of State for the Environment - IV Provisional Government Provisional Government (06/26/03 a 03/09/1975)	SSSC 01.02.06.10 Secretary of State for the Environment - V Provisional Government Provisional (19/09/1975 a 12/06/1976)	SSSC 01.02.06.11 Member of the Assembly of the Republic for the PPM (1979- 81)	SSSC 01.02.06.12 Minister of State and Quality of Life-VIII Constitutional Government (4/09/1981 a 9/06/1983)	SSSC 01.02.06.13 Councillor at the Lisbon City Council (1985-89)	SSSC 01.02.06.14 Independent Member of Parliament in the Assembly of the Republic (6-10-1985 a 16-08-1987)	SSSC 01.02.06.15 Chancellor das Ordens Nacionais (25/12/1990-09/03/1996)	SSSC 01.02.06.16 Co-founder and President of the Earth Party Movement (MPT) [1992-2007]	SSSC Member, President of the Board of Trustees (2008?-2009), and honorary vice president (2012-14) of the Portuguese Democracy Institute (ODI) [2007?- ?]	SSSC 01.02.07.01 Participant in the Manifesto of the 101 [1965]	SSSC 01.02.07.02 Chief Judge of the Brotherhood of Trades of the Ancient House of the 24 [2005-2012]	SSSC 01.02.08.01 President of the D. Dinis Institute - Ecology and Development (17-06-1987 - ?)	SSSC 01.02.08.02 Member of the Botanical Garden Friends Group (1986?- 2020?)	SSSC 01.02.08.03 Founder and member of the Cultural Association House of the Portuguese Monarchy (1993-2020?)	SSSC 01.02.08.04 Member of the Royal Association of Lisbon	SSSC 01.02.08.05 Member of the Portuguese Association of Antique Houses
---	---	--	--	--	--	---	--	--	--	---	--	--	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---

SSSSSC 01.02.06.05.01 Candidate in the legislative elections on April 25, 1983

SSSSSC 01.02.06.05.02 Candidate for the municipal elections of 1985, in Lisbon (? - 15-12-1985)

SSSSSC 01.02.06.05.03 Candidate for the municipal elections of 1989, in Lisbon (16-12-1989 - 17-12-1989)

SSSSSC 01.02.06.16.01 Candidate for the municipal elections of 1993, in Lisbon

In order to justify the emphasis on this approach, simultaneously showing how perilous the interpretation of records can be, in this case, the landscape architecture drawings individually, I will focus on a drawing to analyze what can be revealed when records are interrelated.

### 3.1. Decoding a project drawing: insights into content

I examine architectural drawings and their most common association with architectural practice in this section. I aim to critically assess the 'old diplomatic' differentiation by record typology. In personal archives, we encounter documents created out of functional or utilitarian necessity. However, it is also important to note that documental typology may not necessarily determine the function behind its production. The particular case analyzed is that of the drawing "Integração do Parque de Monsanto na cidade" [Integration of Monsanto Park into the city] (PT GRT-02-0436 DES.002130) (see Figure 2).

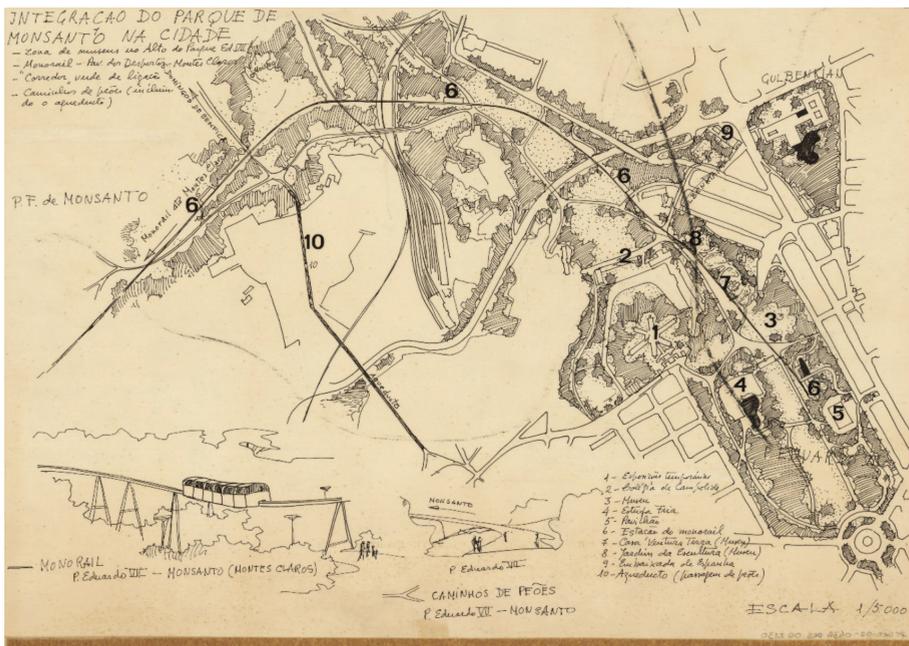


Figure 2: "Integração do Parque de Monsanto na cidade" [Integration of Monsanto Park into the city] (PT GRT-02-0436 DES.002130). Source: SIPA/DGPC.

This undated drawing was handed over by Gonçalo Ribeiro Telles to the DGEMN in the first accession (in 2005 and formalized by contract in 2006). In research to date documents and from interviews conducted to understand the origin of the documents (Fonseca, 2021), we can confirm Rua Filipe Folque as its place of origin. To frame the situation, this group of documents entering the Forte de Sacavém had two physical origins: Rua Filipe Folque atelier and Rua Bernardo de Lima (where the documents produced in the Rua do Comércio<sup>10</sup> office were temporarily stored).



Figure 3: Frames from the interview. Source: RTP Arquivo.

<sup>10</sup> Office where GRT coordinated the team in charge of the Green Infrastructure in Lisbon and Metropolitan Area projects (1996-2002), under protocol with Lisbon City Council. Due to a quick eviction action, documents had to be quickly removed when Pedro Santana Lopes assumed the City Council presidency in January 2002.

Its provenance and document type (DIN A1 format drawing, in nanquim ink on tracing paper) immediately suggest it resulted from his landscape architectural practice, especially as it was stored in his office. However, when attempting to restore its production context, the first question is why it was not found in the Rua do Comércio office where GRT developed, from the 1990s, the Monsanto green corridor project (Castro, 2013, p. 213). In this reconstitution attempt, despite recent references that it was idealized in 1976 (Borges, 2012) or that it was already foreseen in 1976's "Municipal Master Plan" (Castro, 2013, p. 213)<sup>11</sup>, I find the first (visual) reference to the proposal on July 23rd, 1977, in an interview with Gonçalo Ribeiro Telles conducted by Fernando Pessa (1977) (see *Figure 3*). Then, from the so far examined and dated sources, one can find references in two of the GRT's articles published in "A Capital" (Telles, 1979; 1981), the newspaper where he regularly wrote about the city of Lisbon. In the 1985 municipal elections (December 15th), Telles was the Popular Monarchist Party candidate for Lisbon City Council (SSSSC 01.02.06.05.02). In this candidacy, he presented, among others, the Parque Eduardo VII – Monsanto Green Corridor and the Peripheral Park proposals (Telles, 1985). In the electoral result, GRT got a seat in the Municipal Assembly as an alderman. During the Nuno Krus Abecasis presidency, however, he was unable to get any of his proposals approved.

To summarize the ambiguity of contextualizing a singular drawing, the proposal has a high political slant, yet it is also the practical application of landscape architecture principles, the learnings that Francisco Caldeira Cabral (1980) summarizes as the "Continuum naturale" (including the cultural continuum) or GRT in the concept of "Paisagem global" [Global landscape] (Telles, 1992; 1996). The previously mentioned proposal was later developed and built during his activity as the coordinator responsible for the Office of Green Structures of Lisbon and the Metropolitan Area (SSSSC 01.02.04.07).

In this example, it is prominent how distorting the separation of documentation sets and/or their partial or thematic analysis can be and how it can pervert an understanding of a coherent, persevering and transdisciplinary attitude Ribeiro Telles maintained in the exercise of the various functions. Gonçalo Ribeiro Telles was associated with creative exercise, political decision-making, and academic functions (among other roles). This fact puts effort

---

<sup>11</sup> I do not entirely agree, as the Lisbon General Urbanization Plan (PGUCL) (Meyer-Heine Plan, 1967–77), foresaw a green corridor along proposed wide roadways. This differs from the "Monsanto Green Corridor" proposal, mainly because these road infrastructure constructions were among Gonçalo Ribeiro Telles' criticisms (Pessa, 1977).

into the archiving process and the definition of the classification plan, often with vague boundaries, but which must be considered on its uniqueness. During this phase of work, doubts remain as to whether it is plausible to differentiate in which context many documents were produced or, in some cases, if we can separate private from public or individual from institutional initiatives. This is a common challenge in personal archives, particularly in individuals with artistic creations, as reflected in the question posed by Heloísa Bellotto (1998, p. 21) in the debate with Terry Cook and Ariane Ducrot. With no absolute solutions, she wonders if, in the time of “total archives”, we should keep discussing records’ classification by typologies, considering the problems it can cause. The point is particularly important when dealing with records of artistic expression or documents not necessarily created for utilitarian or functional reasons. In light of these generic issues, it seems more important to accept that these documents echo the intertwining trajectory of GRT, i.e., that is grounded on the individual’s very own singularity (Cook, 1997, p. 34).

#### 4. Conclusion

While not seeking absolute conclusions, this study aims to share research inquiries derived from ongoing practical experiences that can enrich the discourse on personal archives. The generic tenet to consider is that history, like landscape, is a continuous process; thus, we can only take traces of evidence from the archives. Thereupon, these records prompt us to inquire about what should constitute a documental *corpus* and what will be materialized in the process of memory construction.

Upon analyzing the contrast between the prevalent practice of collecting archives of landscape architects, which may also be analogous to other disciplinary fields, discernible differences emerge. These differences range from archives primarily composed of project drawings (as seen in the collections of Geoffrey Jellicoe or the initial accession of documents from Gonçalo Ribeiro Telles) to more extensively documented archives (as exemplified by the Cornelia Hahn Oberlander’s archive). Such variations can be attributed to both the tradition of archival institutions and the enduring “custodial” tradition still rooted in certain institutions and minds – with the tendency to focus on the static dimension of the documents, accepting fragments of archives and practices of preservation rooted in predetermined potential use – but also shaped by the donors’ perspectives. A preliminary

conclusion that can be drawn is that a transition towards personal archives, centered on the individual as a unified entity, promises a more comprehensive collective memory for the future.

Based on Gonçalo Ribeiro Telles' archive and the methodological approaches in use, it becomes apparent that when contemplating an individual's archive, it is vital not to assume the necessity of actively creating landscape architecture archives. Instead, emphasis should be placed on the archives of professionals who have bequeathed documents related to landscape architecture during their lifetimes. However, this assertion does not diminish the fact that there exist documents with their specificities (such as drawings, blueprints, descriptive memories, correspondence with clients, suppliers or colleagues, news clippings, and biophysical studies, among others) and the added challenges in archiving these documents to enable and share all the information they incorporate. Instead, it tries to find a more cohesive method of providing as much information as possible, not circumscribing it to a sectarian view of the project.

In the Gonçalo Ribeiro Telles archive, the idiosyncratic nature of its creator's life and work, coupled with the composition of the archive's documental *corpus*, identifying it as a "landscape architect's archive" would compromise access to information only in favor of a specialized audience oriented to a specific subject. Questions about the past, present and future may constantly arise in history. The case study of the drawing explored in 3.1 has tried to exemplify that even if not ultimately aimed at garnering factual answers to all of them; archives may be prepared to keep traces to stimulate intellectual curiosity and provide more informed responses upon each activation. In this sense, it also seems crucial to adopt two additional imperatives: approach archives from a transdisciplinary perspective and underscore the representation of individuals' information and the organic-functional contexts of the archives, both in archiving and research. This approach diverges from a selection and evaluation process based on the cultural value of a personal archive.

Lastly, when considering the organic characteristics of these archives, they should be treated in alignment with personal archival principles, reflecting the unique nature of the creator and the information they contain. This involves exploring the interactions between the individual and the events of their life – both professionally and personally – and the manner in which they documented these interactions (Hobbs, 2001, p. 127), rather than being primarily based on the cultural value of a personal archive and from a patrimonialist, historicist perspective.

## Bibliography

- Antunes, A. C. D. S. (2019). *A Influência Alemã na Génese da Arquitetura Paisagista em Portugal* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/121946?locale=pt>
- Armstrong, A. (2006). Architectural Archives/Archiving Architecture: The Digital ERA. Art Documentation: *Journal of the Art Libraries Society of North America*, 25(2), 12-17.
- Bellotto, H. L. (1998). Arquivos Pessoais em face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 201-207. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063>
- Birnbaum, C. A., Fox, T., & Oberlander, C. H. (2009). Pioneers of American Landscape Design. Oral History Series: Cornelia Hahn Oberlander Interview Transcript. *International Encyclopedia of Human Geography*. <https://doi.org/10.1016/B978-008044910-4.00485-5>
- Bloch, M. (1992 [1954]). *The Historian's Craft*. Manchester University Press.
- Borges, L. P. (2012, December 15). *Corredor Verde de Monsanto inaugurado três décadas depois*. Público. <https://www.publico.pt/2012/12/15/jornal/corredor-verde-de-monsanto-inaugurado-tres-decadas-depois-25758263>
- Cabral, F. C. (1943). *Arquitetura Paisagista*. [Separata do volume "Conferências Realizadas no Ano Lectivo de 1942-1943"]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Cabral, F. C. (1980). *O 'Continuum Naturale' e a Conservação da Natureza* [Comunicação]. Seminário Conservação da Natureza: Promovido pelo Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa.
- Castro, J. R. E. (2013). O Corredor Verde para Monsanto. Do conceito à realidade... um processo de 35 anos. *Rossio. Estudos de Lisboa*, (2), 212-227.
- Caswell, M., & Cifor, M. (2016). From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives. *Archivaria*, (81), 23-43. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557/14916>
- Cook, T. (1996). Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records. *American Archivist*, 59(2), 136-143. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.9016827w6t4271wl>
- Cook, T. (1997). What Is Past Is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, 43(0), 17-63. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>
- Cook, T. (1998). Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 129-150. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>
- Cook, T. (2011). 'We Are What We Keep; We Keep What We Are': Archival Appraisal Past, Present and Future. *Journal of the Society of Archivists*, 32(2), 173-189. <https://doi.org/10.1080/00379816.2011.619688>
- Davis, J. D. (2021). Landscapes and Archives: Notes on a Method. *Landscape Journal*, 39(1), 71-85. <https://doi.org/10.3368/wplj.39.1.71>
- Dümpelmann, S. (2014). What's in a Word: On the Politics of Language in Landscape Architecture. *Studies in the History of Gardens and Designed Landscapes*, 34(3), 207-225. <https://doi.org/10.1080/14601176.2014.901118>

- Fonseca, M. J. (2021). *O Arquivo de Gonçalo Ribeiro Telles*. Mapeamento da documentação e recolha de elementos para a sua história custodial [Manuscrito inédito].
- Green, P. (2021, June 9). *Cornelia Oberlander, a Farsighted Landscape Architect, Dies at 99*. New York Times. <https://www.nytimes.com/2021/06/09/arts/design/cornelia-oberlander-dead-coronavirus.html>
- Hobbs, C. (2001). The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. *Archivaria*, (52), 126-135. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817>
- Hobbs, C. (2014). Archives as Traces of Life Process and Engagement: The Late Years of the Carol Shields Fonds. In D. Staines (Ed.), *The Worlds of Carol Shields* (pp. 277-292). University of Ottawa Press.
- International Federation of Landscape Architects. (2015). *IFLA. International Federation of Landscape Architects 2010-2014*. International Federation of Landscape Architects.
- Jellicoe, G. (1742-1985). *Plans of Landscape and Garden Designs at Sutton Place, near Guildford, for Stanley J Seeger (9517)*. Surrey History Centre. [https://www.surreyarchives.org.uk/collections/getrecord/SHCOL\\_9517](https://www.surreyarchives.org.uk/collections/getrecord/SHCOL_9517)
- Jellicoe, G. (1960-1973). *Correspondence between Geoffrey Jellicoe and Ben Nicholson and Felicitas Vogler (Fonds)* (TGA 919). Tate Archive and Public Records Catalogue. <https://archive.tate.org.uk/Record.aspx?src=CalmView.Catalog&id=TGA+919&pos=1>
- Jellicoe, G. (1960-1990). *Geoffrey Jellicoe Collection (1960s-1990s)* (AR JEL). Reading: The Museum of English Rural Life – University of Reading. <https://www.reading.ac.uk/adlib/Details/archive/110383018>
- Jellicoe, G. (n.d.). *Plans of Landscape and Garden Designs at Sutton Place, near Guildford, for Stanley J Seeger (9517)*. Surrey History Centre. [https://www.surreyarchives.org.uk/collections/getrecord/SHCOL\\_9517](https://www.surreyarchives.org.uk/collections/getrecord/SHCOL_9517)
- Lowell, W. (2015). Architectural Records. In L. Duranti, & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 20-21). Rowman & Littlefield.
- Oberlander, C. H. (n.d.). *Cornelia Hahn Oberlander Fonds (AP075)*. Montréal: Canadian Centre for Architecture; Gift of Cornelia Hahn Oberlander. <https://www.cca.qc.ca/en/archives/218037/cornelia-hahn-oberlander-fondsfa-ls-368940>
- Oberlander, C. H. (1977). *Children's Area, Simon Fraser University, Burnaby, British Columbia (AP075.S1.1977.PR03)*. Montréal: Canadian Centre for Architecture; Gift of Cornelia Hahn Oberlander. 1977. <https://www.cca.qc.ca/en/archives/218037/cornelia-hahn-oberlander-fonds/366409/landscape-architecture-projects/368940/childrens-area-simon-fraser-university-burnaby-british-columbia-1977>
- Pereira, Z. M. C. (2018). *O Universo dos Arquivos Pessoais em Portugal: Identificação e Valorização - Parte I* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/23260>
- Pereira, Z. M. C. (2021). Personal Archives and the Shaping of Collective Memory in Portugal: Results of a National Census. In M. L. Rosa, R. S. da Nóvoa, A. B. Gago, & M. J. da Câmara (Eds.), *Recovered Voices, Newfound Questions: Family Archives and Historical Research* (pp. 141-162). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pessa, F. (1977). *Gonçalo Ribeiro Telles Entrevistado Por Fernando Pessa* [Vídeo]. RTP. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/goncalo-ribeiro-telles-entrevistado-por-fernando-pessa/>

- Shepherd, J. C., & Jellicoe, G. A. (1925). *Collection of Drawings from Shepherd & Jellicoe to the 'Italian Gardens of the Renaissance' Book*. Royal Institute of British Architects (RIBA) Collections. <https://www.ribapix.com/>
- Silva, A. B. M. da. (1999). *Arquivística e Cultura Popular. Algumas Notas sobre o Binómio Informação e Cultura* [Comunicação]. Separata das Atas Congresso Cultura Popular, Câmara Municipal da Maia, Maia. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/27057/2/amalheiroarquivistica000110204.pdf%5Cnhttp://hdl.handle.net/10216/27057>
- Silva, A. B. M. da. (2004). Arquivos Familiares e Pessoais: Bases Científicas para Aplicação do Modelo Sistémico e Interactivo. *Revista Da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas Do Património III*, 55-84.
- Telles, G. R. (1979, February 28). *Lisboa Assassinada: A Destruição da Cidade Histórica*. A Capital.
- Telles, G. R. (1981, July 13). *O Prolongamento 'Verde' da Avenida da Liberdade*. A Capital.
- Telles, G. R. (1985, December 11). *Gonçalo Ribeiro Telles (PPM): Sim à Modernidade, Não à Monstruosidade*. A Capital.
- Telles, G. R. (1992). A Paisagem Global Da Região de Lisboa. *Agros*, (2), 5-9.
- Telles, G. R. (1996). *Um novo Conceito de Cidade: A Paisagem Global. Conferências de Matosinhos*. Contemporânea Editora; Câmara Municipal de Matosinhos.
- Willis, A. (1996). The Place of Archives in the Universe of Architectural Documentation. *American Archivist*, 59(2), 192-198. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.154510w443504578>
- Zardini, M. (2021). *Old Institutions, New* [Paper presentation]. International Congress on Architectural Archives "Professional Experiences in a Cultural Diversity", Arquivo Distrital de Braga, Braga.



# **QUARE?** **O Arquivo de D. Francisco Manuel de Melo**

## **QUARE?** **The Archive of Francisco Manuel de Melo**

PAULO MANUEL DOS ANJOS RIBEIRO GONÇALVES

Aluno de Pós-Graduação

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

[a25978@campus.fcsh.unl.pt](mailto:a25978@campus.fcsh.unl.pt)

<https://orcid.org/0000-0003-4577-9102>

**Nota:** O autor escreve segundo a norma anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

### **RESUMO**

Neste trabalho vamos estudar o Arquivo do grande escritor do século XVII, D. Francisco Manuel de Melo segundo os princípios da Arquivística Histórica como são definidos por Maria de Lurdes Rosa.

A ideia deste tema veio do cruzamento da nossa admiração por D. Francisco Manuel de Melo, com a leitura de um notável ensaio de Eric Ketelaar sobre o Arquivo de Rembrandt.

Do Arquivo de D. Francisco Manuel existe (ou existiu) um pequeno núcleo de documentação conservada ao longo de gerações pelos descendentes de um ramo colateral e que foi transcrita, publicada e estudada por Edgar Prestage entre 1909 e 1914.

O nosso objectivo será, com base nesse núcleo de documentação, fazer uma primeira aproximação ao que terá sido o Arquivo do escritor à data do seu falecimento em 1666, os motivos e a maneira porque foi produzida a documentação, a sua história custodial, os usos da documentação feitos pelo produtor, pelos seus herdeiros e a importância histórica literária, sociológica e para o conhecimento de múltiplos

aspectos da sociedade do Antigo Regime no mundo hispânico e no Portugal da Restauração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivística Histórica; Arquivos de Família; Cultura do século XVII; Património Cultural.

### **ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** In this paper we will study the Archive of the great 17th century writer, D. Francisco Manuel de Melo (Lisbon 1608 - 1666) according to the principles of Historical Archivistic.

The idea of starting this study came from the intersection of our admiration for the work and Francisco Manuel de Melo with the reading of a remarkable essay by Eric Ketelaar on Rembrandt's Archives - *Prologue: Rembrandt's Archives, included in his Archiving people. A social history of Dutch Archives*, La Haye, Stichting Archiefpublicaties, 2020, p. 9- 14.

Unlike the case of the famous Dutch painter, of whom no documents remain, from the Francisco Manuel's Archive there is/was a small nucleus of documentation preserved over generations by the descendants of a collateral branch, which was transcribed, published and studied by Edgar Prestage between 1909 and 1914 and which is now in unknown whereabouts.

Our goal is to make a first approximation to what may have been the writer's archive at the time of his death in 1666, the reasons why and the manner in which the documentation was produced, its custodial history, the uses made of the documentation by the his heirs, and the historical, literary, sociological, and knowledgeable importance of the Ancient Regime society in the Hispanic world and in Portugal during the Restoration.

The paper is structured in six chapters:

1 - **METHODOLOGY** - Our method will consist in the analysis of the published bibliography of Francisco Manuel de Melo from an archival point of view, i.e. studying the author as a producing entity of an Archive according to the guidelines of the Archival Method, as explained by Elio Lodolini, Luciana Duranti and Giovanni Michetti. The main work on Francisco Manuel is the biography - *D. Francisco Manuel de Mello: Esboço biographico*, Coimbra University Press, 1914, by Edgar Prestage, who was a noted historian, but with the characteristics of his time, i.e. using archives as a reservoir of historical information, as sources. This paper will be the beginning of an approach to this work taking the archive as the object of study, making the social history of the archive, putting into practice the principles of Historical Archivistics as they are defined by Maria de Lurdes Rosa, among many others, in her 2017

articles, 2018 with the collaboration of Rita Nóvoa, and in the doctoral theses she has supervised within the VINCULUM Project, which includes the Invent. Arq Project - Inventories of Family archives, XV-XIX centuries.

2 - BIOGRAPHICAL SUMMARY - We have established a summary of the biography of D. Francisco Manuel, based on Prestage's fundamental work, complemented with some of the contributions, which have uncovered new information and confirmed or updated known information. This summary introduces the reader to the personality who produced the documentation studied, with factual and chronological accuracy.

3 - D. FRANCISCO MANUEL, DOCUMENTATION PRODUCING ENTITY - Analysis of the main characteristics of the man integrated in his time and social environment, with recourse to a fundamental work on Francisco Manuel, authored by Camões Gouveia, which identifies very accurately, using techniques proper to history, several aspects of his personality that shaped the production and conservation of the documentation, namely the fact that he was a nobleman among noblemen.

4 - THE PHYSICAL AND HUMAN CONTEXT - The fourth chapter is dedicated to a survey of the places where he was born, where he lived, where he was imprisoned and exiled, as well as a possible inventory of the servants who served him during his life and influenced his documentary production.

5 - DESCRIPTION OF THE DOCUMENTATION - The fifth chapter presents a description, and characterization of the writer's documentary production, using tables in the text and in the appendix. In addition to the aforementioned work by Prestage, we will take into account documents located and described by Teófilo Braga, and Joan Estruch Tobella.

6 - CUSTODIAL HISTORY - In this chapter, based on many of the facts established in the previous chapters, we present the research on the history of the Archive of D. Francisco Manuel, using methods proper of History, to extend and develop the so-called Custodial History, which is already carried out by archivists and is foreseen in ISAD (G). We have also used genealogy to establish and identify the successive generations who owned parts of Francisco Manuel's archive, and we summarize the results of our investigations in three family trees.

In it we follow the fate of the documentation from the date of the sudden death of D. Francisco Manuel's in August 1666, up to the present day. It was only possible to follow its path and the purposes for which it was successively used, by its various holders, until the beginning of the 20th century. From that date on, all hypotheses are possible, including the most terrible ones, which was the fate of many other archives in Portugal.

CONCLUSIONS - In this brief but fascinating investigation, we have applied the principles of Historical Archivistics, to study the documentation produced by D. Francisco Manuel de Melo, in the context of his status as a nobleman and in the era of the Ancien Régime. Based on this work, we can present several lines of investigation to achieve a greater knowledge of the Archive of D. Francisco Manuel.

This research shows the great importance of the study of family archives for the understanding of each of the individuals that make them up, giving much greater depth to their actions and making it possible to understand the limitations and qualities of each person inserted in his class and in his time. The deeper knowledge of what would have been the archives of D. Francisco Manuel de Melo will allow us to increase our knowledge of his literary work and the context in which it was written.

A final negative conclusion, of a general nature, about the Portuguese culture of the last 250 years imposes itself at the conclusion of this work. It is the continued disinterest, laxity and lack of awareness of cultural values, as structuring elements of a free and developed society that characterizes Portugal. From one of the greatest Portuguese writers, who had an adventurous and fascinating life, nothing remains! Everything has disappeared: the houses where he lived, whose exact location is unknown, the graves of his sister, his mother, his grave, his Archive, the originals of most of his literary works! All lost! All destroyed! *Quare?*

**KEYWORDS:** Historical Archivistic; Family Archives; Seventeenth Century Culture; Cultural Heritage.



Imagem 1 - Capela da Ascensão de Cristo, na Calçada do Combro, em Lisboa, onde os pais do escritor se casaram, em 2 de Fevereiro de 1604. A casa do seu avô, onde viveu até cerca de 1638, seria muito próxima, ou mesmo talvez ao lado da capela. Fonte: Fotografia do autor.

## Introdução

Où sont allés, après sa mort, les livres et les manuscrits de Melo?  
Colomès (1970, p. X)

Neste trabalho<sup>1</sup> vamos estudar o Arquivo do prolífico escritor do século XVII, D. Francisco Manuel de Melo segundo os princípios da Arquivística Histórica.

A ideia de iniciar este estudo veio do cruzamento da nossa admiração pela obra e personalidade de D. Francisco Manuel de Melo com a leitura de um notável ensaio de Eric Ketelaar sobre o arquivo de Rembrant (Ketelaar, 2020, pp. 9-14).

Ao contrário do caso do célebre pintor holandês, do qual não restam documentos, do Arquivo de D. Francisco Manuel existia um pequeno núcleo de documentação conservada ao longo de gerações pelos descendentes de um ramo colateral e que foi transcrita, publicada e estudada por Edgar Prestage entre 1909 e 1914.

O nosso objectivo será, com base nesse núcleo de documentação, fazer uma primeira aproximação ao que terá sido o Arquivo do escritor à data do seu falecimento em 1666, os motivos e a maneira porque foi produzida a documentação, a sua história custodial, os usos da documentação feitos pelo produtor, pelos seus herdeiros e a importância histórica literária, sociológica e para o conhecimento de múltiplos aspectos da sociedade do antigo regime no mundo hispânico e no Portugal da Restauração.

Assim o nosso artigo está estruturado em seis capítulos: 1.º - A metodologia; 2.º - Uma síntese da biografia de D. Francisco Manuel; 3.º - Um estudo de D. Francisco Manuel como entidade produtora de documentação segundo o Método Arquivístico; 4.º - O estudo de elementos que condicionaram a produção de documentação, tais como os locais onde viveu e os criados que teve ao seu serviço; 5.º - Descrição da documentação com recurso a tabelas no texto e em anexo; 6.º - Estudo da história da documentação.

## 1 – Metodologia

Vamos abordar o arquivo como objecto de estudo colocando em prática os princípios da Arquivística Histórica, como são definidos por Maria de Lurdes Rosa, em muitos estudos e em especial no artigo teórico de 2017 onde afirma:

---

<sup>1</sup> Para a elaboração deste estudo temos que agradecer às coordenadoras da Pós-graduação em Arquivística Histórica, Prof. Maria de Lurdes Rosa e Prof. Rita Nóvoa, à nossa orientadora da disciplina de Arquivos de Família, onde apresentámos este trabalho – Prof. Maria João da Câmara Andrade e Sousa, aos nossos colegas António Sameiro, que nos indicou preciosa bibliografia, e Francisco Cimbron por ter obtido reproduções fotográficas de documentos do Arquivo da Família Melo Manuel, custodiados no Arquivo Regional de Ponta Delgada, Açores e a Saïd Fernandes Bouhamara, que realizou as árvores genealógicas segundo as nossas indicações.

*Os ganhos da Ciência Arquivística quanto a uma visão não instrumental dos vestígios do passado e quanto à complexidade da transmissão e da conservação daqueles – aspectos a que o historiador nem sempre deuldá a devida atenção - podem com proveito ser complementados pela prática contextualizadora e comparativa da História, bem como pelo legado desta, em teorias interpretativas da sociedade e da transformação social.* (Rosa, 2017, p. 551)

Para poder aplicar de forma adequada as propostas inovadoras da Arquivística Histórica, que pretende criar uma nova dinâmica pela união dos métodos da Arquivística e da História é necessário aplicar o Método Arquivístico, conforme é explicado por Elio Lodolini (2008, p. 195), Duranti & Michetti (2016), e Michetti (2015), que confere à arquivística o seu estatuto de disciplina científica. Ketelaar (2016, p. 260), concorda que este é o método próprio dos arquivistas.

A principal obra sobre o nosso autor foi escrita por Edgar Prestage, com o título: *D. Francisco Manuel de Melo: esboço biográfico*. Prestage foi um notável historiador, mas com as características da sua época, ou seja, usar os arquivos apenas como um reservatório de informações históricas, como fontes, sendo um indício disso o facto de o autor não colocar índices dos documentos que transcreveu. Por isso iremos elaborar e colocar em anexo os referidos índices, para melhor analisar o desaparecido Arquivo de D. Francisco Manuel de Melo e recorreremos a outros estudos sobre o escritor realizados por historiadores, para assim ultrapassar o «*Archival divide*» identificado por Blouin (2019, pp. 367-378), ou seja o distanciamento entre arquivística e história, característico das últimas quatro décadas.

Tivemos também em conta a tese de doutoramento de Margarida Leme, *Costas com Dom: família e arquivo (Século XV-XVII)*, em especial o segundo capítulo - A reconstrução dos arquivos perdidos, (Leme, 2018, pp. 3-4 e 13-73).

## **2 - D. Francisco Manuel de Melo – síntese da sua biografia<sup>2</sup>**

D. Francisco Manuel de Melo nasceu em Lisboa, em 23 de Novembro de 1608. Era filho de D. Luís de Melo e de D. Maria de Toledo de Maçuelos

---

<sup>2</sup> O conhecimento da biografia de D. Francisco Manuel está dividido em dois períodos – o primeiro, anterior a Prestage e o segundo posterior aos seus trabalhos publicados entre 1905 e 1942, sendo o mais importante a pormenorizada biografia, que designou modestamente por *Esboço biográfico*, publicada em 1914, onde revelou muitos aspectos da vida do grande escritor, que eram desconhecidos. Para elaborar este resumo biográfico, além dos contributos do historiador inglês, tivemos em consideração os seguintes contributos mais recentes: o estudo de Gastão de Melo Matos, amigo de Prestage e a Prosografia de D. Francisco Manuel de Evelina Verdelho.

filha de D. Isabel Correia de Leão. O ramo familiar paterno tinha relações de parentesco com famílias muito ilustres, como a família de apelido Manuel, de Espanha, e com a Casa de Bragança. Órfão de pai desde os seis anos viveu juntamente com a sua mãe e irmã, D. Isabel de Melo, numa casa situada na Calçada do Combro, que eram de seu avô materno, Bernardo Carrilho de Maçuelos. Recebeu uma tença, estudou no Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus e começou a prestar serviços militares com 17 anos em 1625, foi armado cavaleiro e recebeu o hábito da Ordem de Cristo, em 1634. Em 1637, era capitão e, em 1639, mestre de campo, tendo participado em combates navais, ao largo da costa portuguesa. Em 1639 participou na Batalha Naval das Dunas, entre Espanhóis e Holandeses; em 1640 foi conselheiro do comandante das tropas Espanholas, na Guerra da Catalunha; em 1641 passou para o serviço de Portugal, e comandou uma grande esquadra com reforços para o exército português reunidos na Holanda, no mesmo ano. Em Portugal organizou a deslocação, o abastecimento e o pagamento de soldados, serviu um ano no Alentejo, tendo participado em diligências relativas à formação do exército, à fortificação de fortalezas e à condução de prisioneiros do Exército Espanhol.

D. João IV fez-lhe mercê, em 1643, da comenda de Santa Maria de Espinhel e da anexa de Oiã, as duas na região de Águeda. Apesar disso D. Francisco Manuel não recebeu funções à altura das suas qualidades e experiência e, em Novembro de 1644, foi preso falsamente acusado de estar envolvido num homicídio. Os verdadeiros motivos que levaram a ter sido acusado e a não ser perdoado por D. João IV ainda hoje são desconhecidos.

Apesar do seu estatuto de nobre entre os nobres, com grandes serviços prestados aos reis e tendo recebido o apoio de grande número dos seus pares, que intercederam por ele junto do rei, D. Francisco Manuel esteve preso desde 1644 a 1655 e desterrado no Brasil entre 1655 e 1658. Em Março de 1658, o escritor partiu do Brasil, sem licença para tal, e ficou algum tempo no seu morgado da Ribeirinha, próximo de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel. Em Setembro de 1659 estava já no Continente, na região da sua comenda de Espinhel. Só em 30 de Julho de 1662, lhe foi concedido o perdão da pena de degredo perpétuo no Brasil, nove dias depois da nomeação do Conde de Castelo Melhor, seu parente, para o cargo de escrivão da puridade de D. Afonso VI.

Em 1637, D. Francisco Manuel já tinha desempenhado funções diplomáticas durante as Alterações de Évora, ao serviço dos Filipes e agora a partir de Fevereiro de 1663 foi enviado a Inglaterra, França, Parma e Roma (onde publicou as *Obras Morales* e as *Cartas Familiares*, as duas em 1664) para tratar de importantes negócios do Estado, nomeadamente, o ajuste do

casamento do rei de Portugal, D. Afonso VI e a questão da provisão dos bispados vagos, o que equivalia ao seu reconhecimento como legítimo rei de Portugal. Terá visitado Veneza e voltou a Portugal passando por Pisa, Lyon, onde editou as suas obras poéticas, e Paris. Em Portugal, desde Janeiro de 1666, foi nomeado deputado da Junta dos Três Estados e faleceu logo em 24 de Agosto de 1666.

### **3 - D. Francisco Manuel de Melo, visto como entidade produtora de documentação**

A análise da bibliografia publicada sobre D. Francisco Manuel permitiu-nos conhecer um conjunto de obras e estudos que são fundamentais para a análise das características da entidade D. Francisco Manuel de Melo. Além da obra de Prestage, identificámos um estudo fundamental para este fim que é a obra da autoria de Camões Gouveia - *O tempo de um retrato: A ideia de nobre em D. Francisco Manuel de Melo* (Gouveia, 1985), o que veio confirmar o prestígio deste trabalho académico.

O referido estudo facilita-nos muito a tarefa pois identifica com grande rigor e clareza através da análise da obra do escritor, os principais aspectos que definem o homem, no seu tempo e na sociedade onde viveu.

Em primeiro lugar D. Francisco Manuel é um nobre, ou seja, «o homem que está para lá do individuo, que possui um valor que se transmite pelo sangue» (Gouveia, 1985, p. 27), com obrigações que há que cumprir e correspondem à eternidade-Deus, à continuidade do eu-nobre. «Ide com Nosso Senhor. Lembrai-vos sempre dele e de quem sois» (Gouveia, 1985, pp. 111-113).

Em segundo lugar é um nobre entre nobres, «Membro de um grupo com uma posição cultural forte e definida» (Gouveia, 1985, p. 39). Este facto apresenta três aspectos:

1º - O cultivo da amizade entre iguais «eu só sou amigo de homens dignos de louvar» (Gouveia, 1985, p. 40). «Segui os bons. Obedecei aos maiores» (Gouveia, 1985, p. 113).

2º - O desempenho de serviços entre os nobres «como serviu aqueles que amava e o amavam? Em duas grandes áreas: o serviço militar e a actividade diplomática» (Gouveia, 1985, p. 40-42).

3º - «É um homem que repudiando o ócio quer ainda servir e o faz escrevendo.» (Gouveia, 1985, p. 49).

Camões Gouveia refere: «É próprio do nobre ter criados» (1985, pp. 87-88), mas só refere de passagem a questão da riqueza, no entanto as

propriedades também fazem parte do ser nobre pois são herdadas pelo sangue ou obtidas como recompensa dos seus serviços como nobre.

Para estes aspectos é preciso complementar a sua análise com recurso aos trabalhos mais recentes da Arquivística Histórica, que focam de forma inovadora e alargada as questões das propriedades e dos litígios judiciais, como por exemplo a tese de doutoramento de Maria João da Câmara Andrade e Sousa (2017, p. 60, 234 e 279-280).

Com base no exposto podemos apresentar o seguinte quadro que resume a estrutura da entidade produtora de documentação, ou seja, as principais características de D. Francisco Manuel que enquadraram e definiram a sua produção documental:

1 – Genealogia.	A primeira secção do nosso esquema é a genealogia, pois a linhagem, o sangue, são os elementos que integram o nobre num grupo exclusivo.
2 – O nobre entre nobres.	O pertencer a esse grupo implica um comportamento específico e um conjunto de obrigações.
2.1 – A sociabilidade.	A primeira obrigação é o amor pelos seus, no âmbito da família e das relações sociais com os seus iguais.
2.2 - Serviços militares.	A segunda obrigação é prestar serviços militares, que sempre foi visto como a principal função do nobre.
2.3 - Serviços diplomáticos.	A terceira obrigação é a diplomacia. O nobre pela sua distinção, e facilidade de relacionamento social está especialmente preparado para exercer estas funções com o brilho e a grandeza própria de quem representa.
2.4 – O Escritor	Escrever, para um nobre como D. Francisco Manuel, é também outra maneira de servir
3 – As propriedades e os criados.	É próprio do nobre ter criados e também propriedades e rendimentos que herda pela sua pertença a uma linhagem, ou que adquire como recompensa pelos seus serviços ao rei.
4 – Os litígios judiciais.	Os litígios judiciais estão muito ligados à administração das propriedades. O caso de D. Francisco Manuel é menos comum pois os seus problemas com a justiça são principalmente do âmbito do direito criminal ao ter sido falsamente acusado de estar envolvido num assassinio.

Tabela 1 – Fonte: Prestage.

## 4 - O contexto físico e humano

«Senhor meu. Casa limpa. Criados bons. Hum que os mande. Paga certa. [...] Prata muita. [...] Alfaias todas. Armações muitas. Pinturas

as melhores. Livros alguns. Armas que não faltem. Casas próprias.  
Quinta pequena. Missa em casa.».  
(Melo, 1997, p. 191)

D. Francisco Manuel herdou propriedades e rendas em especial da sua avó materna, D. Isabel Correia de Leão, tais como as Casas na Rua das Pedras Negras, a casa na Calçada do Combro, onde viveu até cerca de 1639, herdou de seu avô paterno, D. Francisco Manuel da Câmara, as propriedades do morgado da Ribeirinha em São Miguel, possuía uma Quinta em Entre-Os-Rios<sup>3</sup> e as propriedades em Espinhel ligadas à sua comenda da Ordem de Cristo que lhe foi concedida por D. João IV.

Durante a sua vida adquiriu uma capela na Igreja do Convento de Nossa Senhora de Jesus, em 1647, onde foram sepultadas a sua avó materna, a sua mãe e a sua irmã, em 1636, mas por desinteresse dos seus descendentes do ramo colateral, para quem os seus bens passaram, a capela ficou abandonada e foi retirado o letreiro colocado numa das colunas, não se sabendo se as suas ascendentes ainda permanecem nos locais onde foram inumadas.

Adquiriu uma Quinta em Alcântara, em data desconhecida<sup>4</sup> e na qual viveu depois de voltar do exílio, por curtos espaços de tempo até falecer (Prestage, 1942, p. 330). D. Francisco depois de ter perdido a sua casa da Calçada do Combro, por dívidas contraídas por seu avô, viveu numa Casa no Rossio e noutra perto da casa dos Bicos, esteve preso na Torre de Belém, na Torre Velha situada na Caparica, no Castelo de S. Jorge, e esteve desterrado na Baía no Brasil. Um quadro de grande instabilidade propício à perda e descaminho de documentos.

Anteriormente tinham-se verificado perdas de documentos quando foi preso em Espanha em 1640 (Prestage, 1914, p. 602). Camões Gouveia (1985), como vimos, refere que o possuir criados é próprio do Nobre. O principal criado de D. Francisco Manuel de Melo foi António Varela. Em 1647, com procuração do seu amo (Prestage, 1914, p. 393), celebrou o contrato da capela na Igreja de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Jesus. D. Francisco Manuel nomeou-o seu testamenteiro e tutor do filho. Prestage (1914, p. 401), nota que é estranho que o escritor com tantos amigos tenha escolhido um criado para essas funções. No entanto somos de opinião que tendo em conta

---

<sup>3</sup> Evelina Verdelho visitou esta propriedade. Ver (Verdelho, 2020, p.677).

<sup>4</sup> Prestage obteve uma fotografia de cerca de 1938, quando ainda existiam vestígios dela.

as qualidades que todos sempre reconheceram em D. Francisco Manuel, o facto de ele escolher António Varela para executar tarefas de grande confiança demonstra que devia ser pessoa de elevadas qualidades. Ele nunca é referido entre os criados que acompanharam D. Francisco em acções militares e viagens diplomáticas, por isso era o servidor de confiança que cuidava da administração das propriedades e da defesa dos interesses do escritor durante os períodos de ausência, prisão e desterro e que dirigia os outros criados quando não estava em viagem: «Um que os mande» (Melo, 1997, p. 191).

Temos documentação que comprova os seus serviços desde 1647 a 1668, nesta última data como tutor do filho e testamenteiro do pai, como vimos acima.

Os criados, em 1626 eram os seguintes: Rafael Gonçalves, Manuel da Silveira, Lourenço Carvalho. Em datas desconhecidas: Bernardo Coutinho, que o serviu muito tempo, faleceu em sua casa e era irmão de Jerónimo Leite referido abaixo. João Vicente, que foi despedido por D. Francisco Manuel e, por vingança, esteve envolvido na falsa acusação que o levou á prisão e ao desterro, entre 1644 e 1658.

Em 1663: Pedro de Sousa (que será o mesmo referido como Pedro de Sousa Azevedo, em 1668), Jerónimo Leite, João Gonçalves, Ventura Manuel, Baltazar Francisco e Gonçalo Lopes de Oliveira que testemunhou nos processos por dívidas em 1666 (Vilhena, 1932).

Sobre estes criados apenas existem informações sobre Jerónimo Leite, pelas declarações consignadas no processo por dívidas que moveu ao herdeiro de seu amo. Declara-se - «moço nobre e estudante na Universidade de Coimbra». Foi criado de D. Francisco durante oito anos, desde 1658 a 1666, como pajem, camarista e estribeiro, tendo-o acompanhado em todas as suas viagens a Itália, França e Inglaterra (Vilhena, 1932, pp. 11-14). D. Francisco Manuel terá usado alguns destes servidores, em especial o último, para o ajudar a redigir cópias de documentos e de cartas expedidas. Existem cartas com assinatura original de D. Francisco, mas em que o texto não é da sua letra (Sarmiento, 1981, p. 20). Ele próprio declara, numa carta de 13 de Fevereiro de 1650, referida por Prestage (1914, p. 251), que, por estar doente, enviou uma carta com - «... letra... melhor que a minha». O escritor afirma na carta aos leitores da 1ª edição das *Cartas Familiares*, publicada em Roma, no ano de 1664, que escreveu 22 600 cartas enquanto esteve preso e o seu amigo e biógrafo João Franco Barreto faz elevar esse número a 30 000 (Rau, 1968, p. 17), o que só poderia ter feito com a ajuda de secretários.

## 5 - A documentação conhecida

A documentação que vai ser objecto de análise neste estudo é constituída por um conjunto de cerca de uma centena de documentos quase todos produzidos por D. Francisco Manuel, que foram transcritos ou descritos por Prestage entre 1910 e 1914. Incluem um primeiro conjunto de documentos na posse do Conde da Silvã e um segundo conjunto que integra documentos existentes em diversos arquivos dos quais D. Francisco Manuel teria, com elevado grau de certeza, cópias ou originais na sua posse. Um terceiro conjunto de documentos são os das suas obras literárias também referidas por Prestage. Este último conjunto pelo seu carácter específico coloca problemas complexos na sua análise pelo que o iremos referir de forma muito sucinta. É conhecido o paradeiro de poucos originais e muitas cópias.

O primeiro conjunto estava na posse dos Condes da Silvã, que autorizaram Eugénio do Canto a mandar transcrever os documentos e oferecer a transcrição a Prestage. O historiador inglês nunca viu a referida documentação como fica claro pelas suas palavras no prefácio do *Esboço Biográfico*: «Segundo me comunica o Sr. Eugénio do Canto, o códice que contém estes documentos é um volume em formato de papel almaço» (Prestage, 1914, p. XV).

A documentação publicada por Prestage está, actualmente, em paradeiro desconhecido, mas possivelmente, com alguma sorte, nalgum arquivo nos Açores. Sobre esta questão ver o capítulo seguinte.

Este primeiro conjunto documental integra as seguintes tipologias: 24 certidões, 19 cartas recebidas, 1 instrução, 2 alvarás e 3 cartas expedidas. No *Esboço Biográfico*, em 1914, são publicadas as transcrições de mais 4 documentos, 1 memorial, 3 cartas expedidas e o índice de um códice de folhas com documentos. Ver tabela no anexo 1, com mais documentos.

DOCUMENTOS SILVÃ - TIPOLOGIAS POR SECÇÕES.			
	SERVIÇOS MILITARES.	CORRESPONDÊNCIA.	LITÍGIOS JUDICIAIS.
Certidões	24		
Cartas recebidas	19		
Alvarás	2		
Instrução	1		
Memorial			1
Cartas expedidas		6	

Tabela 2 - Tipologias documentais por secções. Fonte: Edgar Prestage.

Neste quadro fica visível que a maior parte da documentação foi produzida para servir de prova da participação em acções militares, que era a principal função do nobre e que o definia. D. Francisco Manuel era um nobre e tinha uma forte motivação para ascender mais ainda na escala social e aumentar o património e o prestígio da sua linhagem. Se não tivesse sido objecto de uma perseguição por motivos desconhecidos teria vindo a desempenhar elevadas funções e a obter grandes recompensas.

D. Francisco Manuel de Melo tinha uma elevada consciência da importância da produção documental para atingir tal fim e preocupava-se em documentar todos os seus actos quase no próprio momento em que os executava. Assim, por exemplo, quando participou no combate com um navio turco durante um dia inteiro, em 28 de Março de 1628, uma acção de guerra viva, pediu logo ao comandante do navio para ser armado cavaleiro e pediu que elaborasse uma certidão dos seus feitos em combate e da cerimónia em que foi armado cavaleiro. Em muitas das acções que participou pedia imediatamente aos comandantes com quem tinha servido para lhe passarem as devidas certidões. Posteriormente requeria junto de organismos da Coroa comprovativos de ter embarcado nos navios onde tinha participado nas acções militares já documentadas pelas certidões dos respectivos comandantes. As cartas registadas no quadro acima foram remetidas a D. Francisco Manuel por comandantes militares, pelo embaixador de Portugal na Holanda e pelo rei D. João IV, com as ordens que ele tinha de cumprir nas diversas acções em que participou. O único documento identificado como Instrução tinha o mesmo fim e os alvarás foram emitidos para D. Francisco Manuel apresentar a diversas autoridades para o apoiarem na execução das tarefas militares de que tinha sido incumbido.

D. Francisco Manuel produtor da documentação usou-a em várias ocasiões, sendo que os mesmos certificados serviram para ser admitido na Ordem de Cristo, no reinado de Filipe III de Portugal e posteriormente, junto com outros, para obter a mercê de uma comenda na mesma ordem concedida por D. João IV.

Ao analisar este conjunto de documentos produzidos por D. Francisco Manuel de Melo fica patente a grande consciência arquivística do nobre, combatente, diplomata e escritor.

Por isso podemos definir outro conjunto de documentos que certamente terão integrado o arquivo de D. Francisco, mas dos quais só existem os registos, nas chancelarias régias, na Chancelaria da Ordem de Cristo, no Record Office inglês, em Paris no Ministério dos Negócios Estrangeiros e que são transcritos por Prestage (1914) a partir desses arquivos.

Se D. Francisco teve tanta preocupação em documentar os seus actos como o conjunto anterior demonstra, também terá tido a mesma preocupação relativamente aos serviços que prestou na parte final da sua vida e por isso existe uma elevada probabilidade de os ter consigo na data da sua morte. Estes documentos e outros estão elencados e descritos no anexo nº 1.

DOCUMENTOS EM DIVERSOS ARQUIVOS - TIPOLOGIAS POR SECÇÕES							
	GENEA- LOGIA	CORRESPON- DÊNCIA.	MERCÊS POR SERVIÇOS MILITARES	SERVIÇOS DIPLOMÁTI- COS	PROPRI- EIDADES	PEÇAS DE PROCESSOS JUDICIAIS	TOTAIS
Instruções				3			3
Procurações				1			1
Cartas de recomen- dação				2			2
Passaportes				1			1
Memorais				1			1
Cartas expedidas		4		3			7
Cartas e alvarás			19			2	21
Certidões de bap- tismo e óbito.	2						2
Letreiro					1		1
Decretos						1	1
Pareceres						2	2
Sentenças						1	1
Contratos					1		1

Tabela 3 - Documentos em diversos arquivos. Fonte: Edgar Prestage.

Mas onde D. Francisco Manuel demonstra a sua elevada consciência do valor da documentação, valor de prova e valor histórico, assim como da necessidade de a comunicar ao maior número de pessoas, é na atenção que concedeu à sua correspondência privada. D. Francisco não só produziu um elevadíssimo número de correspondência enviada às numerosas pessoas das suas relações familiares e sociais como teve a preocupação de manter um copiador dessa correspondência, ordenou-a, reviu e editou-a, (para isso terá tido a colaboração de algum dos seus criados, ver hipótese que colocámos acima) sendo em Portugal o primeiro caso da publicação de uma

correspondência privada. Como diz Camões Gouveia o ser nobre implicava um público. O nobre vivia em sociedade com os seus iguais, mas não foi só para eles que D. Francisco se esforçou tanto para divulgar e preservar o seu legado literário, foi também por ser um cristão, um homem imbuído de transcendente, com um horizonte humano – a posteridade e outro divino – a eternidade.

## **6 - A história do arquivo de D. Francisco Manuel de Melo**

Como dissemos acima na data da sua morte súbita<sup>5</sup>, em 24 de Agosto de 1666, D. Francisco Manuel de Melo residia na sua Quinta de Alcântara, onde o seu arquivo ficou à guarda de seu filho e do seu criado António Varela. Em 1668, dois primos de D. Francisco Manuel vieram a Portugal, D. Francisco de Melo proveniente da Haia onde era embaixador (Flor, 2015, p. 362), e D. Jerónimo Manuel vindo da Índia onde era Almirante, viagem para a qual pediu autorização em Janeiro desse ano ao Vice-rei (Manuscritos Founds Portugais, 2001, p. 304). Esta viagem a Portugal dos dois primos, marcada com muita antecedência, foi com certeza para resolverem importantes negócios de família. Por um lado, D. Francisco de Melo obteve a concessão da mercê de Senhor da Silvã, o que o deixou decepcionado (Flor, 2015, p. 372), pois ambicionava um título, até para melhor desempenhar as suas funções de embaixador. Tal não aconteceu e, como refere Nuno Gonçalo Monteiro, as famílias que não obtiveram a titularidade neste período, posterior ao fim da Guerra da Restauração, ficaram na maior parte dos casos arredadas de tal honra devido à estagnação da concessão de títulos até ao fim do Antigo Regime. A cristalização que o autor descreveu (Monteiro, 2003, p. 38), ou seja, a não atribuição de novos títulos de nobreza. D. Francisco de Melo, numa carta (Flor, 2015, p. 374), queixa-se do facto de os serviços de seu irmão D. Jerónimo, falecido em 1671, na Índia e de seu primo D. Francisco Manuel, não terem sido devidamente reconhecidos.

---

<sup>5</sup> Inclina-mo-nos para que tenha sido súbita, pois D. Francisco Manuel não sofria de doenças crónicas e uma carta do Marquês de Sande ao seu Primo D. Francisco de Melo, de 31 de Março de 1666, retrata-o num momento feliz da sua vida (ver Prestage, 1914, p. 391).

# Família Melo Manuel

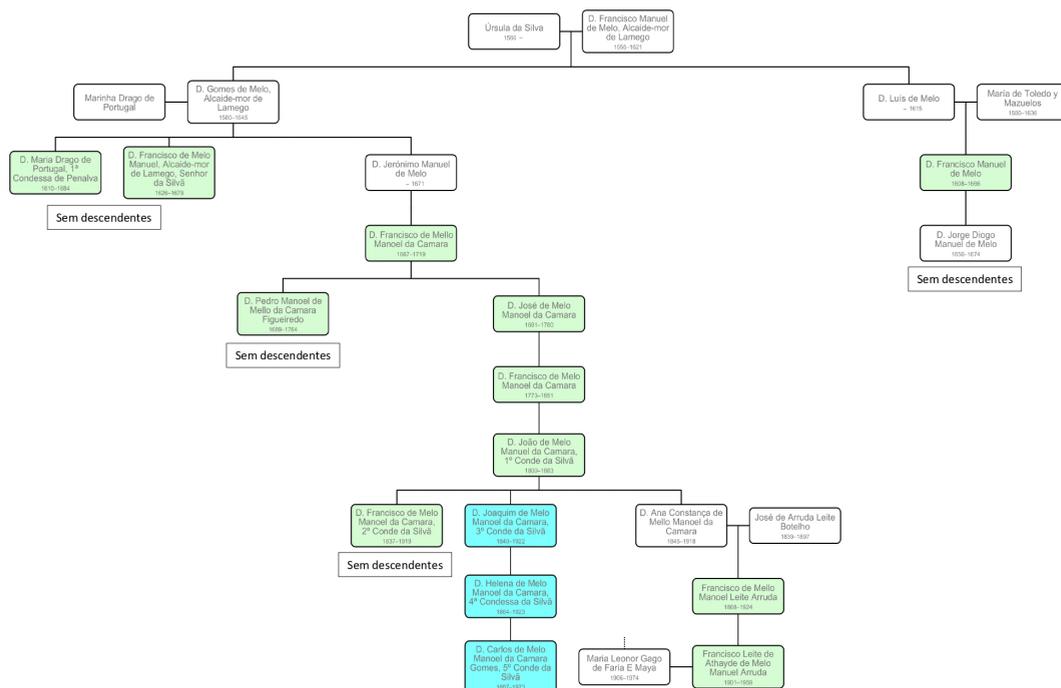


Imagem 2 - Árvore genealógica da família Melo Manuel. A verde os sucessivos detentores da documentação.

Fonte: Edgar Prestage (1914) e Graça (2002). Autor: Saïd Fernandes Bouhamara.

Nas suas diligências para obter recompensas, D. Francisco de Melo alegou os serviços do seu falecido primo. Para isso usou documentos do Arquivo de D. Francisco Manuel e pediu uma nova certidão dos serviços de seu primo (ver documento nº 3, em Prestage, 1914, pp. 429-31, n.º 48 do Anexo 1). D. Jerónimo de Melo voltou para a Índia, mas em 27 de Outubro de 1670, D. Pedro II, fez-lhe mercê do posto de general dos galeões de alto bordo (Founds Portugais, 2001, p. 220), o que possivelmente poderá ter sido resultado das diligências desenvolvidas em fins de 1668, inícios de 1669.

Por outro lado, devem ter tratado de questões ligadas ao filho de D. Francisco Manuel de Melo, que provavelmente iria atingir a maioridade nesta época e seria o detentor do arquivo de seu pai. D. Jorge Manuel posteriormente passou a servir o rei francês, Luís XIV, como era comum nos nobres desta época e morreu em combate na Batalha de Seneffe, em 1674. O herdeiro dos seus bens foi o primo do pai, D. Francisco de Melo, que até falecer em 1678 continuou a exercer as funções de embaixador sem nunca voltar a Portugal. Pela sua morte os herdeiros foram a irmã D. Maria de Portugal, que estava em Londres, onde faleceu, e o sobrinho, filho do irmão Jerónimo, que nessa data estava ainda na Índia.

D. Francisco de Melo nomeou diversos executores do seu testamento, sendo que em Portugal eles foram: Cristóvão de Almada, seu primo Simão de Vasconcelos e Francisco Lopes Franco. Por outro lado, existe a hipótese que António Varela tivesse continuado a servir o filho de D. Francisco Manuel e ficasse com a guarda do Arquivo depois do seu falecimento em combate.

O filho de D. Jerónimo voltaria da Índia e distinguiu-se como militar ao serviço de D. Pedro II e D. João V. Dele descendem os que receberam o título de Conde da Silvã, já num outro contexto histórico durante o regime da Monarquia Constitucional, em 1852.

Como dissemos acima, só a partir de 1905 Prestage vem mudar o panorama dos estudos sobre D. Francisco Manuel de Melo. Publicou livros e investigou fontes portuguesas. Em 1909 o seu amigo Eugénio do Canto obteve licença do 2º Conde da Silvã para copiar os documentos relativos ao seu antepassado D. Francisco Manuel de Melo, que tinha na sua posse. Eugénio do Canto remeteu a Prestage um conjunto de cópias de cinquenta documentos, que o historiador inglês se apressou a mandar imprimir logo nesse ano. No mesmo ano publicou uma separata com a transcrição de documentos relativos a D. Francisco Manuel, que tinha encontrado em arquivos portugueses. Com este conjunto elaborou a sua biografia de D. Francisco, na qual publica e refere mais documentos provenientes do Arquivo do 2º Conde da Silvã.

Este acesso, por partes, aos documentos de D. Francisco na posse da família demonstra que eles não estavam organizados e devidamente identificados, pois se estivessem todos juntos, como deviam estar formando um fundo documental separado dentro do Arquivo da família Melo Manuel, Eugénio do Canto teria tido conhecimento deles. Sem o recurso a arquivistas competentes os detentores de arquivos privados muitas vezes não sabem o que têm, nem o respectivo valor.

Analisando esta história custodial até 1910, ficam patentes diversos factos fundamentais: depois da morte de D. Francisco Manuel de Melo a sua documentação ficou na posse do seu testamenteiro e criado de confiança, que enfrentou diversos processos por dívidas que levaram à penhora de bens da herança (Vilhena, 1931). O filho de D. Francisco Manuel, como já dissemos, faleceu prematuramente em França, em 1674, e depois a herança continuou a ser administrada por testamenteiros na menoridade do filho do seu primo mais novo D. Jerónimo, que viria a herdar o conjunto dos bens da família, depois de voltar da Índia e de atingir a maioridade.

Este quadro acabado de descrever foi muito propício ao descaminho, venda e perda de documentos.

A partir de 1720 foram publicados uma série de inéditos e um conjunto de reedições de obras de D. Francisco Manuel de Melo. Nestas acções de

divulgação e preservação da sua obra não se verificou qualquer intervenção dos seus descendentes por via colateral. As edições foram sempre feitas com recurso a cópias das suas obras datadas dos fins do século XVII.

Outro exemplo da atitude de distanciamento dos descendentes do primo de D. Francisco Manuel de Melo foi o caso relatado por Prestage (1914, p. 396) – em 1752 os Frades da Ordem terceira de S. Francisco mandaram citar D. Pedro Manuel de Melo para pagar os encargos com a capela instituída por D. Francisco Manuel, em 1647. D. Pedro alegou que não possuía bens da capela e que não era herdeiro de D. Francisco Manuel! Mas era primo em 3º grau de D. Francisco Manuel, pois era neto de D. Jerónimo, primo co-irmão do escritor. (ver a árvore genealógica da família Melo Manuel).

Quando analisamos a história custodial de certos documentos produzidos por D. Francisco Manuel, como, por exemplo, o manuscrito do *Diálogo das Fontes* verifica-se um grande hiato temporal, desde que o autor pede a devolução ao seu amigo António Luís de Azevedo, em 1663, até à data em que este manuscrito aparece na posse do grande colecionador Conde do Redondo, manuscrito incluído no catálogo dos livros que depois serão vendidos pela sua viúva ao Rei D. José, conforme afirma Manuppella (1962, p. XX). Nos nossos dias onde estão os documentos que fazem parte do núcleo fundamental do Arquivo de D. Francisco Manuel de Melo e que foram transcritos ou referidos por Prestage? Infelizmente em paradeiro desconhecido!

Maria da Conceição Morais Sarmiento, que cuidou da mais recente edição das *Cartas Familiares* (1981, p. 21), refere que tentou encontrar os originais de três cartas inéditas transcritas do arquivo dos Condes da Silvã no *Esboço Biográfico*, mas sem resultado.

Evelina Verdelho (2020, pp. XIII-XIV), na sua edição das *Tês Musas do Melodino*, refere as tentativas que fez para localizar as poesias que foram referidas por Prestage (1914, p. 609), como pertencendo ao Arquivo do Conde da Silvã, também em vão.

O que sabemos sobre o Arquivo dos condes da Silvã é o seguinte: O 2º Conde da Silvã, que tinha autorizado a consulta e transcrição dos documentos por Eugénio do Canto, por não ter descendência, legou o Arquivo ao seu sobrinho, Francisco de Melo Manuel Leite Arruda, filho da irmã mais nova.

Esta atitude é estranha, pois os representantes do título de Conde da Silvã, reconhecidos por D. Manuel II, já no exílio, são os descendentes do irmão mais novo do 2º Conde, D. Joaquim de Melo Manuel da Câmara, e que nos nossos dias vão já na 7ª geração (Graça, 2002, pp. 150-152). Este facto terá sido devido, provavelmente, a algum conflito entre os dois irmãos.

## Família Faria e Maya

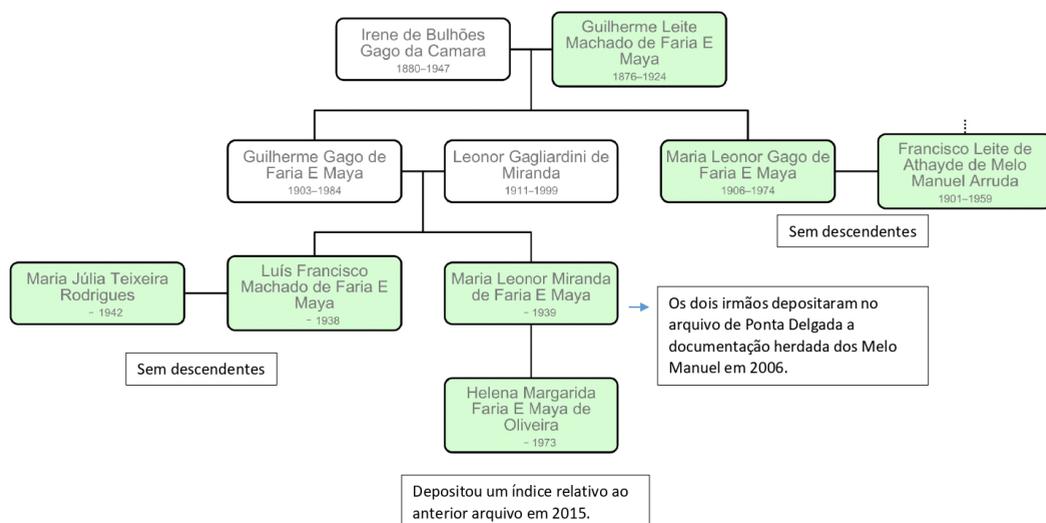


Imagem 3 - Árvore genealógica da família Faria e Maia. A verde os sucessivos detentores da documentação.  
Fonte: Graça (2002). Autor: Saíd Fernandes Bouhamara.

O filho do referido sobrinho, Francisco Leite de Ataíde de Melo Manuel Arruda, que por sua vez herdou o Arquivo, teve a pretensão de ter direito ao título de Conde da Silvã, o que não tinha qualquer base, pois quem o herdou com toda a legitimidade foi seu tio, que só não herdou o respectivo arquivo pela estranha decisão de seu irmão mais velho. Com grande nível de certeza elaborou por esse motivo um índice dos documentos do Arquivo, provavelmente na década de quarenta do século XX, pois a elaboração destes documentos de descrição estava sempre ligada a alguma ocasião ou motivo especial (Sousa, 2017, pp. 294-295).

Ao ter falecido sem descendência, em 1959, o Arquivo foi herdado pelos seus sobrinhos, por afinidade, de apelido Faria e Maia, que legaram o acervo documental do Arquivo da Família Melo Manuel, ao Arquivo Regional de Ponta Delgada, em 2006 e posteriormente ofereceram o referido índice, em 2015.

Pudemos analisar o índice, na parte referente às letras C a E, através de reproduções fotográficas, e nele não são catalogadas as certidões e cartas que constituem a parte mais substancial do conjunto publicado por Prestage, descrito no nosso anexo nº 1.

As hipóteses que servirão para as investigações com o objectivo de localizar esta documentação são as seguintes: os documentos podem ter ficado na posse de Eugénio do Canto e estarão hoje no respectivo Arquivo, que está

por catalogar; a documentação terá continuado na posse dos descendentes do irmão do Conde da Silvé a quem foi reconhecido a representação do título, ou estará misturada no acervo da Família Melo Manuel, legado pelos membros da família Faria e Maya, não tendo sido abrangida pelo índice.

No entanto a questão pode ser muito mais complexa e grave. Nas nossas investigações pudemos detectar que Francisco Leite de Ataíde de Melo Manuel Arruda manteve uma relação pouco esclarecida e estranha com a documentação de D. Francisco Manuel de Melo, que seu pai herdou por decisão do 2º Conde da Silvé, como o indicam os factos que vamos descrever.

Em 1921, na Revista de História, um Padre de S. Miguel, identificado apenas pelas iniciais - A. P. M., publicou a certidão de óbito de D. Francisco Manuel de Melo. A certidão foi pedida em 1822<sup>6</sup>. O referido Padre diz no mesmo artigo: «o meu prezado amigo o Sr. Conselheiro Dr. Francisco de Mello Manuel Leite Arruda (Silvan) que, gostosamente, me deu licença para copiar a certidão de óbito que conserva no seu riquíssimo archivo, onde guarda preciosos e raros manuscritos do seu ilustre antepassado.»<sup>7</sup>!

Esta publicação da certidão de óbito apresenta um carácter duplamente acintoso para Prestage. Por um lado Francisco Arruda divulga (por intermédio de alguém que não era investigador) um documento desconhecido de Prestage, com o muito provável intuito de diminuir o trabalho do historiador inglês e escolhe como veículo dessa publicação precisamente a revista onde Prestage tinha publicado diversos artigos nas primeiras décadas do século XX.

O referido Francisco Leite Manuel Arruda, recebeu pedidos de Prestage sobre a documentação que tinha herdado, mas apesar de afirmar ao historiador inglês, que tinha mais cartas, enviando até pequenos extractos, nunca autorizou transcrições nem cedeu documentos a Edgar Prestage, mesmo sabendo do interesse deste, que manteve até ao fim da vida, e do seu grande merecimento pela dedicação à figura de D. Francisco Manuel<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> A hipótese mais provável é que tenha sido obtida por D. Francisco Manuel de Melo da Câmara, que foi colecionador de livros antigos e documentos de arquivo e como tal teria interesse na vida do seu antepassado.

<sup>7</sup> Revista de História, 1921, Tomo X, pp. 154-155.

<sup>8</sup> Um indício muito significativo desta dedicação, mas quase desconhecido, foi o facto de os exemplares do *Esboço biográfico*, na sua 1.ª edição, de 1914, terem sido acompanhados por uma cartolina rectangular de cor amarela (hoje em dia raríssima, só conhecemos um exemplar com este documento na posse de um privado, o Sr. Pedro Castro e Silva, Livreiro-Alfarrabista), em que o autor pedia aos seus leitores que lhe enviassem para a Academia das Ciências de Lisboa todas as informações que tivessem conhecimento, documentos e espécies bibliográficas. Pedido para pessoas esclarecidas e muito diferentes de Francisco Arruda. A excelente edição fac-similada do *Esboço biográfico* realizada pelas edições Fenda em 1996 não reproduz este documento.

Prestage, em 1942, publicou um conjunto de novas informações e dados bibliográficos que tinha ido reunindo, mesmo com a distância e a guerra. Nesse artigo, (tradução nossa) afirma: «Entre os papéis do Dr. Arruda existe, ou existiam, nove cartas de D. Francisco Manuel,» (1942, p. 330). A frase é sibilina e deixa-nos a pensar! Existiam? Francisco Arruda só faleceu em 1959! Prestage parece insinuar que Francisco Arruda desencaminhou ou destruiu os documentos? Onde estão os documentos de D. Francisco Manuel? *Quare?*

## Conclusões

Acabamos de fazer uma breve, mas fascinante investigação, aplicando os princípios da Arquivística Histórica, sobre as características da documentação produzida por D. Francisco Manuel de Melo, no contexto da sua condição de nobre e na época do Antigo Regime. Tentámos compreender os motivos porque foi produzida, como foi usada pelo produtor e pela família, fizemos os esforços possíveis para seguir a sua história custodial até aos nossos dias.

Conseguimos identificar cerca de uma centena de documentos que pertenceram de certeza ao Arquivo de D. Francisco Manuel, sem contar os documentos relativos a obras literárias.

Com base neste trabalho podemos apresentar várias linhas de investigação para atingir um maior conhecimento do Arquivo de D. Francisco Manuel. Em primeiro lugar é necessário realizar extensas buscas nos Arquivos portugueses e estrangeiros para detectar mais documentação que neles exista relacionada com D. Francisco Manuel; é necessário pesquisar na documentação ainda inédita e por organizar existente no Arquivo Regional de Ponta Delgada; pesquisar a documentação da sua família, tal como a vasta correspondência diplomática do primo D. Francisco Melo e de outros parentes mais distantes que exerceram funções diplomáticas, na sua época; assim como aumentar o conhecimento em geral do contexto da produção documental e da história do século XVII, através das investigações sobre os arquivos de família do Antigo Regime.

O presente trabalho demonstra a grande importância do estudo dos arquivos de família para a compreensão de cada um dos indivíduos que as integram, conferindo muito maior profundidade às suas acções e possibilitando compreender as limitações e qualidades de cada pessoa inserida na sua classe e no seu tempo.

O estudo do Arquivo da Família Melo Manuel, que foi depositado no Arquivo Regional de Ponta Delgada é essencial para compreender melhor o escritor e, por sua vez, o aumento dos nossos conhecimentos sobre o escritor possibilitará uma visão muito mais exacta da sua família em especial dos elementos mais próximos.

Por fim o aprofundamento do conhecimento do que teria sido o arquivo de D. Francisco Manuel de Melo permitirá aumentar o conhecimento da sua obra literária e do contexto onde ela foi escrita.

Uma última conclusão negativa e de carácter geral sobre a cultura portuguesa dos últimos 250 anos, impõe-se ao terminar este trabalho. É o continuado desinteresse, laxismo e falta de consciência dos valores culturais, como estruturantes de uma sociedade livre e desenvolvida, que caracteriza Portugal. De um dos maiores escritores portugueses, que teve uma vida aventureira e fascinante nada resta! Tudo desapareceu: as casas onde morou, cuja localização exacta é desconhecida, as sepulturas da sua irmã, da sua mãe, da sua avó, a sua sepultura, o seu Arquivo, os originais da maior parte das suas obras literárias! Tudo perdido! Tudo destruído! *Quare?*

Esta interrogação - *Quare*, ou seja, porquê, passou a complementar a sua assinatura desde que foi injustamente preso e aparece nas folhas de rosto de diversas obras impressas e nos poucos manuscritos autógrafos. Só conseguimos escrever este artigo por causa de um historiador inglês (facto muito significativo) ter contribuído para salvar o conteúdo de alguns documentos. O autor parecia adivinhar o Crepúsculo dos Grandes, que marcaria uma profunda alteração da sociedade portuguesa, que tem sido incapaz de preservar e dar outros usos ao património produzido e acumulado em épocas de grandeza. *Quare?*



Imagem 4 - Estado actual da sacristia da Igreja do Convento de S. José de Ribamar, onde D. Francisco Manuel foi sepultado. Quando Prestage a visitou, já não existiam vestígios da sepultura. Fonte: GG Photography de Gonçalo Gouveia.

## Bibliografia

- Amado, M. T. (1987). *A representação do poder em Francisco Manuel de Melo, 2º Vol.* [Tese de mestrado não publicada, Universidade de Coimbra].
- Blouin, F. X. (2019). Epilogue: A perspective on the Archival Divide. In *Recovered voices, newfound questions. Family Archives and Historical Research* (pp. 367-378). Coimbra University Press.
- Centro de Estudos Damião de Góis. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (2001). *Manuscritos do Fonds Portugais da Biblioteca Nacional de França. Catálogo*. Centro de Estudos Damião de Góis. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Colomès, J. (1970). Introduction. In F. M. Melo, *Le Dialogue Hospital das Letras de Dom Francisco Manuel de Melo* (p. x). Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português.
- Duranti, L., & Michetti, G. (2016). The Archival Method. In A. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau et al. (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 75-95). Monash University Publishing.
- Flor, S. V. (2015). D. Francisco de Melo Manuel da Câmara: biografia, património estatuto social e fidelidades (1626-1678). *Análise Social*, 50(215), 2.
- Gouveia, A. C. (1985). *O tempo de um retrato: A ideia de nobre em D. Francisco Manuel de Melo* [Trabalho de síntese apresentado à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa não publicado]. Universidade Nova de Lisboa.

- Graça, M. S. P. A. (2002). *Forbes de Portugal e outros mais...* Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna.
- Ketelaar, E. (2016). Archival turns and returns. *Studies of the Archive*. In A. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 228-268). Monash University Publishing. <http://www.oopen.org/search?identifier=628143>
- Ketelaar, E. (2020). Prologue: Rembrandt's Archives. In *Archiving people. A social history of Dutch Archives* (pp. 9-14). Stichting Archiefpublicaties.
- Leme, M. M. R. P. (2018). *Costas com Dom: família e arquivo (Século XV-XVII)* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/65519/1/TeseML%20final.pdf>
- Lodolini, E. (2008). *Archivística: principi e problemi*. (13.ª ed.). Franco Angeli.
- Manuppella, G. (1962). Introdução. In F. M. de Melo, *Visita das Fontes: Apologo Dialogal Terceiro* (Ed. Fac-similada e leitura do autógrafo, 1657). Acta Universitatis Conimbrigensis.
- Matos, G. M. (1955). Documentos Inéditos sobre D. Francisco Manuel. In Academia Portuguesa da História, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 169-188. Academia Portuguesa da História.
- Melo, F. M. de. (1997). *Carta de Guia de Casados. Quadros cronológicos, introdução, bibliografia selectiva, fixação do texto e notas de Pedro Serra*. Angelus Novus.
- Michetti, G. (2015). Archival Method. In L. Duranti, & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 67-70). Rowman & Littlefield.
- Monteiro, N. G. (2003). *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. INCM.
- Prestage, E. (1909). *Documentos biográficos*. Oficina Tipográfica.
- Prestage, E. (1910). *Cincoenta documentos inéditos relativos a D. Francisco Manuel de Mello*. Typographia da Academia das Sciencias.
- Prestage, E. (1914). *D. Francisco Manuel de Melo: esboço biográfico*. Imprensa da Universidade.
- Prestage, E. (1942). D. Francisco Manuel de Melo. *The Modern Language Review*, 37(3), 327-334.
- Prestage, E. (1943). *D. Francisco Manuel de Melo: notas adicionais*. (Trad. Do anterior por Amadeu Ferraz de Carvalho). [s.n.].
- Prestage, E. (1996). *D. Francisco Manuel de Melo: esboço biográfico*. (Ed. Fac-similada). Fenda.
- Rau, V. (1968). *Cartas de D. Francisco Manuel de Melo a Duarte Ribeiro de Macedo*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Revista de História. (1921). Termo de óbito de D. Francisco Manuel de Mello. *Padre A. P. M. Revista de História*, (10), 154-155.
- Rosa, M. L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, (30), 547-586. [https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/30\\_10/3813](https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/30_10/3813)
- Sarmiento, M. C. M. (1981). Prefácio. In F. M. de Melo, *Cartas familiares*. (Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmiento). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Sousa, M. J. C. A. (2017). *O Arquivo da casa de Belmonte séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/26855>
- Tobella, J. E. (1996). Introducción. In F. M. de Melo, *Historia de los movimientos, separación y Guerra de Cataluña*. (Edición, introducción y notas de Joan Estruch Tobella). Editorial Castalia.
- Verdelho, E. (2020). *Prosografia*. In F. M. de Melo, *As musas portuguesas: As segundas três musas do Melodino*. (Edição crítica, introdução e notas de Evelina Verdelho). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vilhena, J. J. (1932). *As dívidas de D. Francisco Manuel de Melo*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

## ANEXO N.º 1

RELAÇÃO, POR ORDEM CRONOLÓGICA, DOS DOCUMENTOS QUE PODERIAM TER INTEGRADO O ARQUIVO DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. (Prestage e outras fontes).					
N.º	DATAS	TÍTULO E DESCRIÇÃO.	LOCALIZAÇÃO DE ORIGINAIS.	ESBOÇO, N.º	ESBOÇO, PÁGINAS.
1	01-12-1608	Termo de Baptismo de D. Francisco Manuel de Melo.	Livros de Registo da Igreja de Santa Catarina.	No texto	12
2	03-02-1610	Termo de Baptismo de D <sup>a</sup> . Isabel de Melo, irmã mais nova de D. Francisco.	Idem.	No texto	15
3	13-02-1615	Registo de óbito do pai, D. Luís de Melo, que faleceu na Ribeira Grande, S. Miguel, Açores.	Arq. Paroquial de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira Grande. Certidão de 13-02-1909, solicitada por Prestage.	2	429
4	20-07-1629 e 13-10-1631	Certidão do combate com um navio turco, em 28-03-1629, passada por Manuel de Sousa Coutinho, com a assinatura reconhecida pelo Juiz das Justificações, Dr. Roque da Silveira.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	9	435-436
5	10-12-1634	Alvará que promete a concessão de uma comenda se servir em mais duas armadas, tendo seu pai servido na de 1606 e ele nas de 1626 e 1629.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo.	11	437
6	20-12-1634	Carta de D. Filipe III, de Portugal ao Prior do Convento de Tomar.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo.	12	438
7	20-12-1634	Carta de D. Filipe III, de Portugal ao Prior do Convento de Tomar.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo.	13	438-439
8	20-12-1634	Alvará ordenando que D. Francisco Manuel de Melo seja armado cavaleiro, na Capela dos Paços da Ribeira. Ou na Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo.	14	439

9	20-12-1634	Alvará ordenando que D. Francisco Manuel de Melo seja armado cavaleiro, no Convento de Tomar ou em qualquer igreja da mesma cidade.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo.	15	439-440
10	02-03-1635	Certidão de D. Jorge de Melo, Cabo e Governador dos navios desta Coroa de Portugal. Comprova e descreve os serviços prestados por D. Francisco Manuel, na armada de 1635, que foi à Corunha e a Cadiz.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	17	440-442
11	07-01-1636	Certidão de ter assentado praça de soldado na Companhia do Capitão Jorge de Macedo, para se embarcar no galeão Bom Sucesso	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	16	440
12	13-02-1636	Registo de óbito de D. Maria de Maçuelos, mãe de D. Francisco Manuel.	Livro dos defuntos da Freguesia de Santa Catarina.	No texto	76
13	18-12-1636	Carta de João Pereira Corte Real nomeando D. Francisco Manuel para conduzir socorro a uma nau da Índia que arribou a Málaga.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	33	463
14	24-12-1636	Certidão de Nicolau de Sousa de Vasconcelos, capitão de Infantaria Espanhola. Comprova os serviços prestados por D. Francisco Manuel, na Armada de 1636.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	28	459-460
15	28-12-1636	Instruções de Pedro César de Meneses segundo as ordens do Duque de Maqueda para D. Francisco Manuel.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	34	463
16	28-12-1636	Certidão de Pedro Cezar de Meneses. Comprova e descreve os serviços prestados por D. Francisco Manuel na armada de 1636, que saiu do Porto de Lisboa e socorreu a nau da Índia que arribou à Baía de Málaga.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	30	461
17	06-01-1637	Carta de João Pereira Corte Real a D. Francisco Manuel, datada de Cadiz, sobre o galeão S. Nicolau e as operações articuladas com o Conde de Linhares e o Duque de Maqueda.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	35	464

18	20-01-1637	Certidão de D. Miguel de Noronha, Conde Linhares sobre o socorro que D. Francisco Manuel lhe levou a Málaga.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	36	464-465
19	04-05-1637	Verba sobre o juro que D. Francisco Manuel tinha direito a herdar por falecimento de sua mãe.	ANTT, Chancelaria de Filipe III, liv. 3.º, fl. 178.	21	450-452
20	16-05-1637	Determina que D. Francisco Manuel receba a partir de 1 de Janeiro de 1638, por falecimento de sua mãe, os juros devidos pelo padrão instituído por seu avô Luís Correia.	ANTT, Chancelaria de Filipe III, liv. 21.º, fl. 415.	22	452-453
21	16-05-1637	Determina que D. Francisco Manuel receba a partir de 1 de Janeiro de 1638, por falecimento de sua mãe, outros juros devidos pelo padrão instituído por seu avô Luís Correia.	ANTT, Chancelaria de Filipe III, liv. 21.º, fl. 416.	24	454-455
22	20-05-1637	Certidão de ter embarcado na Almiranta, o ano passado de 1636 que foi a Cadiz. Transcrição do Caderno do Alardo e socorros do navio Almirante S. Francisco.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	32	462
23	27-05-1637	Certidão de D. Jorge de Mello, governador que foi à Corunha, no ano de 1635. Comprova que D. Francisco Manuel o foi buscar à Corunha, em Agosto desse ano.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	18	442
24	[?-?-1637]	Relación de los servicios del Capitan Don Francisco Manuel de Melo Caballero de la Orden de Cristo.	Archivo General de Simancas	5	432-433
25	20-12-1638	Certidão dos capitães e oficiais do terço que D. Francisco Manuel conduziu para a Flandres, que testemunham: «o favor com que a todos trata e honra, sendo geralmente amado e com igual respeito obedecido».	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	38	465-466
26	25-12-1638	Carta da Princesa Margarida, para a Câmara de Pinhel, determinando que as autoridades concedam todo o apoio a D. Francisco Manuel, na condução de um Terço de Infantaria.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	40	468-4698

27	25-12-1638	Carta da Princesa Margarida, para a Câmara da cidade de Viseu, determinando que as autoridades concedam todo o apoio a D. Francisco Manuel, na condução de um Terço de Infantaria.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	41	469
28	30-03-1639	Alvará que determina às autoridades do Reino a concessão de apoio a D. Francisco Manuel durante a sua marcha para a Galiza conduzindo um Terço de Infantaria.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	43	470
29	05-04-1639	Certidão de Nicolau Dias Tinoco, Corregedor da Cidade de Elvas. Comprova as qualidades de comando demonstradas por D. Francisco Manuel, no recrutamento de soldados para um Terço de Infantaria.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	42	469-470
30	23-11-1640	Mercê de uma comenda. Documento em que é prometida a concessão de uma comenda na Ordem de Cristo.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	45	471
31	02-03-1641	Consulta de la Junta de Execucion a S. M. [Filipe IV] sobre um memorial de D. Francisco Manuel pedindo recompensa pelos 16 anos que serviu o rei em Guerra Viva.	Archivo General de Simancas, Guerra Antigua, Legajo 1382.	46	471-472
32	08-03-1641	Cédula del Rey [Filipe IV] em que se declara que D. Francisco Manuel sempre o serviu com valor, lealdade e fidelidade.	Biblioteca Nacional de Madrid, Manuscrito n.º 2374, 152.	Referido em Tobella 1996, p.14 e reproduzido em fac-simile frente à página 209.	
33	12-03-1641	Consulta de la Junta de Execucion a S. M. [Filipe IV] sobre um memorial de D. Francisco Manuel pedindo recompensa pelos 16 anos que serviu o rei em Guerra Viva.	Archivo General de Simancas, Guerra Antigua, Legajo 1382.	47	473-474
34	23-04-1641	Consulta de la Junta de Execucion a S. M. [Filipe IV] sobre as pretensões de D. Francisco Manuel.	Archivo General de Simancas, Guerra Antigua, Legajo 1382.	48	474-475

35	18-05-1641	Consulta de la Junta de Execucion a S. M. [Filipe IV] sobre as pretenções de D. Francisco Manuel.	Archivo General de Simancas, Guerra Antigua, Legajo 1382.	49	475
36	13-08-1641	Tristão de Mendonça Furtado, Embaixador Extraordinário ao Estados Gerais das Províncias Unidas. Sobre a entrega do comando de uma armada a D. Francisco Manuel.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	50	475-476
37	13-08-1641	Tristão de Mendonça Furtado, Embaixador Extraordinário ao Estados Gerais das Províncias Unidas. Sobre a entrega do comando de uma armada a D. Francisco Manuel.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	51	476
38	30-09-1641/26-10-1641	Requerimento de D. Francisco Manuel solicitando que seja reconhecido como legítimo herdeiro do juro de sua avó, D. Isabel de Leão. Com informação que foi deferido.	Archivo de Protocolos de Madrid	27	458-459
39	11-10-1641	Determina que sejam pagos a D. Francisco Manuel, na Alfandega da cidade de Lisboa, os juros de um padrão instituído por sua avó, D. Isabel de Leão.	ANTT, Chancelaria de D. João IV, liv. 3.º, fl.18.	26	457-458
40	16-10-1641	Carta de Francisco de Lucena. Felicita D. Francisco Manuel por ter conduzido em segurança a armada com tropas e munições desde a Holanda até Lisboa.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	No texto	161
41	05-11-1641	Carta a nomear D. Francisco Manuel para fazer uma lista de soldados da Flandres e Catalunha, que andam em Lisboa.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	53	478
42	24-10-1641	Decreto de D. João IV, determinando que se veja a petição de D. Francisco Manuel, sobre a execução que se lhe faz em umas casas que foram da sua avó Dona Isabel de Leão.	Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-VIII-6, fl. 6	54	479
43	12-11-1641	Parecer sobre a petição de D. Francisco Manuel de Melo, pelo Dr. Cristóvão Mouzinho.	Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-VIII-6, fl. 4 e 5.	55	479-481

44	11-11-1641	Parecer sobre a petição de D. Francisco Manuel de Melo, pela Junta de Provisão das Fronteiras.	ANTT, Coleção de S. Vicente, caixa n.º 18	56	482-485
45	21-11-1641	Sentença de Sebastião César de Meneses. Determina, vistos os pareceres anteriores, que D. Francisco Manuel não tem direitos sobre as casas que foram de seu avô materno.	Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-VIII-6, fl. 2 e 3.	57	485-487
46	12-07-1642	Certidão de D. Fernando Mascarenhas, comprovando os mesmos serviços da passada pelo Conde de Linhares.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	37	465
47	13-07-1642	Certidão de D. Jorge de Melo, Capitão General das Galés do Reino de Portugal. Comprova os serviços prestados por D. Francisco Manuel, na Aramada que foi à Corunha e a Cadiz.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	19	442-443
48	18-07-1642	Registo das mercês concedidas a D. Francisco Manuel até 01-08-1635. Posteriormente, em 11-10-1668, foi pedido novo registo pelos primos de D. Francisco, que Prestage transcreve juntamente com este, como se fosse o mesmo documento, quando são dois pertencentes a fundos diferentes.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	3	429-430
49	20-08-1642	Certidão dos serviços prestados como soldado em 1625, passada por Diogo de Mendonça, capitão de aventureiros.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	4	431-432
50	20-08-1642	Certidão dos Serviços prestados na Armada de 1626.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	6	433-434
51	20-08-1642	Certidão de Belchior de Lemos de Brito, Tenente de Mestre de Campo General do Reino de Portugal. Comprova que D. Francisco Manuel embarcou na Armada de 1636, sob o comando do capitão Nicolau de Sousa.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	29	460

52	20-08-1642	Certidão de Custodio Favacho, Cavaleiro de São Tiago, capitão do Galeão S. Francisco. Testemunha os serviços prestados por D. Francisco Manuel, na armada de 1636.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	31	461-462
53	22-08-1642	Certidão dos Livros da Ementa, em como prestou serviço nas armadas de 1626, 1629, 1635 e 1636.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	7	434
54	28-08-1642	Certidão dos Livros da Ementa, em como prestou serviço nas armadas de 1626, 1629, 1635 e 1636.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	8	435
55	10-09-1642	Carta de perdão do delito de ter ferido num duelo o castelhano D. Maximo Turiano.	Chancelaria de D. João IV.	10	436-437
56	17-09-1642	Certidão dos capitães do terço do Mestre de Campo D. Simão de Mascarenhas, no exército da Catalunha.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	44	470-471
57	20-09-1642	Correr a folha [Corresponde a uma certidão de registo criminal dos nossos dias]	Chancelaria da Ordem de Cristo	58	487-488
58	04-02-1643	Carta de D. João IV. Responde a uma carta de D. Francisco de 23-01-1641 e confirma o apreço pelos seus serviços nas operações de guerra.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã. .	No texto	172
59	21-04-1643	Alvará de concessão da Comenda de Santa Maria de Espinhel, da Ordem de Cristo.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo	60	489-490
60	22-07-1643	Alvará relativo à concessão da Comenda da Ordem de Cristo.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo	61	490
61	22-07-1643	Alvará relativo à concessão da Comenda da Ordem de Cristo.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo	62	490-491
62	26-08-1643	Carta de Pedro Vieira da Silva convocando D. Francisco Manuel para uma reunião em casa de António Pais Viegas.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	64	491-492

63	S. d. [08-1643]	Carta de António Pais Viegas, para D. Francisco Manuel, a determinar que seja o primeiro a comparecer na reunião para tratar de assuntos do serviço Real.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	65	492
64	17-09-1643	Alvará de D. João IV determinando a todas as autoridades que auxiliassem D. Francisco Manuel, na condução de 1500 prisioneiros de guerra.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	66	492-493
65	20-09-1643	Carta de D. João IV, datada de Évora, para D. Francisco Manuel, sobre a concessão de um passaporte.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	67	493
66	20-09-1643	Carta de D. João IV, datada de Évora, para D. Francisco Manuel, sobre a movimentação e alojamento de tropas.	Arquivo da Família Manuel da Câmara, Condes da Silvã	68	493-494
67	20-09-1643	Carta de D. João IV, datada de Évora, para D. Francisco Manuel, sobre o mesmo assunto.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	69	494-495
68	03-10-1643	Carta de D. João IV para D. Francisco Manuel. Responde a carta de D. Francisco de 03-10-1643 e trata da questão da condução de prisioneiros de guerra.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	70	495-496
69	10-10-1643	Alvará de concessão de dois anos de espera a D. Francisco Manuel do dever de meia anata da Comenda de Santa Maria de Espinhel da Ordem de Cristo.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo	63	491
70	11-10-1643	Carta de D. João IV para D. Francisco Manuel. Acusa a recepção das cartas de 09-10-1643, sobre os prisioneiros capturados em Valverde e envia ordens para serem executadas por D. Francisco Manuel e por várias autoridades.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	71	496-497
71	13-11-1643	Carta de D. João IV para D. Francisco Manuel de Melo sobre os prisioneiros italianos capturados em Valverde.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	72	497

72	S. d. [?-11-1643]	Carta de D. Francisco Manuel para Francisco de Brito, sobre a sua prisão.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	79	502-503
73	29-11-1647	Contrato de Instituição de uma Capela na Igreja do Convento de Nossa Senhora de Jesus da Terceira Ordem de S. Francisco. Inclui o traslado da procuração passada por D. Francisco Manuel de Melo conferindo poderes a António Varela, para o representar na compra da Capela, de 21-11-1647.	Cartório do notário da comarca de Lisboa, José Xavier Silveira da Mota.	121	560-568
74	26-04-1648	Alvará de D. João IV concedendo terceira instância a D. Francisco Manuel na causa da acusação que lhe faz Domingos Cardoso sobre a morte do seu filho Francisco Cardoso.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo	74	499
75	16-10-1648	Certidão de D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre. Descreve os serviços prestados por D. Francisco Manuel, na fronteira do Alentejo durante o ano de 1643.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	73	497-499
76	29-11-1648	Letreiro [inscrição epigráfica] na Capela de Santo António, na Igreja do Convento de Nossa Senhora de Jesus da Terceira Ordem de S. Francisco.	Biblioteca Lusitana do Padre Francisco da Cruz. Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-IX-50, fl. 417.	No texto	392
77	12-12-1648	Certidão do Conde de Óbidos. Descreve os serviços prestados por D. Francisco Manuel, na fronteira do Alentejo, em Dezembro de 1642 e Janeiro de 1643.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	59	488-489

78	04-05-1649	Certidão do Capitão Domingos da Silva, ajudante do Tenente do Mestre de Campo Governador do Castelo de Alconchel. Descreve e comprova os serviços prestados por D. Francisco Manuel, em 1638 e 1639, no recrutamento de um Terço com destino à Flandres, a sua participação na Batalha naval das Dunas e as qualidades que evidenciou na condução das tropas sob o seu comando.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	39	467-468
79	09-11-1649	Certidão de Domingos da Ponte Galego, Capitão de Cavalos Couraças, no Exército do Alentejo. Descreve e comprova os serviços prestados por D. Francisco Manuel, na condução de reforços militares da Holanda para Portugal, nomeadamente o comando de uma frota de mais de 24 navios.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	52	477-478
80	?-?-1649	Primeiro Memorial de D. Francisco Manuel de Melo a D. João IV. Apresenta a sua defesa relativamente à acusação de homicídio. Transcreve a carta abonatória do rei Luís XIV de França, Paris, 06-11-1648.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	1	423-429
81	1650	Carta de D. Francisco Manuel a D. João IV a remeter o Segundo Memorial.	Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-VIII-50, fl. 418	No texto	250-251
82	1650	Segundo Memorial de D. Francisco Manuel de Melo a D. João IV. Reforça os argumentos apresentados no Primeiro Memorial em sua defesa relativamente à acusação de homicídio.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	Transcreve partes. Foi editado por Camilo Castelo Branco, em 1873	191-193
83	22-03-1652	Alvará de D. João IV a determinar que se execute a sentença da Terceira Instância sobre o crime de que estava acusado.	Chancelaria da Ordem de Cristo	75	499
84	04-12-1652	Alvará de D. João IV a determinar que se execute a sentença da Terceira Instância sobre o crime de que estava acusado e que não seja mais ouvido de alegação alguma.	Chancelaria da Ordem de Cristo	76	500

85	S. d. [26?-05-1655]	Carta ao General Brito Freire, que comandava a Armada para o Brasil, informando que fez aguada em Cabo Verde.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	No texto	277
86	S. d.	Carta de D. Francisco Manuel sobre pagamentos remetidos de Angola e o envio de um carregamento de açúcar, de Pernambuco para Angola.	Arquivo da Família Melo Manuel, Condes da Silvã.	No texto	286
87	14-06-1658	Carta para Cristóvão Soares de Abreu, escrita da Ilha de S. Miguel. Descreve as dificuldades da viagem desde o Brasil e pede a intercessão do seu amigo para obter o perdão.	Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-X-12, n.º 301.	No texto	291-293
88	1659	Carta aos amigos da Academia dos Generosos em que apresenta a proposta da publicação das obras dos poetas portugueses, com o título: <i>Parnaso Poético Português</i> .	Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-V-10, fl. 50.	No texto	260-263
89	30-07-1662	Alvará de D. Afonso VI, com a concessão do perdão do degredo perpétuo e da culpa do seu quebrantamento.	ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo	Teófilo Braga – Os seiscentistas, 1916, p. 370-372 citado por Evelina Verdelho (2020, p. 679).	
90	27-10-1662	Instrução sobre o casamento de Parma. Contêm directivas para a negociação do casamento de D. Afonso VI, com umas das princezas da casa dos Duques de Parma.	ANTT, Colecção de S. Vicente, caixa n.º 15.	N.º 83	508-511
91	[27-10-1662]	Procuração de D. Afonso VI conferindo poderes a D. Francisco Manuel de Melo, para negociar o casamento de Parma.	ANTT, Colecção de S. Vicente, vol.º 22.	Nº 84	511-512
92	27-10-1662	Instrução sobre o casamento de Parma. [Segunda]	ANTT, Sala S, Caixa 15.	Nº 85	512-522
93	18-01-1663	Instrução [Terceira] determinando que passe por Londres.	ANTT, Sala S, Caixa 15.	Nº 86	522-524
94	30-01-1663	Carta de recomendação de D. Afonso VI para o rei de Inglaterra em favor de D. Francisco Manuel.	Record Office. State Papers. Foreign. Portugal. Vol. 6	Nº 87	525
95	08-02-1663	Carta de recomendação de D. Afonso VI para o rei de Inglaterra em favor de D. Francisco Manuel.	Record Office. State Papers. Foreign. Portugal. Vol. 6	Nº 88	526

96	16-04-1663	Requisição dos passaportes. A data é posterior à dos passaportes. Prestage aventa que poderá ser um erro de data.	Record Office. State Papers. Foreign. Portugal. Vol. 6	No texto	352
97	13-04-1663	Passaportes para sair de Inglaterra para França registados no Entry Book.	Record Office. State Papers. Domestic. Charles II. 1663-1664, Entry Book 9	No texto	353
98	10-06-1663	Memorial do Marechal de Turenne redigido em Paris. Extenso documento em espanhol apresentando as diversas questões abordadas nas negociações com a Corte Francesa.	Ministère des Affaires Etrangères. Paris. Portugal, Tome 2, Suplement.	90	527-536
99	24-06-1664	Carta de D. Francisco Manuel enviada de Roma ao Rei por via do Marquês de Sande. Informa sobre movimentos de tropas espanholas e sobre portugueses ao serviço de Espanha.	Egerton MSS, fl. 60	No texto	364-366
100	25-08-1664	Carta de D. Francisco Manuel ao Conde de Castelo Melhor, enviada de Roma. Descreve a audiência com o Papa e transmite notícias sobre o estado de saúde do Rei Filipe IV de Espanha.	Egerton MSS, fl. 115	No texto	368-370
101	14-10-1664	Carta de D. Francisco Manuel ao Marquês de Sande sobre as dificuldades da negociação do casamento do rei D. Afonso VI.	Egerton MSS, fl. 148.	No texto	370-371
102	15-11-1664	Carta de recomendação ao Padre Baltasar Teles, em favor de D. Álvaro Manuel de Noronha, enviada de Pisa.	ANTT. Processos da Inquisição de Lisboa, n.º 806, fl. 34.	No texto	387-388

## Anexo nº2

### Arquivo de D. Francisco Manuel de Melo. Tentativa de representação do seu estado em 1666.

SECÇÃO A	
Título	GENEALOGIA
Datas	1652
Nível de descrição	SECÇÃO

História administrativa	(Prestage, 1914, p. 2) «D. Francico Manuel decerto construiu uma árvore genealógica para seu próprio uso pois era muito dado áquella especialidade. Como é sabido elle continuou o Nobiliario, chamado de «Damião de Goes», MS. Que existe incompleto na Bibliotheca Nacional.»
Âmbito e conteúdo	Inclui duas séries. A primeira conteria cópias das certidões de nascimento, de casamento e de óbito da família, como por exemplo os documentos n.º 1, 2, 3, 12. A segunda série integra os códices da Colecção Pombalina da BNP n.º 236 e 295 referidos por Prestage (1914, p. 601) com aditamentos e assinaturas autógrafas de D. Francisco Manuel.
História Custodial e Arquivística	Desconhecida.

-----

SECÇÃO B	
Título	O NOBRE ENTRE OS NOBRES.
Datas	1627-1666.
Nível de descrição	SECÇÃO
História administrativa	Está estruturada em quatro subsecções: 1ª Relações sociais; 2ª Serviços militares; 3ª Serviços diplomáticos; 4ª O escritor.
Âmbito e conteúdo	Integra quase todos os documentos do Conde da Silvã do anexo 1 e as cópias que eventualmente D. Francisco possuiria de todos os documentos que Prestage transcreve a partir de vários arquivos, elencados no mesmo anexo.
História Custodial e Arquivística	Os documentos de cada uma das unidades de descrição que constituem esta secção têm histórias custodiais diferentes que serão referidas em cada caso conhecido.

-----

SUBSECÇÃO B/1	
Título	RELAÇÕES SOCIAIS
Datas	1627-1666.
Nível de descrição	SUBSECÇÃO
História administrativa	D. Francisco Manuel escreveu cerca de 30 000 cartas (Rau, 1968, p. 17) no período em que esteve preso de 1644 a 1653 e manteve um copiador dessas cartas pois acabou por publicar uma pequena parte delas. Para isso terá recorrido à ajuda de alguns servidores seus com mais conhecimentos literários.
Âmbito e conteúdo	Incluiria toda a documentação de D. Francisco Manuel relativa às suas relações familiares e pessoais de que se destaca a correspondência. Prestage encontrou cartas autógrafas de D. Francisco Manuel.
Sistema de organização.	Está estruturada em duas séries: Correspondência recebida de que está publicada uma carta em (Melo 1981, pp. 617-621) e correspondência expedida.

Ingressos adicionais	Existem refências ao facto de a Biblioteca de D. João de Sousa possuir uma segunda parte das cartas Familiares, que deveria existir na Biblioteca da Ajuda, mas onde ainda não se conseguiu encontrar. Ver (Sarmento, 1981, p. 25).
Nota de publicação	D. Francisco Manuel publicou 501 cartas enviadas a diversas pessoas em 1664. Actualmente estão publicadas cerca de 581 na edição de 1981, ao cuidado de Maria da Conceição Morais Sarmento, (Sarmento, 1981).

-----

SUBSECÇÃO B/2	
Título	Serviços militares.
Datas	1627-1643.
Nível de descrição	SUBSECÇÃO
História administrativa	D. Francisco Manuel começou a participar em acções militares desde os 17 anos em 1625 e até 1644 quando foi preso. Tinha um extremo cuidado em obter certidões de todos os seus serviços, para obter a subida na escala social que lhe competia. Com base nesses documentos obteve uma comenda na Ordem de Cristo.
Âmbito e conteúdo	Inclui os documentos elencados no anexo n.º 1, em especial até 1652.
Sistema de organização.	Cronológico.
História Custodial	Os documentos mantiveram-se na posse da família Melo Manuel até ao século XX. O 2º Conde da Silvã legou em testamento o Arquivo da família ao sobrinho, filho da irmã mais nova, passando a pertencer à família Faria e Maia, que os doou ao Arquivo Regional de Ponta Delgada nos Açores. Como o Arquivo ainda não foi tratado não se sabe se os documentos de D. Francisco Manuel, estão misturados no conjunto doado ou noutra local.
Nota de publicação	Foram publicados por Prestage em 1909 e depois em 1914.

-----

SUBSECÇÃO B/3	
Título	Serviços Diplomáticos.
Datas	1662-1664.
Nível de descrição	SUBSECÇÃO
História administrativa	D. Francisco Manuel exerceu funções diplomáticas em 1637 durante as Alterações de Évora (não chegou documentação até aos nossos dias) e depois, desde 1662 a 1664, foi enviado a diversos países europeus para negociar os termos do casamento de D. Afonso VI.
Âmbito e conteúdo	Incluiria uma série com os documentos elencados na tabela 1.
Sistema de organização.	Cronológico.
Documentação relacionada.	Existem os registos em Arquivos portugueses, franceses e ingleses de documentos que D. Francisco, na data da sua morte, teria consigo pois foram os originais, que recebeu para executar as missões de que foi incumbido.
Nota de publicação	Foram publicados por Prestage em 1910 e depois em 1914.

-----

SUBSECÇÃO B/4	
Título	O ESCRITOR
Datas	1628-1666.
Nível de descrição	SUBSECÇÃO
História administrativa	D. Francisco Manuel é um polígrafo insigne autor de uma vasta obra em português e espanhol, escrita em vários estilos, que documenta a sua visão do mundo e a sua condição de nobre entre os nobres, que também via a escrita como um serviço.
Âmbito e conteúdo	Inclui duas séries: a primeira com manuscritos e folhetos impressos de outros autores e esboços de algumas obras de D. Francisco Manuel, a segunda com exemplares das suas obras publicadas e os manuscritos das obras inéditas.
Sistema de organização.	Ordem original do produtor.
História Custodial	Desconhecida na maior parte dos casos.

-----

SÉRIE B/4/1.	
Título	DOCUMENTOS LITERÁRIOS.
Datas	1628-1666.
Nível de descrição	SÉRIE
Âmbito e conteúdo	Incluiria pelo menos 10 volumes com manuscritos e folhetos impressos de outros autores e esboços de algumas obras de D. Francisco. Eram como um laboratório dos seus trabalhos literários. Actualmente só é conhecido o volume 10, que é o códice 2121 da Torre do Tombo, descrito por Prestage (1914, pp. 605-607). Incluía também o códice com dez poesias descrito por Prestage, 1914, p. 609.
Sistema de organização.	Os diversos folhetos e manuscritos, no volume conhecido, estão numa encadernação da época, será portanto uma ordem original.
História Custodial	Desconhecida.
Nota de publicação	Alguns documentos publicados por Prestage em 1914.

-----

SÉRIE B/4/2.	
Título	OBRAS IMPRESSAS E MANUSCRITOS DE OBRAS DO AUTOR
Datas	1628-1666.
Nível de descrição	SÉRIE
Dimensão	108 Impressos e manuscritos.
Âmbito e conteúdo	Incluía exemplares das obras publicadas e os manuscritos das obras do autor, que estavam na sua posse em 1666 e dos quais foi publicada uma lista impressa em 1664, nas páginas preliminares das <i>Obras Morales</i> editadas em Roma nesse ano.

Sistema de organização.	A lista das obras está organizada pelo autor e estruturada em duas séries – Obras impressas, com 19 documentos e « <i>Libros y obras no estampadas</i> », com um total de 89 manuscritos, ordenados em nove categorias: Métricas; Históricas; Políticas, Demonstrativas, Solenes, Esquisitas, Familiares, Várias, Imperfeitas.
História Custodial	Das obras impressas do escritor não são conhecidos exemplares com a sua assinatura de posse. Das obras manuscritas só são conhecidas cópias de fins do século XVII e inícios do XVIII de muito poucas obras, sendo desconhecido o paradeiro das restantes. Dos poucos originais existentes não se conhece a história custodial, ou é muito incompleta como no caso da <i>Visita das Fontes</i> , só se sabendo que foi adquirida pelo Conde de Redondo nos inícios do século XVIII e vendida ao rei D. José pela condessa viúva, em 1760 conforme descobriu Manuppella, ver (Manuel de Melo, 1960).
Nota de publicação	Ainda em vida do autor foram publicadas as <i>Obras Métricas</i> em 1665, com o fidalgo Aprendiz. Em 1720 foram publicadas os quatro <i>Apólogos dialogais</i> inéditos e, em 1724, a <i>Arte Cabalística</i> . No século XX foi publicado o <i>Teodósio</i> e o <i>Tácito Português</i> . O manuscrito original da <i>Visita das Fontes</i> foi publicada por Manuppella, (Manupella, 1960). Em anexo à sua tese de mestrado Amaro (1987, 2º vol.) publicou, uma obra inédita a partir do original autógrafo – <i>Memorial oferecido Al Rey Nuestro Señor</i> , assim como, partir de cópias, três obras inéditas: <i>Astrea Constante</i> , <i>Pueblo Lusitano</i> , e <i>Apostofre à Academia dos Generosos</i> .

-----

SECÇÃO C	
Título	ADMINISTRAÇÃO DAS PROPRIEDADES E DOS RENDIMENTOS
Datas	1647-1664.
Nível de descrição	SECÇÃO
Âmbito e conteúdo	Consta de duas séries. A primeira inclui a documentação relativa à administração de aplicações financeiras, que lhe rendiam juros anuais e que tinham sido herdadas de seu avô materno. (Ver anexo I, n.º 19 a 21 e 38) A segunda série incluiria documentos sobre a administração das propriedades, como a sua quinta em Alcântara e outras casas que possuiu. No entanto só é conhecido o documento composto instruído com a procuração passada ao seu criado António Varela, para o representar no contrato de instituição de uma Capela, em 1647 e o referido contrato celebrado com os frades da Ordem Terceira de S. Francisco e a cópia do letreiro que identificava a Capela.
Sistema de organização.	Cronológico.
Nota de publicação	Publicados por Prestage em 1910 e depois em 1914, p. 560-568.

SECÇÃO D	
Título	LÍTIGIOS JUDICIAIS
Datas	1642-1664.
Nível de descrição	SECÇÃO

História administrativa	Prestage, 1914, p. 8, afirma sem aduzir documentos que D. Francisco Manuel terá tido um litígio para obter o direito ao morgado da Ribeirinha que herdou de seu avô. Como explicámos no texto a principal questão judicial refere-se à acusação de homicídio. Em 1641 D. Francisco Manuel esteve também envolvido num litígio pela posse das casas da sua avó na Calçada do Combro.
Âmbito e conteúdo	Inclui uma série com a carta de perdão relativa ao duelo com um castelhano, as peças processuais relativas ao litígio pela posse das casas da Calçada do Combro, assim como as relacionadas com o processo criminal por ter sido falsamente acusado de assassinio: 2 memoriais ao rei D. João IV, 1 memorial ao Príncipe D. Teodósio, 3 alvarás de D. João IV determinando a execução da sentença de desterro (Documentos elencados no Anexo n.º 1) e carta de perdão descoberta e publicada por Teófilo Braga.
Sistema de organização.	Cronológico.
Documentação relacionada	Existem os registos em Arquivos portugueses de documentos que D. Francisco, na data da sua morte, teria consigo. O processo judicial relativo à acusação de homicídio está em paradeiro desconhecido.



# **Tendências e fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família: o caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva. Contribuições para o estudo da Arquivística Histórica na Região Autónoma da Madeira**

## **Research trends and theoretical foundations developed around the Family Archives: the case study of the Calisto Pinto da Silva Family Archive. Contributions to the study of Historical Archivist in the Região Autónoma da Madeira**

PEDRO DIOGO PEREIRA CÂMARA

Mestrando em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
pedroschool@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5533-3687>

### **RESUMO**

Neste artigo divulgam-se os resultados alcançados e as problemáticas teóricas e metodológicas decorrentes do tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, inserindo-se as atividades de reorganização, descrição e estudo da História Familiar na prática supervisionada em Arquivística Histórica desenvolvida na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da

Madeira. Após uma primeira parte em que se reflete criticamente acerca dos estudos e contributos de pesquisa e em que se analisa, de forma pormenorizada, a fundamentação teórica promovida em torno dos Arquivos de Família, procede-se à elaboração de uma breve História da instituição de acolhimento e ao relacionamento do objeto de estágio com as práticas empregues no Arquivo Regional. Por fim, descrevem-se as tarefas realizadas e as dificuldades adjacentes ao tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, visando-se em, primeira instância, compreender o referido acervo na sua completude, enquadrá-lo face à questão central e explorar potencialidades de pesquisa e novas investigações no quadro da História Local e Regional, neste caso, do Arquipélago da Madeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivística Histórica; Arquivos de Família; Família Calisto Pinto da Silva.

#### **ABSTRACT**

This text is the result of the work developed at the Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM) in the context of a curricular internship, as part of the Postgraduate Course in Historical Archivistries at the NOVA School of Social Sciences and Humanities of the NOVA University of Lisbon. The aim of this research was to study the Calisto Pinto da Silva Family Archive based on the methodological principles in Historical Archivistries advocated by Professor Maria de Lurdes Rosa in her article: "Reconstructing the production, recording and conservation of Pre-modern organizational information. Theoretical perspectives and research proposal".

In the last two decades, a renewed position and a particular interest in the "Archives" has been notorious, materializing all this attention in the fruitful debates encouraged by the academy with the significant increase of the formative offer to dynamize and promote epistemological perspectives resulting from the production of Master's and Doctoral Dissertations, as well as by the archive institutions themselves, which have demonstrated the ability to promote a critical sense and develop an effective dialogue between a practical-technical dimension. At the same time, the general interest in archival science is accompanied by the importance given to issues of community, family and personal archives.

Despite the vitality and remarkable momentum corresponding to the dawn of the 21st century, reference should be made to the 1980s of the last century, a moment in which an embryonic phase was established in terms of the visibility and primary focus of the respective studies in Portugal.

Conferences and meetings of an international nature and inestimable value were organized for the publication of numerous titles. More recently, the efforts of Professor Maria de Lurdes Rosa in raising studies on the Family Archives should be noted, materialized in the organization of colloquiums and meetings alluding to the theme, namely the colloquium held in Lisbon in 2010, *Arquivos de Família, séculos XII-XX: que presente, que futuro?* and in the commitment to curriculum offer through the inauguration of the Postgraduate Course in Historical Archivistics and the Phd in Historical Archivistics at the NOVA School of Social Sciences and Humanities of the NOVA University of Lisbon.

The Calisto Pinto da Silva Family Archive, donated to the Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, brings together a set of 95 documents, dating from 1824 to 1930. The overwhelming majority of the titles present in the aforementioned collection correspond to instruments of an administrative-financial nature and asset management of properties registered in favor of this family. The Calisto Pinto da Silva Family Archive had an inventory dated 1999, the year of the donation. It should be noted that the available inventory was out of date, allowing the reader to access only the minimum of information elements of a documentation described at the simplest level. The description did not respect, at all, the international norms of archiving, enshrined by the Council International Archives.

Oriented according to an eminently chronological and empiricist principle, the previous descriptive instrument, in addition to being not very detailed, revealed considerable absences regarding the contextualization and framing of the documents. Through the treatment of the Calisto Pinto da Silva Family Archive, several questions of great interest to the theme of the Family Archives arise, namely deep reflections on the role played by the archive in the construction of a family and personal identity and memory. This Archive turns out to be truly illustrative of an attempt to preserve, legitimize and consequently defend a very significant commercial image, achieved in the circumstance that the majority of documentation corresponds to titles of a financial management nature and others records guaranteeing the effective ownership of a given immovable property. In practice, the aim is to perpetuate an essentially economic and financial memory of the family, in an incessant appreciation of contractual matters, as well as the transmission of assets.

Linked to a set of family rituals, visible right from the start, in the preservation of the legacy and subsequent transmission of the patronymic to the firstborn, in an express act of perpetuation of traditions, the Calisto Pinto da Silva Family reveals, within the scope of its dynamics and family interactions and

to the values and mentalities of the time, the circumstance of the patriarch taking on an important role in the management of resources and in the administration of properties. Similarly to what generally happened in the Madeira Archipelago, several family members resorted to emigration in order to seek better conditions and business opportunities with the city of Caracas, Venezuela, as their primary destination.

From the detailed analysis of the Calisto Pinto da Silva Family Archive, at first sight, lines of investigation of the greatest relevance to the history of local commerce emerge, with particular emphasis on the social, economic and cultural aspects linked to commercial practices and their impact on mentalities and experiences in a period between the middle of the 19th century and the beginning of the 20th century. In this sense, participatory archival activities and crowdsourcing around the archives of historic stores or small traditional family businesses would be interesting, in which testimonies alluding to the memory and stories of these places that represent the culture, habits and customs of the people of Madeira Island.

**KEYWORDS:** Historical archivistics; Family archives; Calisto Pinto da Silva Family Archive.

## Introdução

O presente texto é o resultado do trabalho desenvolvido na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM) em contexto de estágio curricular, integrado na Pós-graduação em Arquivística Histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo como objeto de estudo o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, analisado à luz dos princípios metodológicos em Arquivística Histórica preconizados pela Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa no seu artigo científico: “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação” (Rosa, 2017, pp. 547-586).

Pretende-se enquadrar metodologicamente as etapas empregues aquando do tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, problematizando-se o quadro genérico das diversas fases que fundamentam uma área científica que prima pela caracterização histórico-institucional e construção de modelos de natureza orgânica para o estudo da documentação (Rosa & Nóvoa, 2018, p. 100). De resto, numa tentativa de resposta e de reflexão de

problemáticas historiográficas de maior amplitude, a Arquivística Histórica, enquanto área científica, visa o entendimento das formas e usos da informação arquivada, pelo que “contextualiza estas práticas e interpreta o seu significado, segue todo o percurso da informação e procura compreender as mutações a que o tempo a sujeitou” (Rosa & Nóvoa, 2018, p. 100).

Esta investigação procura (re)visitar, estabelecer uma retrospectiva dos projetos desenvolvidos em contexto nacional e apresentar, sucintamente, as discussões e debates que estruturam o núcleo basilar da temática dos Arquivos de Família e que, de um modo geral, revelam falta de consenso e posicionamentos não raras vezes divergentes, visível, desde logo, na pluralidade de propostas de definição e conceitualização. Refletir-se-á acerca do papel do arquivo na construção de uma identidade e memória familiar e dos silêncios que marcam o objeto de estágio. Por fim, um espaço dedicado à História familiar, ilustrativa de uma série de dinâmicas e fenómenos típicos da cultura madeirense, nomeadamente, a emigração para a América do Sul e Europa, da qual se almejavam melhores condições de vida e empregabilidade. Em suma, pretende-se explorar as várias dimensões que compõem o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, procurando-se aliar um saber técnico-prático a uma componente reflexiva e problematizante que encerra com a divulgação do catálogo em linha aos leitores do ABM (URL: [https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD\\_33\\_2022.pdf](https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD_33_2022.pdf)).

## **1. Arquivos de Família: o seu estudo em Portugal e fundamentação teórica**

Nas últimas duas décadas, de uma forma generalizada, tem sido notória uma renovada posição e um interesse particular nos “Arquivos”, materializando-se toda esta atenção na concretização de profícuos debates incentivados, em primeira instância, pela academia, desde o incremento significativo da oferta formativa à dinamização e fomento de perspetivas e entendimentos epistemológicos decorrentes da produção de Dissertações de Mestrado e Doutoramento, bem como pelas próprias instituições de arquivo que têm demonstrado, na sua esmagadora maioria, capacidade em promover um sentido crítico e desenvolver um diálogo efetivo entre uma dimensão prático-tecnicista e uma vertente teórico-doutrinal (Rodrigues, 2020, p. 387).

Concomitantemente, o interesse genérico pela Arquivística é acompanhado pelo relevo conferido às questões dos Arquivos das comunidades, de

família e pessoais. Note-se que a expansão dos estudos redirecionados para as referidas tipologias, com especial destaque para os Arquivos de Família, prende-se com “uma redefinição de identidades que tem a novidade de procurar um sujeito plural, (...) membro de uma família, de uma comunidade, de um local (...) possuindo histórias próprias no interior das grandes narrativas oficiais” (Rosa, 2012, p. 15). Não obstante a vitalidade e o assinalável impulso correspondente aos alvares do século XXI, importa remeter para a década de 1980 do século passado, momento da consagração de uma fase embrionária no tocante à visibilidade e enfoque primário dos respetivos estudos em Portugal, referindo-se, desde logo, a organização de conferências e encontros de ordem internacional, de valor inestimável não apenas pelo avolumar de atas resultantes dessas mesmas palestras, mas também as devidas contribuições para as subsequentes publicações (Rodrigues, 2020, p. 388).

Neste sentido, interessa sublinhar que a primeira ocasião em que são tratadas as temáticas dos Arquivos de Família e apontadas, com maior amplitude, as problemáticas inerentes ao seu estudo remonta à intervenção da Professora Doutora Olga Gallego Domínguez na segunda edição do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas na cidade de Coimbra, datada de 1987 (2020, p. 388). Neste encontro, a investigadora espanhola realçara a máxima urgência de conceder um espaço específico de confrontação de ideias aos Arquivos de Família no panorama arquivístico nacional, visando-se o seu tratamento, salvaguarda e valorização (Rodrigues, 2020, p. 388). Desde então, têm-se multiplicado as iniciativas e os grupos de trabalho dedicados não só à Arquivística no seu todo, como também os núcleos de investigação redirecionados para a investigação dos Arquivos de Família. Desta forma, salientam-se pelo pioneirismo na área científica, atendendo a um critério meramente cronológico, a “Escola Arquivística” do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto encabeçado pelos Professores Doutores Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro e com o contributo de Abel Rodrigues, evidenciando-se todo um esforço de teorização em torno do “modelo sistémico e interativo.” Não menos importantes são os esforços desenvolvidos por Pedro Abreu Peixoto no âmbito da teorização e reflexão acerca da definição de Arquivos de Família, que em muito contribuíram para a afirmação do campo de estudos em território nacional (Peixoto, 2002, pp. 77-90).

Mais recentemente, é de notabilizar os esforços da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa na elevação dos estudos dos Arquivos de Família, materializável na organização de colóquios e encontros alusivos à temática,

nomeadamente o colóquio realizado, em Lisboa, em 2010, *Arquivos de Família, séculos XII-XX: que presente, que futuro?*, e na aposta formativa através da inauguração da Pós-Graduação em Arquivística Histórica e do curso de Doutoramento em Arquivística Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ainda nesta linha de contribuição, destaque-se a formação de grupos de pesquisa e projetos de investigação de natureza multinacional, entre os quais o INVENT.ARQ (Inventários de arquivos de família, séculos XV-XIX: da gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno), responsável pelo estudo aprofundado dos arquivos de famílias nobiliárquicas portuguesas de Antigo Regime, e o ARCHIFAM (Arquivos de Família na Península Ibérica: Finais do século XIII – Início do século XVIII), especialmente interessante pela partilha de experiências e divulgação científica em contexto franco-ibérico (Rodrigues, 2020, p. 400).

Apresentados em traços gerais os contextos de produção bibliográfica, os percursos e tendências de investigação em Portugal e os trabalhos desenvolvidos a respeito dos Arquivos de Família, interessa refletir acerca da conceitualização e propostas teóricas que fundamentam as principais discussões na academia e estruturam os princípios e bases advogadas por investigadores nacionais e internacionais. Antes de mais, importa considerar que, aquando da tentativa de reunião das mais recentes sugestões de definição, é notória a dificuldade de formulação de uma sugestão doutrinal consensual entre os diversos autores, somando-se a tudo isto as constantes atualizações e as renovadas perspetivas decorrentes da circunstância da área científica e respetivo interesse constituírem-se recentes (Mariz, Silva & Cordeiro, 2020, p. 76).

Assim sendo, uma primeira discussão desenvolve-se em torno da problemática das fronteiras e distinção entre Arquivos Familiares e Arquivos Pessoais. Na verdade, no panorama arquivístico nacional, a diferenciação entre ambos não é, de todo, uma tarefa simplista, revelando-se, desde logo, disparidades no tocante à própria utilização dos referidos termos. De resto, não existe um verdadeiro consenso quanto ao emprego das designações, ainda que, mediante uma breve revisão da literatura, destaca-se o uso do termo “Arquivos de Família/ Familiares” em detrimento de “Arquivos Pessoais”. Neste sentido, vários autores tendem a recorrer a ambas as expressões enquanto sinónimos, outros optam por uma das alternativas, muitas das vezes por questões meramente preferenciais, e, por fim, o caso em que os investigadores utilizam a designação composta “pessoais e familiares” (Mariz, Silva & Cordeiro, 2020, p. 76).

A este propósito, Armando Malheiro da Silva, Rosa Cordeiro e Anna Mariz advogam que a dificuldade de delimitação de arquivos pessoais face a um conjunto de documentos respeitantes a uma determinada família persiste, “pois, parte considerável dos documentos é comum a todos e os pessoais podem ser uma seleção artificial, perdendo assim a ligação com o conjunto, o vínculo e o contexto” (2020, p. 76). No fundo, a questão primordial reside na circunstância da fronteira que delimita ambas as dimensões ser efetivamente ténue e, portanto, ilustrativa de uma real complexidade de distinção da esfera pessoal e familiar ao ponto que, na esmagadora maioria dos casos, os contextos confundem-se e encontram-se conectados, de forma intrínseca e natural.

À semelhança da problemática terminológica, é evidente a amplitude de propostas de conceitualização acerca das especificidades e características centrais dos Arquivos Familiares, demonstrando um dinamismo acrescido e um interesse renovado nas discussões de teor teórico-epistemológico, em associação de uma multiplicidade de visões e perspetivas que, não raras vezes, acabam por ser divergentes. Deste modo, com o intuito de não se promover uma enumeração exaustiva das sugestões que têm sido, positivamente, defendidas por diversos autores, apresenta-se um conjunto de duas propostas conceituais que tendem a salientar, em linha geral, os elementos basilares das componentes essenciais dos Arquivos de Família.

Primeiramente, realce-se o ponto de vista de Aránzazu Lafuente Úrien, no sentido em que se reúne um leque substancial de dados que traduzem as características fundamentais dos Arquivos de Família, destacando-se, o facto desta tipologia de arquivo corresponder ao produto multifatorial das atividades da mais distinta natureza e origem dos membros integrantes de uma família, ao longo das sucessivas gerações, em paralelo com as múltiplas condições que podem transformar, de forma direta e indireta, os processos de acumulação/ organização e até mesmo a integralidade do fundo.

Los archivos familiares (...) son el complejo resultado de las actividades de una familia a lo largo de diversas generaciones, resultado de las actividades personales y públicas de sus miembros, de la administración de sus bienes y propiedades o del ejercicio de potestades jurisdiccionales y de patronato eclesiástico. En ellos además han actuado diversos factores a lo largo del tiempo que han podido modificar la integridad y el normal proceso de acumulación de documentos del fondo de archivo. (Lafuente Úrien, 2000, p. 16)

Na sequência da proposta de Lafuente Úrien, remete-se para o testemunho de Francisco Borja de Aguinalalde, entendido como uma ampliação e enriquecimento do conceito de Arquivos de Família, alertando-se para a introdução da noção de “Arquivos Domésticos”, com uma tradição particularmente enfatizada em Itália. Em certa medida, ajusta-se às especificidades do Arquivo em estudo, na medida em que se totalizam os três princípios inframencionados: família de nível social médio; uma forte presença a nível local e um tamanho reduzido do acervo.

El más interesante, a mi modo de ver, es la ampliación del concepto [Arquivos de Família], que en Italia y Francia -países de robusta tradición en la materia- abarca desde hace unos años a los denominados archivos domésticos, que, siendo los de familias de niveles sociales medios, con una presencia localista y de reducido tamaño (Borja de Aguinalalde, 2013, p. 7)

Do mesmo modo, atente-se à definição de *Arquivos de Família e Pessoais* apresentada pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva.

Estamos perante um *Sistemas de Informação organizado ou operativo*, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família e Pessoa, cada qual com estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis. Aplica-se, assim, a teoria sistémica devidamente adaptada à ontologia do fenómeno informacional. (Silva, 2004, p. 60)

Por último, em relação com o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, depreende-se que os Arquivos de Família não se constituem uma reunião de documentação meramente esporádica, desintencional e irrefletida dos produtores da informação, mas antes correspondem a uma série de “complexas construções imbuídas de significado e intencionalidade e orientadas para o cumprimento de objetivos específicos e determinados” (Nóvoa, 2016, p. 21).

## **2. Arquivo e Biblioteca Pública da Madeira: A instituição de acolhimento**

O Arquivo Distrital do Funchal foi estabelecido pelo decreto n.º 19.552 de 27 de junho de 1931, com o objetivo de recolher, organizar, inventariar

e disponibilizar ao público a documentação referente ao Distrito do Funchal que se encontrava dispersa por todo o Arquipélago da Madeira. Na verdade, o ano de 1931 revelou-se preponderante para a estruturação e definição orgânico-funcional do Arquivo Distrital, destacando-se a promulgação do decreto n.º 20.690 de 30 dezembro, no qual se consagram as condições de funcionamento.

Note-se que, em janeiro de 1932, o arquivo recém-criado encontrar-se-ia, ainda que a título provisório, instalado no Palácio da Encarnação, então localizado na rua de Santa Luzia (Funchal), sendo no ano seguinte, em maio de 1933, transferido para o Palácio de São Pedro, outrora residência dos Condes do Carvalhal, a pedido da Direção de Arquivos (Ferreira, Jardim & Guerra, 1997, p. 14). De resto, o primeiro Diretor do Arquivo Distrital do Funchal foi João Cabral do Nascimento (1897-1978), uma figura promotora da cultura e da História da Madeira, que em conjunto com Álvaro de Manso Sousa funda, em 1931, a revista *Arquivo Histórico da Madeira*.

Com a “Revolução dos Cravos” de 25 de abril de 1974 e conquista da autonomia político-administrativa, o Arquivo Distrital do Funchal conhece um novo capítulo da sua História. Mediante a aprovação do Decreto-Lei n.º 287/80 a 16 de agosto de 1980, a sua tutela administrativa é transferida para o Governo da Região Autónoma da Madeira, “constituindo um organismo dependente da Secretaria Regional de Turismo e Cultura no âmbito da Direção Regional dos Assuntos Culturais” (Ferreira, Jardim & Guerra, 1997, p. 14). A instituição por excelência do Arquipélago da Madeira no que concerne à gestão, conservação, tratamento e divulgação da documentação passaria a designar-se Arquivo Regional da Madeira.

Entretanto, em maio de 1998, numa linha de continuidade de atribuição de tarefas e respetivas responsabilidades, é promulgado, na Assembleia Legislativa Regional, o Decreto Legislativo Regional n.º9/98/M que constitui o Arquivo supramencionado como o órgão de gestão dos arquivos da Região Autónoma da Madeira, diploma estruturante para o efetivo desempenho do Arquivo Regional da Madeira enquanto organismo central em matéria de arquivos na RAM e para o desenvolvimento de “estratégias de valorização e de suporte técnico não apenas de arquivos das administrações públicas como também de entidades privadas.” (Macedo, 2020, p. 374). Passados sensivelmente 70 anos desde a instalação do Arquivo Distrital no Palácio de São Pedro, em 2004, é inaugurado um novo edifício do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira no Caminho dos Álamos, Santo António, muito em parte devido à necessidade de ampliação, modernização e de uma maior aproximação face à Universidade da Madeira.

Em 2016, procedeu-se à institucionalização do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) mediante a portaria n.º 50/2016, numa fusão de ambos os organismos, visando-se a “salvaguarda e valorização do património arquivístico, a promoção da execução da política arquivística da Região, a valorização do património bibliográfico e a criação e difusão de hábitos de leitura”. Já em 2020, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M de 27 de abril e pela Portaria n.º 368/2020 de 16 de julho, aprova-se respetivamente a orgânica e estrutura nuclear da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), integrada na Secretaria Regional de Turismo e Cultura (SRTC).

No que diz respeito à relação da DRABM com os Arquivos de Família, refira-se que o primeiro Arquivo Familiar a ser incorporado pelo Arquivo Distrital do Funchal foi o Arquivo da Família Freitas Branco em 1934, seguindo-se “a família Torre Bela em 1959, a família Freitas Lomelino em 1964, a família Ornelas e Vasconcelos em 1960 e 1964, a família Bettencourt Mimoso” (Macedo, 2020, p. 373). Não obstante os esforços e iniciativas empregues pelo então Diretor do Arquivo Distrital, Pereira da Costa (1955-1966) e a publicação do vigésimo primeiro volume do jornal *Arquivo Histórico da Madeira* dedicado à inventariação do Arquivo de Família Ornelas Vasconcelos (Ferreira, 2019, p. 337), a verdade é que só a partir de 2004, com a edificação das atuais instalações, vocacionadas para uma forte componente pública, que se procedeu a um conjunto de atividades promotoras de incorporação, tratamento e divulgação de Arquivos de Família (Macedo, 2020, p. 374).

No seguimento do importante progresso e louváveis esforços da DRABM ao longo da sua constituição, assiste-se, nos quadros atuais, à continuidade na aposta e respetivo reconhecimento da preponderância dos Arquivos de Família enquanto valor patrimonial e retrato de uma determinada memória, tradições e costumes, através da aceitação de doações e depósitos, do recurso às ferramentas de digitalização e de microfilmagem, da priorização do acesso integral da documentação e da preferência de produção de inventários e catálogos que exprimam as heterogeneidades do arquivo (Ferreira, 2019, p. 344).

### **3. História Familiar: Os Calistos Pinto da Silva**

Família originária do Concelho de Câmara de Lobos com fortes raízes à freguesia do Estreito de Câmara Lobos, onde se regista a posse de prédios rústicos e urbanos, os *Calistos Pinto da Silva* para além das atividades no setor agrícola, empenhavam-se com uma assinalável presença comercial na cidade do Funchal. Entre as principais propriedades, enumera-se um prédio

na Quinta dos Reis, freguesia do Monte, inúmeros prédios e respetivas benfeitorias no sítio da Saraiva, vários prédios e benfeitorias de vinha, cana-de-açúcar, inhame e outras árvores de fruto típicas da região no Bairro da Aldeia, freguesia de Câmara de Lobos, um prédio na rua da Conceição n.º 51, 53 e 53A de polícia e um prédio na rua dos Ferreiros n.º 15, 17, 19 de polícia, estes últimos na freguesia da Sé<sup>1</sup>.

Não confinando somente a sua influência e laços familiares no sítio da Saraiva ou até mesmo no sítio da Aldeia, os *Calistos Pinto da Silva*, dedicados, em primeira instância ao cultivo da terra, acabaram em momentos posteriores por apostar numa vertente comercial, pelo que se estabelecem firmas e sociedades comerciais entre os diversos membros familiares na cidade do Funchal. A este respeito, salienta-se a constituição da firma “Calisto Pinto da Silva e Filho” em 1919, composta por Calisto Pinto da Silva (1863-1954) e o seu filho Américo Julião Pinto da Silva (1892-1967) da qual decorre a “Mercearia Lealdade”<sup>2</sup>, então localizada na Rua dos Ferreiros, lojas n.º 38 e 42, onde eram comercializadas especiarias como o cravinho, pimenta preta oriunda de Singapura, queijos provenientes do Brasil, farinha “Maizena”, entre outros géneros e produtos alimentícios<sup>3</sup> e um estabelecimento de venda de roupa e vestuário, igualmente situada na Rua dos Ferreiros lojas n.º 34 e 36, denominada “Calisto Pinto da Silva & C.ª”.

Num breve exercício de sistematização e enquadramento genealógico da Família Calisto Pinto da Silva, interessa identificar os principais produtores da informação. Em primeiro lugar, destaque-se Calisto Pinto da Silva (n.1790), filho de José Pinto da Silva e Simoa Joaquina da Silva, ambos originários do concelho de Câmara de Lobos. Morador no sítio da Saraiva, Calisto Pinto da Silva casa em duas ocasiões distintas, contraindo um primeiro matrimónio, em 1811, com Maria de Araújo. Após o falecimento de sua esposa, celebra um novo casamento com Maria Joaquina em 1819. Deste segundo laço matrimonial nascem, entre outros, Calisto Pinto da Silva (n.1835), Francisco Pinto da Silva, morador no sítio da Aldeia, e Vicência Lopes Joaquina<sup>4</sup>.

Iniciando-se toda uma tradição familiar no que concerne à transmissão do patronímico, ao primogénito é atribuído o nome de “Calisto”. Como já

---

<sup>1</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1880). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 43, fls. 1-11.

<sup>2</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 87, fls. 1-11.

<sup>3</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (1914). *Espólio José de Sainz-Trueva*, cx. 7, doc. 20.

<sup>4</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1870). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 29, fls. 1-3.

mencionado, da união de Calisto Pinto da Silva e Maria Joaquina nasce Calisto Pinto da Silva, este último que acaba por casar com Vitorina Augusta de Jesus a 29 de abril de 1861. Por sua vez, resulta deste laço, o nascimento de Francisco Pinto da Silva (1865-1946), Luís Gonçalves Pinto da Silva (1869-1945), Clemente Pinto da Silva (n.1881) e Calisto Pinto da Silva (1863-1954), casado com Filomena Augusta da Silva, gerente da sociedade comercial que estabelece com o filho Américo Julião Pinto da Silva, a “Calisto Pinto da Silva e Filho”, e avô paterno de um dos doadores do presente arquivo, Albano Calisto Pinto da Silva. Ligada a um conjunto de rituais familiares, visível desde logo, na preservação do legado e subsequente transmissão do patronímico ao primogénito, num expresso ato de perpetuação das tradições, a Família Calisto Pinto da Silva revela, no âmbito das suas dinâmicas e interações familiares, a circunstância do patriarca assumir um papel de relevo na gestão dos recursos e na administração das propriedades<sup>5</sup>. Por fim, à semelhança do que ocorria, de um modo generalizado, no Arquipélago da Madeira, vários membros da família recorreram à emigração no sentido de almejarem melhores condições de vida e oportunidades de negócios, tendo como destinos primordiais New Bedford, Massachusetts, nos Estados Unidos da América<sup>6</sup> e a cidade de Caracas, na Venezuela<sup>7</sup>. Além do mais, desenvolvem-se empreendimentos comerciais nesta região da América do Sul, alertando-se, a este propósito, para um estabelecimento fundado por Luís Pinto da Silva<sup>8</sup>.

## **4. A prática em contexto de estágio: Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva**

### **4.1. Metodologia adotada e caracterização das tarefas realizadas**

O estágio curricular em Arquivística Histórica decorreu na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, sendo que o âmbito da for-

---

<sup>5</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1836). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 6, fls. 1-2.

<sup>6</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Governo Civil do Funchal*, cx. 387, proc. 106, pass.te 791.

<sup>7</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1948). *Governo Civil do Funchal*, cx. 526, proc. 62, pass.te 2167.

<sup>8</sup> Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1948). *Governo Civil do Funchal*, cx. 526, proc. 62, pass.te 2167.

mação incidu na reorganização, descrição e estudo do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva (FCPS).

Note-se que o presente arquivo já possuía um instrumento descritivo produzido em 1999<sup>9</sup>, pelo que atendendo a esta particularidade e ao facto de o acervo documental apresentar uma dimensão reduzida, a proposta teórico-prática inseriu-se na reflexão das problemáticas arquivísticas e históricas deste arquivo, pretendendo-se pela primeira vez a sua divulgação em linha, no *Archeevo* – plataforma de gestão documental da DRABM. Como tal, as tarefas desempenhadas recaíram, de um modo genérico, sobre cinco eixos fundamentais de ação, destacando-se a construção da árvore genealógica, a descrição documental, a definição do Quadro de Classificação, a constituição de registos de autoridade arquivística e a produção do catálogo.

Em primeiro lugar, com o intuito de se compreenderem os laços familiares, o sentido das relações consagradas e subsequente celebração de contratos e de outros instrumentos públicos procedeu-se à elaboração de uma árvore genealógica de acordo com a base de dados de casamentos e batismos do Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira. Remeta-se para a circunstância de terem sido rastreados cerca de 120 elementos referentes à família supramencionada num período compreendido entre finais do século XVIII a meados do século XX, ultrapassando em larga escala os meros produtores de documentação.

Segundamente, descreveu-se a documentação de acordo as normas internacionais<sup>10</sup> e a sua adaptação ao caso português<sup>11</sup>, privilegiando-se não apenas os campos obrigatórios como também outros campos de natureza opcional, visando-se, portanto, um nível de descrição detalhado, desde a cota, cota do produtor, título atribuído e título formal ao produtor e entidade detentora da documentação. Desta forma, foram descritos os 95 documentos pertencentes ao Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva.

Num terceiro momento, definiu-se o Quadro de Classificação baseado metodologicamente no “modelo sistémico e interativo” advogado pela “Escola Arquivística” do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, encabeçada pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva (2004, pp. 55-84). Na verdade, o núcleo

---

<sup>9</sup> Arquivo Regional da Madeira. (1999). *Catálogo do Arquivo da Documentação da Família Calisto Pinto da Silva*, 33.

<sup>10</sup> Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.

<sup>11</sup> Direção-Geral de Arquivos – Grupo de Trabalho de Normalização e Descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª versão). DGARQ.

central de aplicação do “modelo sistémico e interativo” e da conceção de arquivo enquanto um sistema de informação (Silva, 2004, p. 68), defendida pelos autores subsiste na premissa de que “a ação humana e social gera e contextualiza a informação (os documentos), impondo-se, por isso, através da noção operatória de organicidade (...) o imperativo de reconstituição ou de devolução o mais rigorosa possível ao contexto orgânico-funcional originário” (Silva, 2004, p. 58).

Adotando-se um princípio cronológico, a cada geração da família é atribuída uma secção. Posteriormente, estabelecem-se as subsecções que correspondem ao casal responsável, por geração, pela representação da Família Calisto Pinto da Silva, pelo que é descrita a documentação produzida e adquirida em contexto matrimonial. Acrescem-se subsecções do marido e esposa (Silva, 2004, p. 70), separadamente, respeitando-se a individualidade dos membros integrantes do casal, ao ponto que são considerados documentos anteriores à celebração do matrimónio ou posteriores ao falecimento de um dos cônjuges, à semelhança de todo um outro conjunto de subsecções referentes à descendência e irmãos, seguindo-se uma ordenação cronológica de idades aquando da existência de múltiplos elementos no mesmo nível de relacionamento (Silva, 2004, p. 70). Já no que concerne à ordenação da documentação (documentos simples e compostos) em cada secção e subsecção privilegiou-se um critério cronológico.

Não obstante, realizaram-se diversos ajustes atendendo à aplicação e transposição do Quadro de Classificação para o *Archeevo*, no sentido de se evitarem subsecções sem qualquer documento, pelo que, de acordo com as particularidades e dimensões do presente arquivo, não se justificou a criação de subsecções alusivas às “fases da vida”.

## **Quadro de Classificação do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva (Modelo Sistémico e Interativo)**

Sistema de informação (Fundo) – **Família Calisto Pinto da Silva (1824-1930)**

**Secção 1 - Calisto Pinto da Silva (n.1790) e Maria de Araújo, primeira esposa**

Subsecção 1.1 – João Gonçalves (filho)

Subsecção 1.2 – João Pinto da Silva (filho)

Subsecção 1.3 – Manuel Pinto da Silva (filho)

Subsecção 1.4 - João Pinto da Silva (irmão)

**Secção 2 - Calisto Pinto da Silva (n.1790) e Maria Joaquina, segunda esposa**

Subsecção 2.1 – Calisto Pinto da Silva

Subsecção 2.2 – Maria Joaquina

Subsecção 2.3 – Francisco Pinto da Silva (filho)

### **Secção 3– Calisto Pinto da Silva (n.1835) e Vitorina Augusta Jesus (n.1842)**

Subsecção 3.1 – Luís Gonçalves Pinto da Silva (filho)

### **Secção 4 – Calisto Pinto da Silva (1863-1954) e Filomena Augusta da Silva**

Subsecção 4.1 – Calisto Pinto da Silva

Por fim, constituíram-se os registos de autoridade arquivística ao nível da família e pessoa singular e produziu-se o catálogo a disponibilizar aos leitores do ABM, disponível no seu sítio digital: [https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD\\_33\\_2022.pdf](https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD_33_2022.pdf). Quanto aos desafios respeitantes a todo este processo, identificam-se algumas limitações ao nível da História Custodial e Arquivística. De facto, não foi possível conferir outros dados para além daqueles que já constavam no Instrumento Descritivo anterior, isto é, documentação doada ao ABM a 17 de junho de 1999 por membros da família, Albano Calisto Pinto da Silva, António de Aguiar Branco e Nuno Oliveira Pinto da Silva<sup>12</sup>. Considerando este contexto, uma das soluções possíveis no sentido de se reunirem outros elementos corresponde numa aposta na História Oral, deixando-se, na eventualidade de novo estudo acerca da Família Calisto Pinto da Silva, esta recomendação e pista metodológica.

## **4.2. O Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva**

### **4.2.1 Características do acervo documental e tipologia de registos e a marca do arquivista responsável pelo primeiro tratamento do arquivo**

O Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, doado ao Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira reúne um conjunto de 95 documentos, compreendidos entre 1824 e 1930. A esmagadora maioria dos títulos presentes no referido acervo correspondem a instrumentos de natureza administrativo-financeira e de gestão patrimonial das propriedades registadas a favor desta família, cujas origens remontam ao Concelho de Câmara de Lobos. Destacam-se, a título de exemplo, inúmeras escrituras de compra, venda e

---

<sup>12</sup> Dados confirmados pela Dr.ª Zélia Fernandes Dantas, Diretora de Serviços de Aquisições e Gestão de Depósitos, mediante consulta do mapa de documentação entrada.

arrendamento de benfeitorias, prédios rústicos e urbanos, escrituras de mútuo e hipoteca, talões comprovativos de pagamento de montantes, declarações de reconhecimento de dívida e de avaliação de bens e sentenças cíveis de partilha de bens.

Como já fora referido, o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva apresentava um inventário datado de 1999, de resto, o ano da doação (Arquivo Regional da Madeira). Note-se que o inventário disponibilizado se encontrava desatualizado, permitindo ao leitor aceder somente ao mínimo de elementos informativos de uma documentação descrita ao nível do documento simples, ainda que a descrição não respeitasse, de todo, as normas internacionais de arquivo, consagradas pelo Conselho Internacional de Arquivos. Orientado segundo um princípio cronológico e empirista, o instrumento descritivo anterior, além de pouco detalhado, revelava consideráveis ausências no tocante à contextualização e enquadramento dos documentos num determinado núcleo familiar, descurando-se a noção de organicidade.

#### **4.2.2. Problemáticas teóricas adjacentes ao Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva**

Mediante o tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva levantam-se várias questões do maior interesse para a temática dos Arquivos de Família, nomeadamente, profundas reflexões acerca do papel desempenhado pelo arquivo na construção de uma identidade e memória familiar e pessoal, à semelhança das intencionalidades da conceção do acervo documental. Destaque-se que a constituição de um arquivo, independentemente da tipologia, reflete um conjunto multifatorial de motivações e propósitos distintos que o consubstanciam, enumerando-se “[the] symbolic value, the granting of legitimacy and authenticity to those represented in the archive, and invisibility to those who are not, whether as a deliberate or subconscious act” (Woodham et al., 2019, p. 5).

O Arquivo FCPS acaba por ser ilustrativo de uma tentativa de preservação, legitimação e conseqüente defesa de uma herança patrimonial e de uma imagem comercial deveras significativa, concretizada na circunstância da esmagadora maioria da documentação corresponder a títulos de natureza de gestão financeira e outros registos garantes da posse efetiva de um determinado bem imóvel. Na prática, visa-se a perpetuação de uma memória económico-financeira da família, numa incessante valorização de matérias contratuais, bem como de transmissão de bens (Woodham et al., 2019, p.

5). No fundo, constrói-se uma identidade própria, intencional e o tanto quanto representativa da realidade laboral e das dinâmicas intrafamiliares, num claro contacto com a máxima advogada pelo investigador Harriet Bradley “what we find in the archive is ourselves” (1999, p. 119).

Não obstante, importa sempre considerar que “the notion that archives are neutral places with no vested interests has been undermined by current philosophical and theoretical handlings of the concept of the «Archive» (Carter, 2006, p. 216). Neste sentido, o arquivista é confrontado com episódios de distorções e até mesmo silêncios propositados, frequentemente motivados por um ideal de representação que a instituição ou família deseja preservar com a maior amplitude possível. Embora a marca do silêncio “assombre” a totalidade dos arquivos (Carter, 2006, p. 217), a verdade é que esta se assume uma constante no Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva tanto pelos significativos hiatos de inexistência de documentação, bem como pelo facto de abundar uma quase exclusiva tipologia de registos. No entanto, admita-se que “silences only come into existence when researchers look for specific pieces of information in the archive” (Moss & Thomas, 2021, p. 11).

## 5. Considerações finais

Em suma, remeta-se para o interesse do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva para o entendimento e contextualização socioeconómica da segunda metade do século XIX e alvares do século XX da Região Autónoma da Madeira, no seguimento da tipologia e natureza das relações familiares estabelecidas, dinâmicas comerciais e negociais instituídas. Além das lógicas de funcionamento da referida família, o arquivo organizado dota-se de uma riqueza imensa para a compreensão da questão da construção de uma identidade própria e intencional dos membros de um determinado núcleo familiar por via de um acervo documental, assumindo-se, por outro lado, um novo contributo de aplicação do “modelo sistémico e interativo” no ABM.

Do levantamento e análise pormenorizada do arquivo FCPS, sobressaem, à primeira vista, linhas de investigação da maior pertinência para a História do comércio local, com particular ênfase para os aspetos sociais, económicos e culturais ligados às práticas comerciais e ao seu impacto nas mentalidades e vivências. A verdade é que, no cômputo geral, assume-se como um campo pouco aprofundado e desenvolvido em termos académicos e sem um espaço próprio de diálogo e de confrontação de ideias que em muito contribui-

riam para a História do Funchal e do Património Material e Imaterial do Arquipélago da Madeira.

O estudo do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva e subsequente tentativa de aplicação do percurso metodológico em Arquivística Histórica constituíram-se passos preliminares de possíveis problemáticas a desenvolver a título posterior, considerando-se que as mais recentes preocupações relacionadas com estabelecimentos comerciais de “interesse histórico” na cidade do Funchal têm revelado uma tendência positiva de incremento de atenção a propósito da temática, evidenciando-se o projeto camarário, “Lojas com História”. Neste sentido, tornar-se-iam interessantes atividades de arquivística participativa em torno dos arquivos de lojas históricas ou em que se reuniram testemunhos alusivos à memória e recordações destes locais que representam os hábitos e costumes madeirenses.

## Bibliografia

- Arquivo Regional da Madeira. (1999). *Catálogo do Arquivo da Documentação da Família Calisto Pinto da Silva*, 33.
- Borja de Aguinalalde, F. (2013). *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. Edição do autor.
- Bradley, H. (1999). The seductions of the archive: voices lost and found. *History of the Human Sciences*, 12(2), 107-122.
- Carter, R. G. S. (2006). Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence. *Archivaria*, 6(1), 215-233.
- Ferreira, M. F. A. de B., Jardim, G., & Guerra, J. V. (1997). Arquivo Histórico da Madeira. *Boletim do Arquivo Regional da Madeira*.
- Ferreira, M. F. A. de B. (2019). Family and Personal Archives in the Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM): private memories lead to future collective memory. In M. L. de Rosa, R. S. da Nóvoa, A. B. Gago, & M. J. da Câmara (Eds.), *Recovered Voices, Newfound Research* (pp. 333-351). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gallgo Dominguez, O. (1987). *Archivos Familiares: Organización* [Paper presentation]. Actas [do] 2.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – A integração europeia: um desafio à informação, Coimbra.
- Lafuente Úrien, A. (2000). *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Ministerio de Educación Cultura y Deporte, Centro de Publicaciones.
- Macedo, L. S. A. (2020). Percursos custodiais dos arquivos de família através dos instrumentos de acesso à informação do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira: uma análise de conteúdo. In J. R. Núñez Pestano, M. de L. Rosa, & J. Gutiérrez de Armas (Eds.), *Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia* (pp. 365–399). Instituto de Estudios Canarios/ Instituto de Estudos Medievais – FCSH Universidade Nova de Lisboa.

- Mariz, A., Silva, A. M. da., & Cordeiro, R. I. (2020). As fotografias nos Arquivos Pessoais e Familiares: para uma visão teórica. *Páginas a&b*, (14), 74-90.
- Moss, M., & Thomas, D. (Eds.). (2021). *Archival silences: missing, lost and, uncreated archive*. Routledge.
- Nóvoa, R. S. da. (2016). *O Arquivo Gama Lobo e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/19004>.
- Peixoto, P. de A. (2002). Perspetivas para o futuro dos Arquivos de Família em Portugal. *Cadernos BAD*, (1), 77-90.
- Rodrigues, A. (2020). *Os Arquivos Pessoais e Familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos* [Ata]. Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro, Arcos de Valdevez.
- Rosa, M. de L. (2012). Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. In M. de L. Rosa (Ed.), *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (pp. 15-30). Instituto de Estudos Medievais/ Centro de História de Além-Mar/ Caminhos Romanos.
- Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 547-586.
- Rosa, M. de L., & Nóvoa, R. S. da. (2018). Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. *Revista Portuguesa de História*, 49, 97-119.
- Silva, A. M. da. (2004). Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, 3, 55-84.
- Woodham, A, King, L., Gloyne, L., Crewe, V., & Blair, F. (2019). We Are What We Keep: The “Family Archive”. Identity and Public/Private Heritage. *Heritage & Society*, 1-18.

## Fontes

- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1836). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 6, fls. 1-2.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1870). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 29, fls. 1-3.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1880). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 43, fls. 1-11.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 87, fls. 1-11.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1914). *Espólio José de Sainz-Trueva*, cx. 7, doc. 20.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Governo Civil do Funchal*, cx. 387, proc. 106, pass.te 791.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1948). *Governo Civil do Funchal*, cx. 526, proc. 62, pass.te 2167.

## Legislação

- Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/M da Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional. Diário da República: I série – A, n.º 118, 2449.
- Decreto n.º 19952/1931 do Ministério da Instrução Pública – Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Diário do Governo: I série, n.º 147, 1253-1269.
- Decreto n.º 20.690/1931 da Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional. Diário do Governo: I série, n.º 300, 2778-2779.
- Decreto-Lei n.º 287/80 da Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura. Diário da República: I série, n.º 188, 2203.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M da Região Autónoma da Madeira. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira: I série, n.º 77, 1-5.
- Portaria n.º 368/2020 da Região Autónoma da Madeira. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira: I série, n.º 133, 1-16.
- Portaria n.º 50/2016 da Região Autónoma da Madeira. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira: I série, n.º 30, 1-6.

## Normas Arquivísticas

- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Direção-Geral de Arquivos – Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª versão). DGARQ.

## Sítios digitais

- Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (2022). *Catálogo do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*. [https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD\\_33\\_2022.pdf](https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD_33_2022.pdf)

**BAUC VOL. XXXVI, N.º 2**

**NOTA DE APRESENTAÇÃO**

**ESTUDOS**

O processo de reconstituição do acesso à documentação do Arquivo do Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian  
Rita Emília Ferreira Fernandes

Academia das Ciências de Lisboa: estudo orgânico-funcional e proposta de classificação (1779-1978)  
Joana Gomes Soares e Maria Beatriz Merêncio

A Documentação Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: Proposta de Descrição Arquivística  
Francisco Oliveira Cymbron Furtado Cabral

Landscape architectural documents in personal archives, an added challenge: the case of Gonçalo Ribeiro Telles' archive  
Maria João Fonseca

*Quare?* O Arquivo de D. Francisco Manuel de Melo  
Paulo Manuel dos Anjos Ribeiro Gonçalves

Tendências e fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família: o caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva. Contribuições para o estudo da Arquivística Histórica na Região Autónoma da Madeira  
Pedro Diogo Pereira Câmara

**ISSN**

0872-5632

2182-7974

**MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA**

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>